



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS DE PORTO NACIONAL**

**SILMAR CARDOSO ARAÚJO COELHO**

**O NEOLIBERALISMO E A INFLUÊNCIA NA MATRIZ HIDRELÉTRICA  
BRASILEIRA: O CASO DO ESTADO DO TOCANTINS**

PORTO NACIONAL/TO

2021

SILMAR CARDOSO ARAÚJO COELHO

**O NEOLIBERALISMO E A INFLUÊNCIA NA MATRIZ HIDRELÉTRICA  
BRASILEIRA: O CASO DO ESTADO DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto Nacional, requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Linha de pesquisa:** Estudos Geo-Territoriais

**Orientador:** Prof. Dr. Atamis Antonio Foschiera

PORTO NACIONAL/TO

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- C672n Coelho, Silmar Cardoso Araújo.  
O NEOLIBERALISMO E A INFLUÊNCIA NA MATRIZ HIDRELÉTRICA BRASILEIRA: O CASO DO ESTADO DO TOCANTINS. / Silmar Cardoso Araújo Coelho. – Porto Nacional, TO, 2021.  
110f.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins  
– Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação  
– (Mestrado) em Geografia, 2021.  
Orientador: Atamis Antonio Foschiera  
1. Neoliberalismo. 2. Matriz energética. 3. Acumulação de capital. 4. Hidrelétricas no Tocantins.. I. Título

---

**CDD910**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaboração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).**

SILMAR CARDOSO ARAÚJO COELHO

**O NEOLIBERALISMO E A INFLUÊNCIA NA MATRIZ HIDRELÉTRICA  
BRASILEIRA: O CASO DO ESTADO DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto Nacional, requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Linha de pesquisa:** Estudos Geo-Territoriais

**Orientador:** Prof. Dr. Atamis Antonio Foschiera

**Data da Aprovação:** 24/09/2021

**Banca Examinadora:**

---

**Prof. Dr. Atamis Antonio Foschiera (Orientador), UFT**

---

**Prof. Dr. José Alves, UFAC**

---

**Prof. Dr. Roberto de Souza Santos, UFT**

PORTO NACIONAL/TO

2021

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele nada somos.

A minha família e minha esposa, Laira Michelem Alves Gonçalves Coelho, pela paciência e incentivo. Ao meu filho, Lorenzo Alves Gonçalves Coelho, por ser mais um presente de Deus em minha vida. A minha mãe, Tereza Cardoso de Araújo Coelho, por sempre ter cuidado de mim. Ao meu pai Luiz Coelho de Araújo (*in memoriam*), por ter me ensinado com exemplos como ser um cidadão de bem. A todos meus irmãos, Silvana, Silvany, Silvamar, Silneide e Tatiane, por sempre me acolherem bem.

Ao professor Dr. Atamis Antonio Foschiera, por ter me orientado e incentivado. Agradeço também à professora Dra. Rosane Balsan, pelo incentivo e pelas colaborações.

Ficam aqui também agradecimentos a todos os professores do colegiado e a todos os colegas de turma, em especial ao meu amigo Cesar Floriano de Camargo, pela parceria nos estudos e artigos.

## RESUMO

Esta dissertação busca fazer uma reflexão sobre a influência neoliberal na matriz hidrelétrica brasileira, em especial no estado do Tocantins. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar como o neoliberalismo vem influenciando na matriz hidroelétrica no estado do Tocantins. Para conseguir o objetivo proposto, buscaram-se respostas para as seguintes questões: De que maneira o neoliberalismo está presente na matriz energética do Brasil? De que maneira o neoliberalismo se configurou no setor hidroelétrico no estado do Tocantins? Para conseguir a resposta da problemática da pesquisa, foram feitas as análises do processo de acumulação de capital, tais como a acumulação primitiva e por espoliação, também sobre a influência das ideias neoliberais e a formação do neoimperialismo e a influência neoliberal no setor energético hidrelétrico brasileiro e seu legado na construção dos grandes empreendimentos hidrelétricos no estado de Tocantins. O foco principal é a influência neoliberal na matriz hidrelétrica tocantinense, após 1990. A análise foi feita por meio dos referenciais bibliográficos a respeito do tema. O resultado alcançado foi que, nos grandes empreendimentos do setor hidroelétrico tocantinense há forte influência neoliberal.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Matriz energética. Acumulação de capital. Hidrelétricas no Tocantins.

## ABSTRACT

This dissertation seeks to reflect on the neoliberal influence on the Brazilian hydroelectric matrix, especially in the state of Tocantins. This research had as general objective to analyze how neoliberalism has been influencing the hydroelectric matrix in the state of Tocantins. In order to achieve the proposed objective, answers were sought to the following questions: How is neoliberalism present in Brazil's energy matrix? How did neoliberalism set itself up in the hydroelectric sector in the state of Tocantins? In order to achieve the answer to the problem of research, analyzes were made of the process of accumulation of capital, such as primitive accumulation and despoliation, also about the influence of neoliberal ideas and the formation of neoimperialism and the neoliberal influence in the Brazilian hydroelectric energy sector and its legacy in the construction of large hydroelectric enterprises in the state of Tocantins. The main focus is the neoliberal influence on the tocantinense hydroelectric matrix, after 1990, which was analyzed using bibliographic references about the theme. The result achieved was that in the great enterprises of the hydroelectric sector of the Tocantins there is strong neoliberal influence.

**Keywords:** Neoliberalism. Energy matrix. Accumulation of capital. Hydroelectric plants in Tocantins.

## LISTA FIGURAS

Figura 1: Barragem da UHE Luís Eduardo Magalhães .....	80
Figura 2: Localização da UHE Luís Eduardo Magalhães .....	81
Figura 3: Barragem da UHE Peixe/Angical .....	86
Figura 4: Localização da UHE Peixe/Angical.....	87
Figura 5: Barragem da UHE São Salvador.....	90
Figura 6: Localização da UHE São Salvador .....	91
Figura 7: Barragem da UHE de Estreito.....	94
Figura 8: Localização da UHE de Estreito .....	95



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Empresas Elétricas Distribuidoras Privatizadas .....	66
Quadro 2: Empresas Elétricas Geradoras Privatizadas.....	68
Quadro 3: Aspecto histórico da obra da UHE do Lajeado .....	83
Quadro 4: Ficha Técnica resumida da UHE Luís Eduardo Magalhães .....	84
Quadro 5: Tipos de empresas que participaram da formação do grupo INVESTCO .....	85
Quadro 6: Ficha Técnica resumida da UHE Peixe/Angical .....	88
Quadro 7: Tipos de empresas que participaram da formação do grupo que administra a Usina de Peixe/Angical.....	89
Quadro 8: Ficha Técnica da UHE São Salvador .....	92
Quadro 9: Tipos de empresas que participaram da formação do grupo que administra a Usina São Salvador .....	93
Quadro 10: Ficha Técnica resumida da UHE de Estreito.....	96
Quadro 11: Tipos de empresas que participaram da formação do grupo que administra a Usina Hidrelétrica de Estreito .....	97
Quadro 12: Empreendimentos, tipos e origem de empresas investidoras .....	98
Quadro 13: Empreendimento, empresas que administra e países onde atuam .....	98

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Área de Desestatização
AMFORP	American & Foreign Power Company
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ASP	Área de Serviços de Privatização
BACEN	Banco Central
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAM	Companhia Energética do Amazonas
CEB	Companhia Energética de Brasília
CELTINS	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
CERON	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
CESTE	Consórcio Estreito Energia
CHESF	Companhia Hidrelétrica de São Francisco
CGHs	Centrais Geradoras Hidrelétricas
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CPEE	Companhia Paulista de Energia Elétrica
CONESP	Concessionárias de Serviços Públicos
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DNAE	Departamento Nacional de Águas e Energia
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DNPM	Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral
EDP	Eletricidade de Portugal S.A.
EEVP	Eletricidade Vale Panapanema S.A.
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELETROACRE	Companhia de Eletricidade do Acre
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
ELETROSUL	Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.
EP	Exército do Povo

FARC	Forças Armadas Revolucionárias Colombianas
FEE	Fundo Federal de Eletrificação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FURNAS	Centrais Elétricas S.A.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
IUEE	Imposto Único sobre Energia Elétrica
JK	Juscelino Kubitschek
KWs	Quilowatts
MME	Ministério de Minas e Energia
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCHs	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PND	Plano Nacional de Desestatização
PT	Partido dos Trabalhadores
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Revise	Revisão Institucional do Setor Elétrico
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SD	Desestatização
SINTREL	Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica
TVA	Autarquia do Vale do Tennessee
UHE	Usina Hidrelétrica

## LISTA DE SÍMBOLOS

% Porcentagem

US\$ Dólar

€\$ Euro

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS POR ESSE PROCESSO.....</b>	<b>17</b>
2.1 O território e o Estado a serviço do desenvolvimento capitalista .....	17
2.2 Desenvolvimento desigual como maneira de desenvolvimento capitalista.....	19
2.3 Acumulação primitiva e seu legado para o capitalismo.....	22
2.4 Acumulação por espoliação como uma alternativa para acumular capital.....	25
2.5 Propostas liberais como base para o neoliberalismo .....	26
2.6 Crises como elemento de reestruturação do capital .....	34
<b>3 O PODER DAS EMPRESAS DO IMPERIALISMO AO NOVO IMPERIALISMO...39</b>	
3.1 Neoliberalismo como uma prática política econômica.....	44
3.2 Breve histórico do neoliberalismo no Brasil.....	46
<b>4 O ESTADO E A POLÍTICA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO .....</b>	<b>50</b>
4.1 Surgimento do setor elétrico brasileiro e o capital estrangeiro (1880–1930).....	50
4.2 Intervenção estatal no setor elétrico (1931–1961).....	53
4.3 O auge da estatização do setor elétrico brasileiro (1962–1979).....	58
4.4 A crise no modelo estatal de desenvolvimento elétrico (1980 a 1989).....	60
4.5 O Estado, a lógica neoliberal e a reestruturação política do setor elétrico brasileiro (1990 a 2001) .....	61
4.6 O governo Lula e Dilma e a organização do setor energético brasileiro .....	69
4.7 BNDES, Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e Plano Nacional de Desestatização (PND) .....	72
<b>5 A POLÍTICA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA LEGAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL .....</b>	<b>75</b>
5.1 Influência neoliberal e matriz hidrelétrica no Estado do Tocantins, com foco nos grandes empreendimentos .....	76
5.1.1 Usina Luís Eduardo Magalhães (Usina de Lajeado) .....	79

5.1.2 Usina Hidrelétrica Peixe/Angical .....	86
5.1.3 Usina São Salvador.....	90
5.1.4 Usina Hidrelétrica de Estreito.....	94
5.1.5 Empreendimentos e tipos de empresas .....	98
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>104</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O capital tende a homogeneizar os lugares, não importando qual etapa dele se está vivenciando. O neoliberalismo, que é uma etapa do capitalismo, é homogeneizador. A matriz energética de diferentes países tende a se adequar à etapa econômica em que estes estão envolvidos.

As implicações do neoliberalismo na matriz energética no Brasil e, em especial, no estado do Tocantins, é algo que merece ser pesquisado. Essa etapa do capitalismo, que tem reorganizado o setor econômico e o espaço geográfico em escala mundial, também vem influenciando, de forma incisiva, o setor energético brasileiro, em especial no setor hidroelétrico. O estudo feito levou em consideração os impactos do neoliberalismo na matriz energética do território brasileiro e sua influência no caso da hidroeletricidade tocantinense.

Analisando como o neoliberalismo atingiu a matriz energética e suas consequências para a população desse País, em especial para o estado do Tocantins, é algo que nos leva às seguintes questões: De que maneira o neoliberalismo está presente na matriz energética do Brasil? De que maneira o neoliberalismo se configurou no setor hidroelétrico no estado do Tocantins?

O entendimento desse processo de desenvolvimento do capitalismo na matriz hidroelétrica tocantinense contribuirá para entendermos avanços e retrocessos econômicos, sociais e culturais que ocorreram nos territórios em análise no que se refere ao setor energético. Com essa dissertação, espera-se contribuir para a compreensão da reorganização espacial do neoliberalismo no setor hidroelétrico brasileiro e suas implicações para a sociedade como um todo.

Para entendermos a influência do neoliberalismo na matriz energética de alguns países da América Latina, precisa-se levar em consideração a formação de um novo imperialismo capitalista (HARVEY, 2005), seu desenvolvimento, como se configura e como ele atinge a sociedade em estudo. O desenvolvimento desigual do capital (SMITH, 1988) é algo que também impacta esse tema. Por isso, foi feito um levantamento sobre a influência do capital no desenvolvimento do sistema capitalista.

A análise das influências liberais e das crises no próprio sistema capitalista é debatido como fatores que contribuíram para o surgimento das ideias neoliberais, pois esses fatores forneceram as bases para o desenvolvimento neoliberal.

Em relação ao princípio neoliberal, segundo Dardot e Laval (2016), a primeira ideia que se tem sobre neoliberalismo foi no Colóquio Lippaman na década de 1930, porém começa

a ganhar força nos anos pós-guerra. Nos anos de 1940, Hayek (1990) já defendia a ideia de uma política econômica que, baseada nos princípios liberalista, iria promover o desenvolvimento do capital e promover uma nova dimensão na estrutura de desenvolvimento do Estado.

Na América Latina e no território brasileiro o neoliberalismo ganhara força nos fins dos anos 1980 e no início dos anos de 1990, embora tenha caso dessa política econômica no Chile nos anos de 1970.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como o neoliberalismo vem influenciando na matriz energética na América Latina, em especial no Brasil e no Estado do Tocantins. E os objetivos específicos são:

- entender a expansão do modelo neoliberal na América Latina;
- apresentar como se deu a emergência e desenvolvimento do setor hidroelétrico no Brasil e, em especial, no Tocantins;
- identificar como o neoliberalismo passa a influenciar na matriz energética brasileira;
- compreender como o neoliberalismo se apresenta no setor hidroelétrico tocantinense.

É importante destacar que o trabalho foi sistematizado a partir do método científico dialético, fazendo análise minuciosa da influência do neoliberalismo da matriz energética do país em estudo, pois “a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (PRODAV, 2013, p. 127).

O procedimento metodológico empregado foi a pesquisa bibliográfica referente ao tema em discussão. Severino (2007, p. 122) afirma que “os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados”. Também foram utilizadas fontes secundárias que permitiram fundamentar as leituras apresentadas.

Inicialmente foi realizada a abordagem bibliográfica do material pesquisado para o embasamento teórico da proposta em questão. Após foi minuciosamente feita a análise documental da matriz energética do País e do Estado em estudo e, por fim, após esse processo de coleta de informações, foi realizado o tratamento das informações para a análise dos resultados, que ajudaram a alcançar os objetivos expostos pelo trabalho.

Por último, cabe mencionar que a dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo foi feita uma abordagem do processo de desenvolvimento e a acumulação do capital e suas diversas maneiras, onde o foco principal é entender as diversas maneiras que



o capital encontra para promover o processo de acumulação. No segundo capítulo, a abordagem se concentra nas análises das diversas fases de organização e os modelos (teorias) de promover o desenvolvimento do capital, dentre elas as teorias liberais e neoliberais. E, no terceiro e último capítulo, é feito um minucioso estudo do desenvolvimento do setor energético no Brasil e a influência neoliberal na matriz hidroelétrica no Brasil e, em especial, no estado do Tocantins.

## **2 ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS POR ESSE PROCESSO**

Entender o processo de acumulação de capital é imprescindível para compreender como se deu o desenvolvimento capitalista em diversos territórios, ao longo do tempo. Assim, este capítulo tem como objetivo identificar a importância do território, do Estado, das acumulações de capital, das crises do capital e das ideias liberais para o desenvolvimento capitalista, assim como o surgimento das ideias neoliberais.

A análise desse processo que envolve o capital, ajuda-nos a entender, os meios que forneceram as bases para o surgimento do neoliberalismo.

### **2.1 O território e o Estado a serviço do desenvolvimento capitalista**

O território é muito importante para o processo de acumulação e expansão do capital, pois a expansão geográfica e a organização espacial são fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. O território do desenvolvimento capitalista é algo que merece bastante atenção, pois é onde as diversas maneiras de acumular capital se materializam. Em relação à acumulação de capital, Harvey (2005) destaca que a expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam a absorção dos excedentes de capitais, e isso ajuda a evitar as crises de sobre acumulação, que é propícia ao capitalismo.

Além do território, outro fator que colabora para o processo de desenvolvimento capitalista é o Estado, que cria condições necessárias para que o processo de acumulação aconteça em determinado momento. No decorrer do processo de acumulação de capital, o Estado também se reestruturou (HARVEY, 2005). Ao transformar a lógica capitalista, o Estado também vai sendo reconfigurado, tornando-se, assim, agente modelador, bem como se moldando à nova dinâmica socioeconômica que vai sendo instaurada.

No primeiro momento, o Estado Moderno (século XV) “[...] surge da busca de unidade, a qual se concretizará com a afirmação de um poder soberano, tido como o mais alto de todos dentro de um limite territorial” (FERREIRA, 2006, p. 16). Em relação a sua organização, Ferreira (2006, p.16) argumenta que

É possível afirmar que o Estado moderno surge como Estado burguês, com o monopólio das armas passando para as mãos do rei. Com o surgimento desse Estado, tem-se a divisão do trabalho, a tributação centralizada, a violência física, enfim, o chamado monopólio privado. Nesse período, a economia foi regulada por

um Estado intervencionista, ou seja, o Estado é que regulava todas as atividades econômicas.

No segundo momento, por volta do final do século XVIII, já com a Revolução Industrial acontecendo na Europa e fundamentado nas ideias de Adam Smith, o Estado permite que o comércio regule as atividades relacionadas à economia. Durante esse período que se destaca a ideia do “*Laissez-faire*”, ou seja, “deixe fazer”. “No Estado liberal não será mais o direito e sim o crescimento econômico quem limite ou justifique o agir do Estado” (SAAVEDRA CRUZ, 2016, p. 78).

Esse período é caracterizado de liberalismo econômico ou o período do Estado liberalista. Esse modelo de acumulação capitalista vai perdurar até fins de 1920 e início da década de 1930, quando acontece a crise de acumulação capitalista. Nesse momento, o Estado deveria interferir o mínimo na atividade comercial e assegurar a liberdade política, civil e econômica.

O Estado Liberal foi substituído por outro modelo de Estado quando a crise de 1929 se instalou no sistema capitalista, e o governo viu que precisava de uma política também pautada no social, com objetivo de proteção dos direitos dos trabalhadores. Nesse terceiro momento, devido à crise que assolava o capitalismo e baseado nas ideias de Keynes, o Estado passa a influenciar diretamente nas atividades econômicas. Naquele período ele volta a ser um Estado intervencionista. Pode-se dizer que

[...] o intervencionismo nasce da falência do modelo liberal, que se funda no primado da liberdade individual, na livre empresa e no livre mercado, impondo a total ausência do Estado nas relações econômicas, sob o entendimento de que o mercado se autorregula, assim como se autorregulam as questões sociais, como o trabalho, pregando ainda a ausência de interferência ou intervenção de qualquer órgão (como o Estado) para regular e impor limites às relações pessoais (FERREIRA, 2006, p. 25).

Esse período ficou caracterizado como o do Estado do Bem-estar social e passa a ser questionado de forma mais incisiva na década de 1970, quando a intervenção do Estado no social e na economia é apresentada como um obstáculo para desenvolvimento.

Por último, chegaremos ao Estado neoliberal, que começa a ganhar destaque teórico com as ideias que surgiram no congresso Lippman, no final da década de 1930, e com os escritos de Hayek na década de 1940. No entanto, o maior destaque desse modelo estatal surge após os anos de 1970, baseado no direito individual à propriedade privada e no livre funcionamento do mercado. Harvey (2012) afirma que o papel do Estado vai ser o de criar condições para que o desenvolvimento do capital aconteça.

Todos os fatores mencionados acima colaboraram para o processo de acumulação de capital, e esse processo é fundamental para o desenvolvimento do sistema econômico denominado de capitalista. É importante lembrarmos que o capital se desenvolve de maneira desigual sobre os territórios.

Faremos alguns apontamentos de como acontece o desenvolvimento desigual do capital e sua influência no sistema capitalista. Em seguida, faremos referências ao processo de acumulação de capital, destacando o processo de acumulação primitiva do capital (MARX, 2013) e a acumulação via espoliação (HARVEY, 2005). Esses dois conceitos contribuem para entendermos o processo de acumulação e expansão do capital. Portanto, é imprescindível entender-se de que maneira o processo de acumulação capitalista colaborou para o surgimento do neoliberalismo e como esse processo se faz presente na matriz elétrica brasileira.

## **2.2 Desenvolvimento desigual como maneira de desenvolvimento capitalista**

Entender o desenvolvimento do capital no território é importante para a análise do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento desigual é uma das maneiras que o capital encontrou para se promover em todo o território onde o sistema capitalista atua. O desenvolvimento desigual abordado nesse texto é o econômico.

Segundo Harvey (2013, p. 528)

(...) O desenvolvimento da economia de espaço do capitalismo está cercado de tendências contrapostas e contraditórias. As barreiras espaciais e as distinções regionais precisam ser derrubadas. Mas os meios para atingir esses objetivos envolvem a produção de novas diferenciações geográficas que criam novas barreiras espaciais a serem superadas. A organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições dentro da forma de valor. É isso que quer dizer o conceito do inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo.

Para Smith (1988), o desenvolvimento desigual do capitalismo é universalmente reconhecido. Esse desenvolvimento desigual, no primeiro momento, surge quando o capitalismo se utilizava da diferença na base natural para acumular o capital. O meio ambiente natural era a base para a acumulação capitalista. A base do desigual aqui se apresenta nos recursos que existem na natureza. Sabe-se que o meio natural tem suas particularidades, por isso se difere no território.

Uma das maneiras que podemos observar essa diferenciação está presente na divisão do trabalho na sociedade, em que, na maioria das vezes, estava relacionada às diferenciações do meio natural. Smith (1988) usa Marx para explicar que a divisão do trabalho se deu de várias formas: 1. pelas condições naturais, existindo regiões que ofereciam diferentes produtos, oriundos da agricultura, pesca, extração etc.; 2. o trabalho é dividido por sexo, entre

homens e mulheres; 3. o trabalho é dividido entre agricultura e indústria, dependendo da localização, se urbano ou rural. O desenvolvimento do trabalho é ligado ao desenvolvimento das forças produtivas (corresponde à combinação da força de trabalho humana com os meios de produção). Para Ribeiro Junior (2014, p. 84),

O caráter geográfico repousa no entendimento de como o trabalho permite o desenvolvimento das forças produtivas e conseqüentemente uma apropriação maior da terra e da natureza. Desse modo o processo de trabalho permite que os homens se apropriem dos elementos naturais e objetivam os mesmos (transformação em objetos) humanizando a natureza e a si próprios. O território é nesse caso o âmbito da objetivação humana mediada pela relação de trabalho. A divisão do trabalho é marcadamente territorial (expressão espacial do metabolismo homem-natureza, homem-sociedade, homem-história) e incorpora a base natural da diferenciação no processo produtivo. Assim a fabricação de novos objetos produzidos pelo homem o leva a novas situações objetivas que requerem, assim, forças produtivas capazes de modificar a realidade existente. O território, assim, é o espaço usado pelos homens que incorporam a natureza ao processo de fabricação de meios de produção e subsistência abrindo novas necessidades e possibilidades de realização da existência (vida social) através da práxis criadora (o trabalho, a categoria essencial e fundante do ser social).

Podemos observar que existe uma diferenciação territorial do trabalho, e isso é intrínseco ao desenvolvimento desigual do capital. Smith (1988) destaca que a divisão territorial do trabalho é fruto da divisão social do trabalho mais generalizada, o que é muito complexo e causa diferenciação.

Em relação à diferenciação que acontece entre campo e cidade, Smith (1998) argumenta que esta é anterior ao capitalismo, e o capitalismo herdou essa separação. Ela só se concretiza no momento da grande migração de camponeses para a cidade. Essa separação também é um produto da divisão social do trabalho e serve como fundamento para a divisão do trabalho, como destaca Marx (1982).

Com a ampliação das cidades, as quais passam a influenciar o modo de vida das pessoas no campo, as economias coloniais têm uma especialização que objetiva a produção de matérias-primas para as indústrias europeias. Nesse momento é criada a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), tendo a indústria o papel de definidor nessa questão. Para Smith (1988, p. 166), o que ocorre é que “converte-se uma parte do globo em um campo de produção eminentemente agrícola, para abastecer a outra parte, que permanece sendo um campo eminentemente industrial”.

Quando os avanços tecnológicos vão surgindo, o índice de produção aumenta e, com isso, há necessidade de expansão territorial para as vendas das mercadorias e produção de matérias-primas. Smith (1988) destaca que a expansão do mercado dos produtos burgueses

faz com que a burguesia se expanda globalmente, levando a uma maior igualização geográfica. Para Smith (1988, p. 170), “a acumulação de capital avança não simplesmente através do desenvolvimento da divisão do trabalho, mas pelo nivelamento dos modos de produção pré-capitalistas ao plano do capital”. O globo, dentro dessa perspectiva, passa por um processo de igualização, que também resultará em desenvolvimento desigual. Quando o desenvolvimento capitalista atinge esse patamar, a competição entre Estados (países) aumenta. A busca pela conquista de novos mercados se torna cada vez mais necessária. A competição começa a ser acirrada entre alguns Estados detentores dos capitais.

A competição é o elemento que generaliza a necessidade de inovação por toda economia. A técnica e a tecnologia passam a serem elementos fundamentais para sobreviver no mercado, forçando a constante inovação. Quando houver a generalização das técnicas e das tecnologias, haverá a tendência para a igualização das condições e níveis de produção.

A igualização das diferenças geográficas e a diminuição da dimensão do espaço geográfico se dão no mesmo momento. Smith (1988, p. 175) destaca que “a igualização das condições e do nível de produção é tanto um produto da universalização do trabalho abstrato como a tendência para a diferenciação”.

A necessidade de acumular mais capital leva à expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo (capital empregado na produção dos produtos). Para que isso aconteça, faz-se necessário investimento do capital em um ambiente construído para a produção. Nesse sentido, ocorrerão investimentos em infraestruturas, tais como estradas, ferrovias, hidrelétricas etc. Outra situação que pode ocorrer é o surgimento de uma classe detentora de grande quantidade de capital, provocando a acumulação de muitos capitais em mãos de poucos capitalistas, o que leva à concentração. Smith (1988, p. 176-177) assevera que

A concentração inicial do capital em algumas mãos oferece os meios para o desenvolvimento da divisão do trabalho, para a produção de maior quantidade de produtos excedentes em cada investimento e para maior concentração do capital através da acumulação. Esta é a própria concentração onde cada capital cresce pelo reinvestimento de quantidades da mais-valia como capital.

Esse tipo de acumulação do capital tem a tendência de levar à sua centralização cada vez menos sujeitos ou empreendimentos por meio de dois ou mais capitais existentes até então. O processo de centralização tem maior ocorrência em períodos de crises, quando ocorre a destruição de um capital e o fortalecimento de outro, ou seja, acontece principalmente quando o capital social está diminuindo. Para Smith (1988, p.179), “a centralização completa

o trabalho de acumulação”. A centralização social do capital é a centralização do valor de troca em mãos de um menor número de pessoas. Já a centralização espacial é a centralização física dos valores de uso. Essa centralização social do capital tende a levar à centralização geográfica do capital. Segundo Smith (1988, p. 182), “a acumulação de capital não é somente a acumulação do proletariado, como disse Marx, mas a acumulação do proletariado em certos lugares de produção”. A acumulação de capital por parte de um Estado atrai a aglomeração de pessoas e é o que podemos observar que acontece em alguns países desenvolvidos.

A desvalorização de capital pode levar a crises. Harvey citado por Smith (1988) destaca que as crises são divididas em três tipos: parciais, de transferências e globais. As crises parciais são localizadas por setor ou área e tem efeito local. As crises de transferências atingem um setor ou área por completo e têm efeito regional. As crises globais são as que afetam todo o sistema capitalista. Estas últimas são típicas do neoliberalismo, devido aos investimentos serem principalmente de capitais estrangeiros e os sistemas financeiros estarem interligados com os organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.

Para Smith (1988), os investimentos estatais e privados ocorrem em diferentes partes do ciclo, o que resultará em anéis de desenvolvimento entre público e privado. Os capitais, sejam eles públicos ou privados, possuem o mesmo objetivo, que é o desenvolvimento do capitalismo.

Na matriz energética, podemos observar em diferentes períodos a presença dos investimentos de capitais públicos e/ou privados. Esses investimentos fazem parte do processo de desenvolvimento do sistema capitalista. Muitos desses recursos são investidos nas forças produtivas, sejam em tecnologia ou infraestrutura, ou até mesmo na melhoria dos salários dos funcionários. Todo esse processo ajuda no desenvolvimento e acúmulo de capital.

### **2.3 Acumulação primitiva e seu legado para o capitalismo**

O processo de acumulação de capital é o que move o sistema capitalista. Existem algumas maneiras que esse sistema encontrou para promover seu desenvolvimento. Em princípio, é importante destacar como se deu o processo de formação da acumulação chamada por Marx (2013) de primitiva e, depois, analisar como o capitalismo se apoderou desse modelo de acumulação. Quanto ao processo

[...] que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (MARX, 2013, p. 836).

A acumulação primitiva foi um passo importante para o desenvolvimento do capitalismo, pois ela fornece as bases para a formação do sistema capitalista. Marx (2013, p. 827) declara que acumulação primitiva é uma “acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida”. Essa maneira de acumular capital foi a pioneira no ato de criar condições para que o sistema capitalista se fixasse como principal sistema econômico do planeta Terra. Para Marx (2013), foi a sociedade econômica feudal que deu a estrutura econômica para a sociedade capitalista. Fazendo a análise do processo de acumulação primitiva capitalista, é importante destacar que

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo (MARX, 2013, p. 837- 838).

Podemos observar que as bases de acumulação de capital já começam como modo de exploração por parte dos detentores das terras. A exploração das forças produtivas é intrínseca ao surgimento da acumulação primitiva.

Em relação à acumulação primitiva de Hunt e Lautzenheiser (2013) argumentam que esse tipo de acumulação capitalista, mesmo sendo apenas um processo geral da economia, deveria ser observado sobre dois tipos de processo socioeconômico: “como processo de criação da classe operária sem propriedades, economicamente indefesa e dependente, ou como a criação de uma classe capitalista rica, com controle monopolista sobre os meios de produção” (HUNT; LAUTZENHEISER 2013, p. 201). Já Ribeiro Junior (2014, p. 58) destaca que

Ainda na acumulação primitiva, pode-se entender como a riqueza dos capitalistas emergentes e dos proprietários de terra pauperizou o povo pela usurpação das terras que formaram uma oligarquia. Marx, ao longo do capítulo, mostra como a lei se tornou veículo do roubo e da destituição de direitos, como a agricultura e a terra comunal foram desconectadas, a transformação da propriedade feudal em propriedade privada moderna e a alienação fraudulenta dos domínios do Estado.



É importante destacarmos que Estado é organismo que vai dar o suporte para que a acumulação primitiva aconteça. Para Harvey (2005), o Estado sempre teve papel importante na acumulação capitalista e, na acumulação primitiva, usa de seus poderes a serviço da acumulação de capital, que começou pelas distribuições ou expropriações de terras da igreja, as quais eram de uso comum e foram divididas por meio de ações do próprio Estado, assim se transformaram em propriedade privada. O papel do Estado aqui é criar condições para que o desenvolvimento capitalista aconteça, ou seja, um Estado interventor nas atividades econômicas.

Como podemos observar, o processo de acumulação capitalista sempre foi marcado por expropriação de algo que é coletivo (bem comum), que será transformado em propriedade privada, nem sempre de maneira pacífica, sendo o Estado o principal responsável por proporcionar as condições para o seu desenvolvimento. A evolução do capitalismo é fruto do poder do Estado e da lógica territorial do poder.

A produção econômica do espaço quase sempre envolve as divisões territoriais e espaciais do trabalho, as quais são fruto de troca no espaço geográfico. A acumulação de capital depende dessas duas variáveis. “O ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos” (HARVEY, 2005, p. 117).

A acumulação primitiva original, que aconteceu entre os séculos XVI e XVII, constituiu as bases para a Primeira Revolução Industrial, ocorrida na Europa. Com o surgimento das indústrias, fez-se necessário o uso das fontes energéticas em maior amplitude, para promover o seu desenvolvimento. Naquele período, começaram a usar as fontes de energias como carvão mineral e logo depois a hidráulica.

Os avanços tecnológicos que ocorreram com o desenvolvimento das técnicas a partir do século XVIII são frutos de acumulação de capitais que foram adquiridos na acumulação que Marx chamou de primitiva. A acumulação primitiva foi a base do desenvolvimento do capital, pois foi por meio dessa acumulação que se iniciou o desenvolvimento da estrutura produtiva do sistema capitalista.

Na atualidade, vem ocorrendo uma onda semelhante à acumulação primitiva, a qual Harvey (2005) denominou de acumulação por espoliação.

## 2.4 Acumulação por espoliação como uma alternativa para acumular capital

Após a análise da acumulação primitiva, é imprescindível discutir como a acumulação por espoliação contribuiu para o desenvolvimento do sistema capitalista. Analisando a acumulação por espoliação, poderemos observar outra forma que o sistema capitalista adquiriu para promover seu desenvolvimento.

Para explicar a acumulação do capital, R. Luxemburg citado por Harvey (2005, p. 115) destaca dois fatores responsáveis por esse processo:

Um deles concerne ao mercado de bens e ao lugar em que é produzida a mais-valia — a fábrica, a mina, a propriedade agrícola. Vista desta ótica, a acumulação é um processo econômico puro, tendo como fase mais importante uma transação entre o capitalista e o trabalhador assalariado. Aqui, ao menos formalmente, a paz, a propriedade e a igualdade prevalecem, e foi necessária a aguda dialética da análise científica para revelar que o direito de propriedade se transforma, no curso da acumulação, em apropriação da propriedade alheia, que a troca de mercadorias se torna exploração e a igualdade vem a ser regime de classe. O outro aspecto da acumulação do capital se refere às relações entre o capitalismo e modos de produção não capitalistas, que começam a surgir no cenário internacional. Seus métodos predominantes são a política colonial, um sistema internacional de empréstimos — uma política de esferas de interesse — e a guerra. Exibem-se abertamente a força, a fraude, a opressão, a pilhagem, sem nenhum esforço para ocultá-las, e é preciso esforço para discernir nesse emaranhado de violência política e lutas pelo poder as leis férreas do processo econômico.

Podemos observar que a acumulação por espoliação é pautada na exploração, no regime de classe, em uma política de interesses e também por meio do poder coercitivo, assim como ocorreu na acumulação primitiva. Para Harvey (2005), a acumulação por espoliação seria a acumulação primitiva da atualidade.

Harvey (2005) usa o termo “acumulação via espoliação” para explicar uma das maneiras de acumular capital. Para ele, a acumulação via espoliação pode ser por diversas vias, e uma delas é a privatização e a mercadificação. Alguns exemplos de acumulação via espoliação podemos observar em:

[...] A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual) (HARVEY, 2005, p. 121).

A acumulação por espoliação ajuda no trabalho da sobreacumulação, liberando um conjunto de ativos, como foi destacado por Harvey (2005), a custo muito baixo. Nesses ativos incluem a força de trabalho.

Outra maneira de acabar com o problema da sobreacumulação capitalista são as crises que já são inerentes ao capitalismo. Para Harvey (2005), o Estado e as instituições financeiras têm de provocar uma desvalorização de alguma etapa do capital, a fim de evitar um colapso da acumulação por espoliação.

Uma das interpretações que podemos perceber da acumulação por espoliação é de que “a acumulação por espoliação pode ser interpretada como o custo de ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado” (HARVEY, 2005, p. 130).

A acumulação por espoliação tem caráter exploratório e esse caráter é abastecido por motivos internos (que parte do próprio país) e também externos (que são impostos por outras nações-Estados ou instituições financeiras).

Como exemplo de acumulação por espoliação no setor energético, podemos citar, as vendas de empresas que foram dos Estados, e que passaram para uma empresa ou um grupo de empresas privadas (chamadas de consórcios). Outro momento é quando o governo por meio de processo de concessão, passa o direito de explorar os recursos naturais, tais como a água e os recursos minerais, que eram do estado para uma empresa privada explorá-los.

O neoliberalismo faz parte desse processo, pois ele provoca, entre outras coisas, as privatizações das estatais, que são parte desse modelo de acumulação de capital via espoliação. Todo esse processo vai desencadear em processo de desenvolvimento do capital em que o desigual é uma propriedade particular do capitalismo. O capital se desenvolve de acordo com o desenvolvimento das técnicas de produção e dos arranjos territoriais que são característicos de cada ambiente de produção.

O neoliberalismo é fruto da retomada de propostas liberais, que será o assunto seguinte a ser abordado.

## **2.5 Propostas liberais como base para o neoliberalismo**

Para o entendimento do neoliberalismo, é preciso compreender as propostas dos liberais e a perspectiva intervencionista na economia, pois essas são suas referências. Fazer uma abordagem das políticas liberais é também fundamental para o entendimento do processo de formação do capitalismo e seu desenvolvimento. Antes de adentrarmos ao discurso das

teorias liberais, é importante destacar sobre o nascimento das dessas ideias. Silveira (2009, p. 22) aduz que

Nada é plenamente consensual em História, certamente encontrará poucos detratores a tese de que o liberalismo econômico nasce como uma contraposição ao mercantilismo. Já em fins do séc. XVII, alguns pensadores teorizavam acerca dos perigos do protecionismo mercantilista para os negócios. Nicholas Bardon, com *A Discourse of Trade*, de 1690 e Dudley North, com *Discourses Upon Trade*, de 1691, são exemplos. No séc. XVIII, os fisiocratas franceses foram os precursores do liberalismo econômico clássico.

Podemos observar que as ideias liberais começam a alcançar popularidade no século XVII e seu apogeu se disseminar na Europa, com a Revolução Industrial, que ocorreu a partir do século XVIII. A situação do Estado, de acordo com as ideias liberais, foi destacada no início desse capítulo, agora faremos uma apresentação de políticas econômicas liberais.

As propostas econômicas liberais foram fundamentais para o desenvolvimento do livre mercado e para a expansão territorial do capitalismo. É importante destacarmos as concepções de alguns teóricos que adotaram os pressupostos liberais e quem era um dos críticos dessa proposta. Neste trabalho, analisar-se-ão ideias de Dudley North, Adam Smith, David Ricardo e Keynes.

Discutir o papel dos pressupostos liberais é fundamental para o entendimento das ideias liberais econômicas. Martins (2012, p.61) afiança que

O liberalismo clássico, em especial o de orientação utilitarista, parte do pressuposto de que há uma interdependência ou mesmo uma convergência entre os interesses individuais e o interesse coletivo. Cada indivíduo, movido pelo interesse pessoal, mobiliza seus melhores recursos e habilidades com o objetivo de maximizar seus benefícios e ganhos. Ao atuar dessa forma, ele contribui, mesmo não tendo essa intenção, para a realização do interesse coletivo, sendo assim socialmente útil. Se os indivíduos tiverem a liberdade de buscar a realização dos seus interesses próprios sem obstáculos, as trocas econômicas e sociais seguirão um rumo harmonioso, proporcionando o aumento do bem-estar geral. Assim, no centro de uma organização econômica que se sustenta na utilidade e na troca se situa o interesse, que opera como critério delimitador do que é útil, mas também como motor que impulsiona a mecânica das trocas.

O liberalismo é pautado nos interesses individuais, em que esse tipo de interesse ajuda a maximizar os interesses coletivos. É importante mencionar que “[...] das ideias dos capitalistas sobre a natureza da humanidade e suas necessidades de serem livres das grandes restrições econômicas é que nasceu a filosofia do individualismo, que serviu de base para o liberalismo clássico” (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 24). O individualismo citado é o

econômico e o religioso, como veremos a seguir, nas palavras de Hunt e Lautzenheiser (2013, p. 25):

Um dos exemplos mais importantes desse individualismo e dessa filosofia de classe média foi a teologia protestante, que surgiu com a Reforma. Os novos capitalistas da classe média queriam liberdade, não só em relação às restrições econômicas que atrapalhavam a produção e o comércio, mas também em relação ao opróbrio moral que a Igreja Católica tinha associado aos seus motivos e às suas atividades.

A crença de [...] “que as restrições à produção e ao comércio dentro de uma nação eram prejudiciais aos interesses de todos – difundiu-se cada vez mais, em fins do século XVII e no começo do século XVIII” (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 25). As ideias de que a interferência do Estado na economia era prejudicial para o desenvolvimento da sociedade foram os argumentos que os liberais utilizaram.

Faz-se necessário mencionar quem foram alguns dos principais teóricos da proposta liberal. De acordo com Hunt e Lautzenheiser (2013, p. 26-27), Dudley North tenha sido, talvez, o primeiro a falar da ética individual, que se transformou na base do liberalismo clássico, isso porque

North achava que todos os homens eram motivados primordialmente pelo interesse próprio e que deveriam ter liberdade para competir por si sós num mercado livre, para que o bem-estar público fosse maximizado. [...] O bem-estar público seria mais bem atendido, na opinião de North, se a maioria das leis restritivas que concediam privilégios especiais fosse inteiramente abolida.

A competição em um mercado livre era vista por North como fundamental para maximizar o bem-estar da sociedade em geral e, para se chegar a isso, os privilégios tinham de acabar. North foi o percussor das ideias liberais clássicas.

Adam Smith foi outro defensor do liberalismo econômico, talvez o mais importante autor dessa teoria econômica. Segundo Hunt e Lautzenheiser (2013), Adam Smith (1723-1790) se diferenciou de todos os outros economistas que vieram antes dele, tanto por sua formação acadêmica, “como foi o primeiro a elaborar um modelo abstrato completo e relativamente coerente da natureza, da estrutura e do funcionamento do sistema capitalista” (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 33). A obra mais importante de sua carreira intelectual foi titulada de “A riqueza das Nações”.

Adam Smith foi um dos precursores do liberalismo na economia. Para ele, o mercado deveria ser o regulador das relações econômicas do Estado. Vasconcellos e Garcia (2014, p. 20) dizem que “seus argumentos baseavam-se na livre iniciativa, no *laissez-faire*.

Considerava-se que a causa da riqueza das nações é o trabalho humano”, e a divisão do trabalho humano era fundamental para aumentar a produção capitalista.

Smith, em sua teoria econômica, fez uma análise buscando identificar quais eram os fatores sociais e econômicos que mais agradavam os indivíduos. A finalidade dessa teoria era promover uma política pautada na felicidade dos indivíduos. A teoria de Smith foi denominada de teoria do Bem-estar Econômico. “A definição de Smith de bem-estar econômico era bastante simples e direta. O bem-estar humano dependia da quantidade do “produto do trabalho” anual e dos “números dos que deveriam consumi-lo” (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 47).

Com base nas forças que poderiam promover o bem-estar econômico foi que Smith listou alguns fatores que impendiam o sistema capitalista de atingir o seu objetivo, que era o bem-estar humano. Um dos fatores era a interferência do Estado nas atividades econômicas, porque,

No contexto da teoria da História, de Smith, o capitalismo representava o estágio mais alto de civilização e atingiria seu ponto culminante quando estivesse evoluído para um estado em que o governo tivesse adotado uma política de *laissez-faire*, permitindo que as forças da concorrência e o livre jogo da oferta e da demanda regulassem a economia, que ficaria quase que completamente livre das restrições do governo ou de suas intervenções (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 48).

Podemos observar que Smith acreditava que o mercado, como regulador econômico, seria o melhor para o desenvolvimento do sistema capitalista e, conseqüentemente, o do bem-estar humano, como podemos observar nessa afirmação: “[...] o capitalismo *laissez-faire* ou, conforme Smith o chamava “o sistema óbvio e simples de liberdade natural” é afirmado como o melhor sistema econômico possível” (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 48). Para Smith, o sistema econômico funcionaria melhor quando o homem fosse livre para lutar por seus ideais, de acordo com sua maneira, concorrendo de acordo com seu capital etc. O mercado livre ajudaria a manter a harmonia entre os povos e acabaria de vez com o egoísmo, o monopólio e os subsídios propostos pelos governos etc. Hunt e Lautzenheiser (2013, p. 51) acrescentam que

Os mercados livres e em concorrência não só dirigiriam o emprego de capital para os setores em que ele fosse mais produtivo, como também fariam – mais uma vez por meio da “mão invisível”, que dirigia a maximização egoísta do lucro para canais socialmente úteis – com que fossem produzidas as mercadorias de que as pessoas precisassem e mais desejassem.

Podemos observar que o livre mercado melhoraria a busca por tecnologia que fizesse os setores econômicos mais produtivos evoluírem, com isso aumentaria o número de produtos no mercado, aumentando, assim, a concorrência entre os detentores do capital.

Outro teórico defensor das ideias liberais clássica foi David Ricardo. Após Smith, foi quem contribuiu muito para explicar o desenvolvimento capitalista.

Hunt e Lautzenheiser (2013) destacam que David Ricardo (1772-1823) foi um homem muito rico, pois ganhou muito dinheiro nas bolsas de valores. Além disso, cabe mencionar que, “em 1799, leu a riqueza das Nações, de Adam Smith e, desde então, até sua morte, passou o tempo estudando e escrevendo sobre questões de Economia Política e Aumentando sua fortuna” (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 77).

David Ricardo, baseado nas ideias de Smith, destaca que todos os custos eram resumidos em custos do trabalho, e a acumulação de capital, juntamente com o aumento populacional, provocaria a elevação da renda da terra (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014). Ricardo foi um dos primeiros teóricos a defender a ideia de criar imposto sobre a terra. Para ele, a base econômica na retaguarda do imposto adquirido sobre a terra poderia ajudar na solução de alguns problemas. Isso aconteceria, principalmente, se fosse devolvido para a comunidade um pouco da riqueza que a comunidade ajudou na criação.

Ele também analisou o comércio internacional e criou a teoria das vantagens comparativas, na qual “o comércio entre países dependeria das dotações relativas de fatores de produção” (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014, p. 20).

David Ricardo foi o criador da teoria das vantagens comparativas envolvendo as relações comerciais internacionais. Em relação a essa teoria, Hunt e Lautzenheiser (2013, p. 100) destacam que

Ricardo foi o primeiro economista a argumentar coerentemente que o livre-comércio internacional poderia beneficiar dois países, mesmo que um deles produzisse todas as mercadorias comercializadas mais eficientemente do que o outro. Também foi um dos primeiros economistas a argumentar que, como o capital era relativamente imóvel entre as nações, era preciso elaborar uma teoria separada do comércio internacional, diferenciado do comércio interno do país.

Para Ricardo, se um país investisse mais nos produtos que eles tinham mais eficiência na produção, esses produtos chegariam em maior proporção aos mercados e a população teria uma diversidade de produtos para a escolha. Sabemos que a quantidade de produtos no mercado pode influenciar no preço da mercadoria para o consumidor. Ainda com relação ao comércio entre os países, “Ricardo argumentava que um país não precisa ter uma *vantagem*

*absoluta* na produção de qualquer mercadoria, para que o comércio internacional entre ele e outro país seja mutuamente benéfico” (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 100). Ainda,

[...] dois países poderiam beneficiar-se com o comércio, se cada um tivesse uma *vantagem relativa* na produção. Vantagem relativa significava, simplesmente, que a razão entre trabalho incorporado às duas mercadorias diferia entre os dois países, de modo que cada um deles poderia ter, pelo menos, uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado seria menor do que o do outro país (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 100).

Ricardo era contra o protecionismo mercantilista e a favor da ótica liberal na economia, assim como Adam Smith. Para ele, o protecionismo só beneficiava um grupo seleto de detentores de capital, enquanto os pobres quase não se beneficiariam. Com a abertura comercial, as importações aumentariam o padrão de vidas das pessoas, pois as pessoas podem adquirir os produtos que elas quiserem com os melhores preços.

Um questionador das ideias liberais foi John Maynard Keynes (1883-1946), que também foi um dos grandes teóricos das teorias econômicas capitalistas. Keynes se destacou na década de 1930, pós crise de 1929, questionando o liberalismo econômico. Foi a favor de uma maior interferência do Estado na economia. Vasconcellos e Garcia (2014, p. 23) destacam que, “segundo o pensamento keynesiano, um dos principais fatores responsáveis pelo volume de emprego é **o nível de produção nacional** de uma economia, determinado, por sua vez, pela **demandada agregada ou efetiva**” (destaque no texto).

A teoria de Keynes vem no período em que a expansão de capital já não era o suficiente para conter a crise econômica que assola o mundo. De acordo com Hunt e Lautzenheiser (2013), a obra de Keynes intitulada “Teoria Geral” foi publicada em 1936, período de grande depressão econômica, que se prolongou até o período da Segunda Guerra Mundial. No período entre 1930 e 1940, muitos governos investiram em produção de armas, com isso houve um aumento nos números de empregos, conseqüentemente, os números de desempregados diminuíram. “A maioria dos economistas achava que essa experiência durante a guerra comprovou as ideias de Keynes. O capitalismo – proclamavam eles – podia ser salvo, se o governo usasse corretamente seu poder de tributar, tomar emprestado e gastar dinheiro” (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 364).

A interferência do governo na economia passa a ser vista como a salvação do capitalismo. Nesse momento, as ideias de Adam Smith do liberalismo (da organização promovida pelo mercado) já não atendiam aos interesses dos governantes.



O que muda em relação às ideias de Smith é que o Estado em Keynes é visto como o principal mecanismo de ajuste da economia e regulação do crescimento econômico, pois, para este,

[...] numa economia em recessão, não existe forças de auto-ajustamento, por isso se torna necessária a intervenção do Estado por meio de uma política de gastos públicos. Tal posicionamento teórico significa o fim da crença no **laissez-faire** como regulador dos fluxos real e monetário da economia e é chamado princípio da **demanda efetiva** (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014, p. 23) (destaque no texto original).

O autoajustamento econômico do mercado não foi o suficiente para impedir a crise no sistema capitalista. O *laissez-faire* não conseguiu conter o nível de desenvolvimento do capital. Nesse momento, a intervenção estatal, principalmente no controle do gasto público, foi fundamental para que o desenvolvimento voltasse aos anseios dos capitalistas.

Para Dardot e Laval (2016, p. 59), a força de Keynes veio justamente por saber colocar a problemática da governabilidade daquele período em seu discurso:

Keynes quer estabelecer a distinção entre o que os economistas disseram de fato e o que a propaganda respondeu. Para ele, o *laissez-faire* é um dogma social simplista que amalgamou<sup>1</sup> tradições e épocas diferentes, sobretudo a apologia da livre concorrência do século XVIII e o “darwinismo social” do século XIX.

Keynes viu que o *deixa fazer* em relação do mercado naquele momento não passava de um dogma, e o momento era de intervir na economia e dar resposta o mais rápido possível para o desenvolvimento do capital.

O modelo keynesiano de intervenção estatal na economia vai começar a entrar em crise na década de 1960, com isso os questionamentos começam a aparecer em relação a teoria de Keynes. Lembrando que, quando uma teoria não provoca mais o desenvolvimento do capital (a acumulação de capital), é comum surgir uma nova teoria de desenvolvimento para o tal capital. A teoria de Keynes passou a ser fortemente questionada. Sobre isso, Prado (2007, p. 57) afirma que

Mas o esgotamento do modelo de acumulação fordista/keynesiano/social democrata trará a oportunidade de ouro para os defensores da liberdade capitalista irrestrita. Serão atribuídos ao Estado provedor os males da economia nos anos 70. Os déficits públicos, explicados pelos gastos excessivos com o Welfare State - poucas palavras sobre o militarismo; a redução dos lucros aos protagonismos dos sindicatos, que forçavam o crescimento dos salários além dos ganhos de produtividade; a redução

---

<sup>1</sup> Amalgamou vem do verbo amalgamar. O mesmo que: caldeou, combinou, fundiu, mesclou, misturou, reuniu. (DICIO, online).

da produtividade e dos investimentos ao excesso de regulamentação sobre a atividade empresarial e a inflação crescente às políticas monetárias expansivas e ao excesso de protecionismo comercial.

Nesse momento fortificou-se a ideia de implantar um novo modelo de liberalismo, conhecido como neoliberalismo. A ideia central dessa nova ideia liberal é estabelecer certo limite a ações do Estado, pois para os neoliberais as liberdades econômicas e políticas estavam agredidas pelo intervencionismo imposto pelo Keynesianismo.

Fazendo a análise das teorias de Dudley North, Adam Smith, David Ricardo e de Keynes, é possível observar diferentes maneiras de como o capital se ajusta para se manter no controle da economia. Esse poder de mudanças faz parte do metabolismo do capitalismo.

Os teóricos liberais acreditavam na força do livre mercado para a regulação da economia capitalista. Como já fora mencionado, as propostas liberais não queriam interferência do Estado na economia, deixando o mercado ser o regulador de todas as atividades que a envolviam.

O que se pode observar foi que, em nome de uma política pautada na economia, os direitos ao bem-estar dos indivíduos, muitas vezes, foram suprimidos. Dardot e Laval (2016) afirmam que, no passado, a função do liberalismo era de combater o poderio dos reis e, no futuro, será combater as pressões impostas pelas massas e o poder dos parlamentos.

Dardot e Laval (2016) destacam que, como defensor da concorrência na economia, Spencer vai mudar o centro da gravidade do pensamento liberal, deixando de lado a divisão do trabalho e passando a concorrência como uma necessidade de sobrevivência do pensamento liberal. Para esses autores,

De todo modo, a “reação” de Spencer à crise do liberalismo, com o deslocamento que ele faz do modelo da troca para o da concorrência, constitui um evento teórico que terá efeitos múltiplos e duradouros. O neoliberalismo, em seus diferentes ramos, será profundamente marcado por esse evento, mesmo quando o evolucionismo biológico for abandonado. Será evidente que a concorrência é, como luta entre rivais, o motor do progresso das sociedades e que todo entrave que se coloca a ele, em particular pelo amparo às empresas, aos indivíduos ou mesmo aos países mais fracos, deve ser considerado um obstáculo à marcha contínua da vida. Infelizes dos vencidos na competição econômica (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 54).

Essa ideologia concorrencialista renovou o dogmatismo do *laissez-faire*, com prolongamentos políticos significativos nos Estados Unidos, que puseram em questão algumas leis de proteção dos assalariados (DARDOT; LAVAL, 2016). O Estado do bem-estar era deixado de lado, pois era visto como um atraso para o desenvolvimento do capitalismo liberal.

Então, o que podemos destacar é que o concorrencialismo tenta acabar com a interferência do Estado na economia e, ao mesmo tempo, abrir caminhos para o livre mercado. Isso faz parte das ideias liberalistas e que servirá também de base para a construção do neoliberalismo.

A privatização das estatais (empresas públicas) e outras políticas de incentivos são vistas como uma prática rotineira do Estado, e o bem-estar social sofre alteração com a prática neoconservadora.

A ideia neoliberal provocou o que Harvey (2012) chamou de “destruição criativa”, isso nos antigos poderes do Estado, chegando ao abalamento das maneiras que ele adquiriu e conseguiu a sua soberania. Para o autor, todas as ações humanas passam a ser regidas pelo mercado. A sociedade passa por um processo de mudança, em que a tecnologia da informação é uma das propulsoras para o desenvolvimento de uma nova sociedade que atenda às necessidades do neoliberalismo, ou seja, do mercado.

Para Harvey (2012), o princípio neoliberal na América Latina aconteceu pela primeira vez no Chile, no final da década de 70. A privatização de algumas empresas estatais e a liberalização dos recursos naturais para a exploração e o direito ao livre comércio ganharam forças nesse período. Muitas empresas estatais foram adquiridas pela iniciativa privada e alguns direitos dos trabalhadores deixaram de existir.

Esse processo pode muitas vezes provoca crises no sistema capitalista. As crises, sejam elas políticas ou econômicas etc., têm influência no processo de acumulação de capital. É de fundamental importância entendermos o papel delas para o desenvolvimento do sistema capitalista.

## **2.6 A crise da reestruturação produtiva do capital e o neoliberalismo**

As crises são inerentes ao sistema capitalista. Essas crises podem ser de ordem econômica, tais como: bancária e fiscal, de reestruturação produtiva ou social. A acumulação de capital no período de crises tem ligação com inovações tecnológicas que não foram introduzidas antes e durante as crises. Essas inovações tecnológicas fazem parte das forças produtivas.

Em relação à economia, Smith (1988) diz que a acumulação de capital se dá pelo desenvolvimento histórico das forças produtivas, da mesma maneira que acontece com o crescimento gradual de capital constante em relação ao capital variável. Quando essa relação encolhe a base relativa da qual o lucro é produzido, tende-se a ter uma queda gradual na taxa

de lucro. Esse processo dá um maior impulso à acumulação do capital, podendo levar à superacumulação do capital. As crises violentas e agudas vão surgir das taxas decrescentes de lucros e da superprodução do capital.

As crises, segundo Smith (1988), são funcionais para o capital, fazendo a preparação para as condições de uma nova fase de desenvolvimento capitalista e uma subsequente expansão da produção aconteça. Quando se tem uma reestruturação da economia por meio das crises, que levará a uma nova fase da expansão do capital, teremos como resultado uma nova expansão geográfica desse capital.

No período pós-crise de acumulação, o espaço geográfico herdado da crise tende a ser reestruturado. Essa estruturação será fruto do capital, juntamente com as forças produtivas. Essas crises podem se espalhar por todo o globo terrestre devido ao liberalismo econômico.

A maior crise do capitalismo foi a crise de 1929, que provocou uma mudança estrutural no sistema capitalista. Nesse período se questionava de forma mais incisiva a situação do liberalismo. Segue a apresentação de uma análise em relação à crise do liberalismo de 1929:

O surgimento dos grandes grupos cartelizados marginalizava o capitalismo de pequenas unidades; o desenvolvimento das técnicas de venda debilitava a fé na soberania do consumidor; e as práticas dominadoras e manipuladoras dos oligopólios e dos monopólios sobre os preços destruíam as representações de uma concorrência leal, que beneficiava a todos. Parte da opinião pública começava a ver os homens de negócios como escroques de alto gabarito, não como heróis do progresso. A democracia política parecia definitivamente comprometida pelos fenômenos maciços de corrupção em todos os escalões da vida política. Os políticos faziam sobretudo o papel de marionetes nas mãos dos que detinham o poder do dinheiro. A “mão visível” dos empresários, dos financistas e dos políticos ligados a eles enfraqueceu formidavelmente a crença na “mão invisível” do mercado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 40).

É possível perceber que a crise no liberalismo se deu devido às leis de mercado por não serem compatíveis com uma concorrência perfeita.

Mais recentemente temos, uma crise econômica atrelada a outra social. Em relação a crise na atualidade. Streeck (2018) destaca que a crise capitalista da atualidade, ou seja, do século XXI, que é política e econômica, só pode ser compreendida se levar em consideração o que aconteceu na década de 60 e 70. A primeira tentativa é interpretar as teorias da crise daquele período. Lembramos que a crise capitalista que aconteceu na década de 1970 está fortemente ligada à crise do petróleo.

Em relação aos tipos de crises, Streeck (2018) destaca que existem três tipos presentes atualmente no capitalismo dos países democráticos ricos. Essas crises são bancárias, de

finanças públicas e de economia real. A crise bancária é fruto dos muitos créditos concedidos pelos bancos durante sua fase financeira, e esses créditos se transformaram muitas vezes em inadimplência. A crise fiscal é o resultado dos déficits do orçamento público, principalmente pelo aumento nos números dos endividamentos dos Estados, durante um longo período. Já em relação à crise da economia, expõe que ela se manifesta em uma elevada taxa de desemprego e na falta de progresso da economia, isso provocado porque as empresas e também os consumidores, muitas vezes, não conseguem obter créditos juntos aos bancos, principalmente por endividamento anteriores, ou pela incerteza do pagamento do crédito, ou da falta de capital nos bancos. Streeck (2018, p. 58) assevera que

Existe, manifestamente, uma ligação estreita entre as três crises: a crise bancária está vinculada à crise do Estado por meio do *dinheiro*; a crise bancária está relacionada à da economia real pelo *crédito*; e as crises das finanças públicas estão ligadas à economia real por meio de *despesas e receitas públicas*. As crises reforçam-se reciprocamente, sendo que a dimensão, a ponderação e a interligação das três variam de país para país. Existem, ao mesmo tempo múltiplas interações: bancos que vão à falência podem arrastar consigo bancos noutros locais; a subida generalizada de juros de dívida soberana, provocada pela insolvência de um país, pode arruinar as finanças públicas de muitas outras nações; conjunturas favoráveis e recessões em nível nacional têm impacto internacional etc.

Podemos observar que a forma que conduz a política que põe fim a uma crise pode provocar ou agravar uma outra crise, e isso são efeitos secundários imprevisíveis ao capitalismo, pois se faz sempre necessário investir recursos de outras áreas para organizar as forças produtivas que estão gerando a crise.

Foram as crises econômicas, políticas e sociais que levaram os governos de alguns países a buscar medida que promovessem o desenvolvimento do capital e, assim, o crescimento econômico.

O estudo das crises capitalistas ajuda a entender como o capital se comporta em um período de recesso e como ele sobrevive às crises que frequentemente acontecem com esse sistema. É importante destacar que, devido à crise na década de 1970, o neoliberalismo vai ganhar força. O que aconteceu foi: “O neoliberalismo, diante da crise que se instaurava, ganhava força, até porque o planejamento central e o aumento dos gastos públicos do pós-guerra eram apontados como culpados pelo endividamento e pela crise fiscal” (HERTEL, 2002, p. 107).

Os teóricos liberais acreditavam na força do livre mercado para a regulação da economia capitalista. Como já fora mencionado, as propostas liberais não queriam

interferência do Estado na economia, deixando o mercado ser o regulador de todas as atividades que a envolviam.

O que se pode observar foi que, em nome de uma política pautada na economia, os direitos ao bem-estar dos indivíduos, muitas vezes, foram suprimidos. Dardot e Laval (2016) afirmam que, no passado, a função do liberalismo era de combater o poderio dos reis e, no futuro, será combater as pressões impostas pelas massas e o poder dos parlamentos.

Dardot e Laval (2016) destacam que, como defensor da concorrência na economia, Spencer vai mudar o centro da gravidade do pensamento liberal, deixando de lado a divisão do trabalho e passando a concorrência como uma necessidade de sobrevivência do pensamento liberal. Para esses autores,

De todo modo, a “reação” de Spencer à crise do liberalismo, com o deslocamento que ele faz do modelo da troca para o da concorrência, constitui um evento teórico que terá efeitos múltiplos e duradouros. O neoliberalismo, em seus diferentes ramos, será profundamente marcado por esse evento, mesmo quando o evolucionismo biológico for abandonado. Será evidente que a concorrência é, como luta entre rivais, o motor do progresso das sociedades e que todo entrave que se coloca a ele, em particular pelo amparo às empresas, aos indivíduos ou mesmo aos países mais fracos, deve ser considerado um obstáculo à marcha contínua da vida. Infelizes dos vencidos na competição econômica (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 54).

Essa ideologia concorrencialista renovou o dogmatismo do *laissez-faire*, com prolongamentos políticos significativos nos Estados Unidos, que puseram em questão algumas leis de proteção dos assalariados (DARDOT; LAVAL, 2016). O Estado do bem-estar era deixado de lado, pois era visto como um atraso para o desenvolvimento do capitalismo liberal.

Então, o que podemos destacar é que o concorrencialismo tenta acabar com a interferência do Estado na economia e, ao mesmo tempo, abrir caminhos para o livre mercado. Isso faz parte das ideias liberalistas e que servirá também de base para a construção do neoliberalismo.

A privatização das estatais (empresas públicas) e outras políticas de incentivos são vistas como uma prática rotineira do Estado, e o bem-estar social sofre alteração com a prática neoconservadora.

A ideia neoliberal provocou o que Harvey (2012) chamou de “destruição criativa”, isso nos antigos poderes do Estado, chegando ao abalamento das maneiras que ele adquiriu e conseguiu a sua soberania. Para o autor, todas as ações humanas passam a ser regidas pelo mercado. A sociedade passa por um processo de mudança, em que a tecnologia da informação

é uma das propulsoras para o desenvolvimento de uma nova sociedade que atenda às necessidades do neoliberalismo, ou seja, do mercado.

Para Harvey (2012), o princípio neoliberal na América Latina aconteceu pela primeira vez no Chile, no final da década de 70. A privatização de algumas empresas estatais e a liberalização dos recursos naturais para a exploração e o direito ao livre comércio ganharam forças nesse período. Muitas empresas estatais foram adquiridas pela iniciativa privada e alguns direitos dos trabalhadores deixaram de existir.

Harvey (2012) vai vincular o neoliberalismo com o novo Imperialismo. Analisar o imperialismo capitalista original faz-se necessário para o entendimento desse novo processo de desenvolvimento capitalista. Isso que iremos analisar no capítulo seguinte.

### 3 O PODER DAS EMPRESAS DO IMPERIALISMO AO NOVO IMPERIALISMO

O presente capítulo busca entender o processo envolvendo as diversas fases do sistema capitalista até chegarmos a formação do neoliberalismo.

As diversas fases de organização e os modelos (teorias) de promover o desenvolvimento do capital são fundamentais para a formação de um império dentro do sistema capitalista. O entendimento de como se dá o processo de formação do imperialismo dentro do liberalismo é fundamental para entender como se dá o processo neoliberalista que, segundo Harvey (2012), será marcado por um novo imperialismo.

Lênin foi dos precursores em discutir o Imperialismo capitalista que vigorou durante o final do século XIX e início do XX. Lênin (1987) destaca que a Revolução Industrial, que aconteceu na Europa, fez com que houvesse uma grande concentração de mercadorias e de postos de trabalhos em alguns países europeus, principalmente na Alemanha e na Inglaterra. Na América, os Estados Unidos ganham destaque em concentração de produção.

Segundo Lênin (1987, p. 19), “na Grã-Bretanha é a grandeza das empresas e o alto nível da sua técnica que originam a tendência para o monopólio”. Para o autor, as concentrações das grandes empresas fazem com que elas atinjam o monopólio comercial. Nesse momento atinge a integração de diversos setores da indústria que abrange as fases de manipulação da matéria-prima.

Lênin (1987) menciona que Marx, em o *Capital*, destacava que a livre concorrência geraria a concentração de produção, e isso levaria as empresas a atingirem um nível mais elevado de desenvolvimento que, por sua vez, chegaria ao monopólio. Lênin (1987, p. 22) aduz que as fases do monopólio podem ser resumidas da seguinte maneira:

Anos 1860-1880: ponto culminante do desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não são mais do que embriões dificilmente perceptíveis;  
 Após a crise de 1873: período de grande desenvolvimento dos cartéis; no entanto, eles ainda aparecem apenas a título excepcional. Carecem ainda de estabilidade. Têm ainda um caráter transitório;  
 Expansão do fim do séc. XIX e crise de 1900-1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se transformou em Imperialismo.

Para Lênin (1987), são os cartéis que determinam os preços dos produtos, também quais produtos devem ser produzidos, e os lucros são repartidos entre as empresas participantes. A formação de cartéis proporciona ainda mais o monopólio capitalista e, com isso, muitas empresas pequenas fecham as portas, pois são os cartéis que comandam todas as etapas da produção. Não tem como uma empresa pequena concorrer em preços e em



quantidade de produção com os cartéis, pois normalmente elas possuem poucos aparelhos tecnológicos, o que torna impossível a concorrência.

Os monopólios provocam alterações na estrutura produtiva do capitalismo, uma vez que os avanços tecnológicos fazem parte das empresas que formam os cartéis. Lênin (1987, p. 25) destaca que

O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à beira da socialização integral da produção; ele arrasta os capitalistas, seja como for, independentemente da sua vontade e sem que eles tenham consciência disso, para uma ordem social, intermediária entre a livre concorrência e a socialização integral.

Segundo o autor, a socialização citada é a da produção, porém a propriedade continua sendo privada e nas mãos de poucos indivíduos. É o que acontece com algumas empresas, no caso, os bancos. E, quando isso acontece, o comum é haver uma concentração de poder e dominação por parte dos donos dessas propriedades (ou seja, os detentores de capitais). Em relação aos bancos, é importante destacar que é um modelo de empresa que existe tanto sob propriedade privada como propriedade pública (estatal).

Os bancos possuem algumas funções e, segundo Lênin (1987), uma de suma importância é ajudar na formação do Imperialismo capitalista, transformando o dinheiro inativo em ativo e propagando a criação do lucro. Os bancos também passam por um processo imperialista, de concentração e centralização financeira.

Além de funcionar como caixa de depósitos, os bancos assumem outras funções, que são a de financiarem empreendimentos, maquinários, promoverem empréstimos de capitais dinheiros e fazerem alguns pagamentos.

O que acontece em relação aos bancos é que, quanto maior for o capital de um determinado banco, mais influente ele será. Lênin (1987) destaca que houve uma concentração maior de capital dinheiro nos grandes bancos.

Outra maneira de socialização do capital, além dos bancos, foram as caixas econômicas e os correios, empresas que surgiram no século XIX. A diferença em relação aos bancos é que esses dois órgãos são mais centralizados, porém com o mesmo objetivo, ajudar no desenvolvimento do capital.

Para não perder o seu imperialismo no que diz respeito às atividades relacionadas à socialização do capital e, como forma de se manter e controlar o mercado, os bancos criaram o monopólio, mantendo assim a hegemonia. Segundo Lênin (1987), os grandes bancos buscaram a fusão com as indústrias, em que os bancos passam a ser os principais investidores

das ações industriais. Com isso, eles assumiram um papel de dominação sobre a economia, mantendo-se como um dos acionistas do capital industrial. Lênin (1987, p. 40) acrescenta que,

No que diz respeito a íntima ligação existente entre os bancos e a indústria é, talvez neste domínio, que se manifesta com maior evidência o novo papel dos bancos. Se um banco desconta duplicatas a um industrial, se lhe abre uma conta corrente, etc., estas operações, enquanto tais, em nada diminuem a independência deste industrial, e o banco reúne, nas suas mãos, enormes capitais, se a escrituração das contas correntes de uma empresa permite ao banco - e tal é o que sucede - conhecer com cada vez maior amplitude a precisão, a situação econômica do cliente, daí resulta uma dependência cada vez mais completa, do capitalista industrial em relação “ao banco”.

Com o fortalecimento dos bancos e das indústrias, aconteceu uma união de capitais, o industrial (produtivo) e o financeiro. Porém, Lênin (1987) argumenta que no século XX o capital financeiro passou a dominar a esfera da produção capitalista.

O capital financeiro passa a influenciar cada vez mais o ramo industrial por meio de financiamento de capital (dinheiro). Nesse momento, surge o que Lênin (1987, p. 52) chama de oligarquia financeira, em que

O capital financeiro, concentrado em algumas mãos exercendo um monopólio de fato, obtém da constituição de firmas, das emissões de títulos, dos empréstimos ao Estado etc., enormes lucros, cada vez maiores, consolidando o domínio das oligarquias financeiras e onerando a sociedade com um tributo em benefício dos monopolistas.

Podemos observar que o monopólio ajusta a economia de acordo com as necessidades de expansão do capital, começando pelo industrial e, depois, financeiro.

Na fase do capitalismo financeiro, comandada pelo monopólio, observa-se a fase de exportações de capitais, como disse Lênin (1987). A internacionalização de empresas, a troca de mercadorias entre os países faz com que as exportações de capitais se acentuem entre as grandes empresas e entre os países detentores de grandes números de capitais.

A exportação de capitais faz com que os países detentores dos grandes capitais se monopolizem no ramo de empréstimos e financiamentos de armamentos, compra de produtos etc. Boa parte das exportações de capitais começou com as metrópoles em relação às colônias. Segundo Lênin (1987), foi o que aconteceu com a Inglaterra e suas colônias (o caso do Estado Unidos).

Em relação ao poderio dos Estados Unidos, Harvey (2005), em sua obra intitulada de “O Novo Imperialismo”, faz uma abordagem sistêmica, mostrando como e de que maneira esse país adquiriu a sua hegemonia a ponto de ser chamado por alguns autores de império. Em

uma comparação sistêmica, ele faz um panorama de impérios antigos e afirma que as razões dos declínios dos impérios estão nas expansões demasiadas desses territórios, em que o controle destes ficam mais difíceis na medida em que essas expansões acontecem. Para ele, foi o que aconteceu com o império Britânico, que de hegemônico foi diminuindo seu poder nos últimos tempos.

É importante lembrar que os britânicos adquiriram sua hegemonia no período do capitalismo industrial. Já quando o capitalismo passa à fase denominada de financeira ou monopolista, uma nova potência começa a emergir, os Estados Unidos.

O desenvolvimento econômico alcançado pela Inglaterra e os Estados Unidos, a ponto de serem considerados impérios, se deu, de início, no período do liberalismo clássico, que foi o período em que o mercado controlava a economia. No entanto, os Estados Unidos vão se consolidar como potência econômica após a Segunda Guerra Mundial, quando a Europa passava por um processo de reestruturação, tanto territorial como política e econômica. A hegemonia dos Estados Unidos é fruto de uma política pautada nas ideias liberais, keynesianista e neoliberalista, cada uma a seu tempo.

Para Harvey (2005), o que levou os Estados Unidos a se manterem uma potência (império) na atualidade foram as intervenções feitas em alguns países. Exemplos na América latina, o Chile, no ano de 1973, e em países asiáticos, principalmente os que ficam no Sudeste. Muitas das intervenções influenciaram ou têm ligação com golpes contra governos democráticos. O neoliberalismo é parte dessa política econômica dos Estados Unidos. Uma maneira de adquirir esse poderio foi via acumulação por espoliação, como foi destacado por Harvey (2005). Em relação à forma de capitalismo mais recente, Almeida Filho e Pauliani (2011, p. 253) observam que

[...] nos capítulos 3 e 4 de O novo imperialismo que Harvey vai apresentar os dois elementos fundamentais de sua análise do capitalismo contemporâneo. O primeiro trata do poder político, mostrando a relação entre o mesmo e a acumulação de capital, enquanto o segundo trata da “acumulação por espoliação”, ou da natureza permanente do capitalismo de demandar “acumulação primitiva”.

Percebe-se que a acumulação de capital é inerente ao capitalismo e, na sua forma mais recente, a maneira que o capital encontrou para assegurar esse processo é por meio da espoliação. Os Estados Unidos é exemplo de país que conseguiu se tornar poderoso por meio da acumulação por espoliação.

Como maneira de provar que os Estados Unidos adquiriram o seu poderio via acumulação por espoliação, Harvey (2005) cita a guerra unilateral contra o Iraque, a qual os

Estados Unidos determinaram em 2003, tendo apoio de outros países, tais como Inglaterra e Espanha. Nem todos os países foram a favor dessa guerra. Na lista dos que foram contrários estão Alemanha, França e Rússia. Ainda, segundo o autor, houve grandes mobilizações populares contra a guerra no Iraque em solo Norte Americano e também em países como Brasil e Inglaterra.

Para a invasão ao Iraque, o motivo alegado pelos Estados Unidos foi a implantação de um regime de governo democrático e acabar com um governo ditatorial. Esse modelo de acumular capital e poder podemos classificar como o que Harvey chamou “acumulação via espoliação”.

Como devemos interpretar a fase imperialista do capital? Segundo Harvey (2005), o imperialismo do capital deve ser interpretado por meio de duas lógicas, a territorial e a capitalista do poder. Foi por meio dessas duas lógicas que se deu o imperialismo dos Estados Unidos e de alguns outros países capitalistas. Harvey (2005, p. 34) destaca que

A relação entre essas duas lógicas deveria, pois, ser vista como problemática e muitas vezes contraditória (ou seja, dialética) em vez de cooperativa ou unilateral. Essa relação dialética cria o arcabouço para uma análise do imperialismo capitalista em termos da interseção dessas duas lógicas diferentes, mas interligadas. A dificuldade que afeta análises concretas de situações reais é manter os dois lados dessa dialética em movimento simultâneo, sem cair no modo de argumentação puramente político ou predominantemente econômico.

O que podemos observar é que, normalmente, a lógica capitalista é que acaba predominando. Quase sempre o Estado e império acabam agindo de acordo com as normas ou motivações capitalistas, e essa forma de agir ajuda o capitalismo no seu processo de acumulação de capital.

Para Harvey (2005), a acumulação de capital é fruto das explorações das condições geográficas desiguais, e isso faz parte das práticas imperialistas. Lembramos que o capital vai se desenvolver de acordo com as estruturas produtivas encontradas em cada território.

Em relação às práticas imperialistas, elas suprimem as condições de livre concorrência de mercados e, com isso, os monopolistas são os beneficiados com essas práticas capitalistas de acumulação. Normalmente os monopolistas são os que possuem o maior aparato tecnológico e de produção. Quando um Estado-nação se destaca em todos esses quesitos, que se soma com sua influência militar e política, ele provavelmente se torna candidato a ser um Estado-nação hegemônico.

Harvey (2005) usa Arrighi para explicar quando um Estado-nação manifesta sua hegemonia ou supremacia. Ele destaca que a dominação e a liderança moral e intelectual são

manifestações de supremacia de um Estado-nação. Isso ajuda o Estado-nação a se tornar líder, e essa liderança pode aumentar o poder do Estado que domina.

Os Estados Unidos são tidos como um Estado-nação hegemônico. Outro ponto destacado por Harvey (2005) é o fato de os Estados Unidos ter adotado com frequência a prática da coação e dominação de seus opositores. Sua hegemonia é conquistada agindo em nome da coletividade, pelo menos ele tenta transmitir isso. Harvey (2005, p. 42) continua: “a verdade mais geral é que os Estados Unidos se envolvem simultaneamente tanto em práticas coercitivas como em práticas hegemônicas, embora o equilíbrio entre as duas facetas do exercício do poder possa se alterar de acordo com o período e conforme quem ocupa o governo”.

O que podemos observar é que um país considerado império sempre buscará a melhor alternativa para resolver seus problemas. Essas práticas vão depender do momento que se estiver vivenciando.

Em relação ao imperialismo dos Estados Unidos, Harvey (2005) destaca que a ascensão desse país começou da ascensão do imperialismo burguês, na liderança adquirida no pós-guerra e que se fortifica com o neoliberalismo.

A implantação do neoliberalismo é um exemplo de uma ordem aberta ao comércio internacional e uma maneira de acumular capitais em uma perspectiva capitalista, como foi destacado por Harvey (2005).

### **3.1 Neoliberalismo como uma prática política econômica**

Antes de adentrarmos às características do neoliberalismo, devemos lembrar que “[...] o termo neoliberal designa o conteúdo da política de Estado e a ideologia particular predominantes em determinada fase do processo de reprodução ampliada do capital” (MARTUSCELLI, 2013, p. 20). O objetivo dessa unidade nesse momento é identificar quando e onde surgiu o neoliberalismo?

O neoliberalismo surge em um momento em que o capitalismo atravessa mais uma de suas crises. Essa teoria visa a uma política econômica pautada na intervenção mínima do Estado em relação à economia.

Onde surgiram as ideias neoliberais? Harvey (2005) destaca que as ideias neoliberais começam a ganhar forças como uma doutrina político-econômica no final de 1930 e começo da década de 1940, porém só depois de uma crise geral de sobreacumulação aguda que o movimento começa a ganhar destaque como alternativa ao keynesianismo e outras doutrinas

centradas no Estado. Sua consolidação teórica se deu na década de 1940, após a Segunda Guerra Mundial, em que muitos países precisavam de capital para reestruturar seus territórios que foram devastados pela guerra e pelas crises. Aqui podemos observar mais uma alternativa que o capitalismo busca para garantir o seu desenvolvimento. Para Anderson (1995, p. 9) “[...] foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944”.

Questionando a perspectiva socialista, Ribeiro (2019, p. 18) observa que

Hayek fundamentou sua argumentação na premissa de que o socialismo representa um risco à democracia a fim de vender o neoliberalismo como única alternativa democrática, utilizando-se de um contexto em que há forte temor pela ascensão de regimes autoritários, já que seu livro fora escrito durante a Segunda Guerra Mundial.

Para Dardot e Laval (2016) e Foucault (2008), o pioneirismo das ideias do neoliberalismo se deu no congresso Walter Lippman, em 1938, na França, e não na Conferência organizada por Hayek, em 1947, na Suíça. Segundo eles, o que os dois eventos têm em comum é a ideia de um processo de renovação das ideias liberais. Os autores destacam que o termo neoliberalismo foi proposto por Alexander Rustow, um sociólogo e economista alemão, durante o colóquio Walter Lippmann.

O que tanto o grupo que participou do Colóquio Walter Lippmann como o outro grupo que participou da Conferência organizada por Hayek tinham em comum era que teciam críticas ao intervencionismo que recaía sobre o mercado. Para eles, o Estado tinha de apenas supervisionar as atividades relacionadas ao mercado. No máximo, pedia-se ao Estado para supervisionar o bom funcionamento do mercado. No neoliberalismo, o Estado tem o papel de garantir a segurança e estabilidade comercial para atrair os investimentos internacionais.

Com essa nova maneira de movimentar a economia capitalista, as interferências do Estado sobre as liberdades dos indivíduos passam a ser questionadas. Mendes (2012, p. 18) diz que, “para o neoliberalismo, o Estado retira a liberdade dos indivíduos, considerando que eles são trabalhadores e não podem decidir a venda de sua força de trabalho no mercado, o que os torna reféns incondicionais do capitalista”.

Outro ponto de devemos observar está relacionado aos princípios do neoliberalismo, que têm fundamentos em outras teorias econômicas. Em relação a esses princípios, fica evidente que a “[...] ideologia neoliberal retoma de forma distinta e contemporânea o liberalismo econômico e o liberalismo político, possibilitando a ampliação do livre mercado e a defesa de um Estado mínimo” (MENDES, 2012, p. 18).

Aqui o Estado deve fornecer os mecanismos para o desenvolvimento do capital e, se preciso for, deve interferir no social, como retirar direitos dos trabalhadores etc. para garantir que esse desenvolvimento aconteça.

Sobre o aspecto econômico, alguns autores destacam que o processo econômico neoliberal provocou algumas mudanças na economia do mundo capitalista. Em relação às mudanças, Valencia Perafán (2007, p. 90) acentua que

[...] os controles monetários, a privatização das empresas e serviços públicos, a redução das importações e a abertura a mercados externos começaram a dominar o campo da economia dos países do Terceiro Mundo. Essa corrente apoia-se, sobretudo, em duas colunas: a) a defesa da eficácia do mercado como mecanismo de assinação ótima de recursos; e b) insistência nas vantagens de uma participação plena no comércio internacional.

Podemos observar que o neoliberalismo provoca a abertura comercial dos países, e o seu objetivo é uma prática política que tem como princípio o desenvolvimento econômico atrelado, entre outras coisas, às privatizações. Os países com a economia em desenvolvimento são forçados a aderir essa política econômica por instituições como o FMI e Banco Mundial, entre outras. Rocha (2017, p. 12) diz que

As políticas de desenvolvimento de países de economia periférica foram orientadas pelo discurso neoliberal e tiveram influência na economia de alguns países latino-americanos. Neste discurso, a pobreza e a desigualdade social devem ser combatidas, pois a estabilidade política depende da redução da pobreza. Todavia, a ajuda internacional do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional passou a ser condicionada à adesão dos países à política neoliberal. Os países do capitalismo periférico que ainda não haviam aderido à política neoliberal, não viram outra alternativa a não ser aderir, caso contrário, não teriam ajuda financeira internacional e estariam fora da economia global.

O Estado que adota o neoliberalismo tem de criar mecanismos para que a nova prática de acumulação de capital se consolide, e essa prática, na maioria das vezes, será via acumulação por espoliação, como foi colocado por Harvey (2005). Na América Latina, esse processo não foi diferente.

### **3.2 Breve histórico do neoliberalismo no Brasil**

Como e quando o neoliberalismo se adentrou ao território brasileiro, é algo que merece ser analisado, pois é fundamental para entendermos o esse processo que tomou e vem

avançando ao longo do tempo no território brasileiro. O objetivo é analisar que maneira o neoliberalismo se adentrou a política econômica brasileira.

Quando se fala em ideias neoliberais na América Latina, Brandão (2017) destaca que o Chile, na década de 1970, foi o país considerado “laboratório” de sua implantação. Depois foram México, Argentina e outros. Esse modelo, posteriormente, se instaurará nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, conforme explica Ribeiro (2019, p. 18):

O modelo havia se consolidado em 1979 na Grã-Bretanha com o governo de Margareth Thatcher e em 1980 nos Estados Unidos com Ronald Reagan, região em que o anticomunismo soviético havia fortalecido o poder de atração do projeto. O programa neoliberal a partir disso se fez forte e hegemônico na Europa Ocidental e na América do Norte.

Na América Latina, o processo de neoliberalização se deu em um momento de grande turbulência na economia, na política e no social dos países dessa região. “Os países latino-americanos passavam, em sua maioria, por períodos de hiperinflação, a maioria desencadeada por crises de dívidas, resultadas dos esforços de modernização que haviam sido realizados nas décadas anteriores” (HERTEL, 2002, p. 109-110).

O primeiro congresso em prol da implantação de um neoliberalismo para a América Latina, que levou em consideração todos os países, foi o Congresso de Washington no ano 1989, “[...] logo adotado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e demais instituições financeiras americanas” (FILHO, 2007, p. 4). Brandão (2017, 2017, p. 33-34), em relação a esse congresso, destaca que,

Embora tivesse, a princípio, um caráter acadêmico, o seminário permitiu a elaboração de um conjunto de medidas que deveriam ser seguidas pelos países da América em troca da continuidade do financiamento por parte das agências e organismos financeiros internacionais. A esse conjunto de medidas deu-se o nome de Consenso de Washington. Basicamente, tais medidas faziam parte de um amplo conjunto de reformas neoliberais, centrado na desregulação dos mercados, na abertura comercial, na liberalização do fluxo de capitais, em uma rigorosa política monetária e fiscal e – fundamentalmente – na reforma do Estado nos diferentes países latino-americanos.

Promover a desregulação do Estado e a promoção do livre trânsito de capitais são alguns dos objetivos do neoliberalismo. Algo moderno para economia latino-americana. “A dita “modernização” da América Latina teria dois objetivos que complementariam: democracia e economia de mercado” (SILVEIRA, 2009, p. 64). Veremos, a partir de agora, como as ideias neoliberais foram implementadas no território brasileiro.



Em relação às medidas de ajustamento da economia, propostas no congresso e que o governo deveria promover, Moniz Bandeira (2002, p. 135) descreve que

As propostas, visando à estabilização monetária e ao pleno restabelecimento das leis de mercado, consistiam em: 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade.

Essas medidas fizeram parte da promulgação do neoliberalismo na América Latina. No Brasil, as ideias neoliberais provocaram muitas mudanças no cenário econômico, político e social. As ideias neoliberais começam a ganhar força com as crises que aconteceram no setor econômico. E, em 1990, começa a introdução das políticas neoliberais no território brasileiro. Sobre isso, Batista (1994, p. 27) explica que

Com Collor é que se produziria a adesão do Brasil aos postulados neoliberais recém-consolidados no Congresso de Washington. Comprometido na campanha e no discurso de posse com uma plataforma essencialmente neoliberal e de alinhamento aos Estados Unidos, o ex-presidente se disporia a negociar bilateralmente com aquele país uma revisão, a fundo, da legislação brasileira tanto sobre informática quanto sobre propriedade industrial, enviando subsequentemente ao Congresso projeto de lei que encampava as principais reivindicações americanas. Com base em recomendações do Banco Mundial, procederia a uma profunda liberalização do regime de importações, dando execução por atos administrativos a um programa de abertura unilateral do mercado brasileiro.

Não foi fácil a introdução das ideias neoliberais no território brasileiro, no governo Collor. “A solução encontrada por esse governo, para executar a política neoliberal, foi insular, da intervenção das classes e frações de classe, as principais instâncias de políticas voltadas para a acumulação de capital” (MARTUSCELLI, 2013, p. 45).

O resultado é que o neoliberalismo provocou muitas mudanças na conjuntura econômica, social e cultural no Brasil. A proposta neoliberal, destacando a ineficiência do Estado, se fez cada vez mais presente no fim do século XX e início do século XXI. Essa perspectiva se espalhou, e a exploração de recursos naturais tem sido uma das formas do capital se apropriar dos territórios, assim como a exploração dos recursos naturais (GARCIA, 2017). Uma das formas de se apropriar dos recursos naturais é dominando o processo de produção, distribuição e consumo da energia.

A busca por fontes de energia sempre movimentou a economia mundial e, no Brasil, esse processo vem se acentuando cada vez mais. O setor energético já esteve sob o controle

do capital privado, do Estado e, nos últimos tempos, vem passando por um debate entre o domínio do capital privado e do Estado sobre ele. A influência neoliberal na matriz energética brasileira é o que analisaremos a seguir.

## **4 O ESTADO E A POLÍTICA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

Analisar o Estado e a política elétrica brasileira é fundamental para o entendimento de como esse setor foi ganhando destaque em um país de economia pautada nas atividades primárias (agricultura, pecuária etc.) e, ao mesmo tempo, é importante identificar como se deu o processo de desenvolvimento desse setor em meios às políticas públicas adotadas pelo Estado.

A análise do Estado em cada etapa de desenvolvimento do setor elétrico brasileiro é imprescindível para o entendimento de seu papel no processo de acumulação de capital e as maneiras adotadas por ele ao longo do tempo para o desenvolvimento desse setor.

O objetivo desse capítulo é entender a influência do capitalismo no processo de formação do setor elétrico brasileiro. Esse processo é essencial para identificar, qual foi a relação entre o capital e o Estado na formação desse setor.

### **4.1 Surgimento do setor elétrico brasileiro e o capital estrangeiro (1880-1930)**

Em relação ao início do setor elétrico brasileiro, Pinheiro (2006, p. 16) esclarece que “as primeiras experiências com energia elétrica no Brasil ocorreram ainda na época do Império, sendo contemporâneas de sua aplicação inicial nos Estados Unidos e Europa”. Esse acontecimento se deu no fim do século XIX. Quem incentivou esse projeto, segundo Pinheiro (2006), foi D. Pedro II. Naquele momento as geradoras de energia produziam poucos KWs (Quilowatts) por serem de pequeno porte.

O que podemos destacar nesse momento de implantação do sistema elétrico em território brasileiro é que,

Nas décadas de 1880 e 1890, a grande maioria das unidades geradoras era de pequeno porte, e sua implantação estava associada basicamente a necessidades de fornecimento de energia para serviços de iluminação pública, mineração, beneficiamento de produtos agrícolas, fábricas de tecidos e serrarias. O alto custo das grandes unidades geradoras, entre outros, fazia com que se preferisse a utilização de máquinas a vapor e aproveitamentos diretos da força hidráulica, determinando a localização das fábricas junto às quedas d’água (PINHEIRO, 2006, p. 18).

Um momento importante relacionado ao início do desenvolvimento do setor elétrico “é o relacionado à iniciativa, de um industrial de Juiz de Fora em Minas Gerais, que em

setembro de 1889 colocou em operação a primeira hidrelétrica do país” (GONÇAVES, 2007, p. 151).

Em relação aos investimentos estrangeiros no setor elétrico brasileiro, observa-se que acontece no momento em que um grupo canadense resolve investir nesse setor, criando a *Railway, Light and Power Company Limited*. Em relação ao processo de instalação da Light no Brasil, Pinheiro (2006, p. 17) argumenta que

[...] Em 1897 começa a história do grupo Light no Brasil. Mais precisamente, em 15 de junho, o homem de negócios e capitão da Marinha italiana Francesco Antonio Gualco e o comendador Antônio Augusto de Sousa obtiveram junto à Câmara Municipal de São Paulo a concessão, por período de 40 anos, para exploração dos serviços de transporte urbano de passageiros e cargas em bondes elétricos. No mesmo ano, o engenheiro e capitalista norteamericano Frederick Pearson, em viagem ao Brasil, visitou São Paulo. Apostando no processo de expansão urbana por que passava a cidade, Pearson avaliou que a instalação de linhas de bondes por tração elétrica seria uma exigência da cidade e, ao mesmo tempo, boa oportunidade de investimento. A partir das orientações de Pearson, Gualco e o comendador Sousa obtiveram da Câmara Municipal, em dezembro de 1898, ampliação da concessão original, o que permitia a instalação de novas linhas. Obtiveram ainda uma segunda concessão, de acordo com a qual também poderiam atuar na área de geração e distribuição de energia elétrica. A partir das relações com Pearson, Gualco e Souza entraram em negociação que culminaria na transferência das duas concessões. Assim, em abril de 1899, foi constituída, no Canadá, a São Paulo Railway, Light and Power Company Limited.

Segundo Pinheiro (2006), dentre os objetivos da *São Paulo Light and Power* estavam a geração, uso e venda de eletricidade, produzida pela força de gás, hidráulica, mecânica, pneumática, vapor.

Passados alguns anos desde a sua instalação em solo brasileiro, a *Light* começa a se expandir para outro estado nacional. Depois de sua consolidação na capital paulista,

[...] a *Light* iniciou sua penetração no Rio de Janeiro, então capital da República e maior centro urbano do país. Em 1904, impressionado com o processo de reforma urbana ao qual o Rio de Janeiro era submetido, Alexander Mackenzie vislumbrou a possibilidade de instalação na cidade de uma empresa que reunisse os serviços de produção e distribuição de energia elétrica aos de viação elétrica, nos moldes do que já ocorria em São Paulo (PINHEIRO, 2006, p. 19).

Percebe-se que a *Light* começa a ganhar novas áreas, com isso sua influência no setor elétrico brasileiro só aumenta. Em relação à sua estrutura, Pinheiro (2006, p. 20-21) descreve que,

Do ponto de vista organizacional, a *Light* sofreu, em 1912, importante reestruturação. No Canadá foi constituída a Brazilian Traction, Light and Power Company Limited, empresa do tipo holding que reunia as três empresas já atuantes

no país: a São Paulo Tramway, Light and Power, a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power e a São Paulo Electric Company. Reunindo um capital equivalente a 23 milhões de libras, a holding concentrava a maior parcela dos serviços de energia elétrica, bondes e telefonia da parte mais desenvolvida do país, o eixo Rio-São Paulo. Assim como outras companhias que atuavam na América Latina, a Light era apenas nominalmente canadense. Os capitalistas que detinham seu controle eram, em sua maioria, naturais dos Estados Unidos e os métodos de gestão e financiamento eram marcadamente norte-americanos. Por outro lado, o capital empregado na companhia passou a ser majoritariamente inglês. Estreitamente articulada a grandes bancos de negócios, a Light deve ser encarada como parte integrante de um vasto conglomerado industrial e financeiro, cujos investimentos não se limitavam ao Brasil, estendendo-se também ao México e Cuba.

De maneira geral, o que caracteriza o processo de implantação do setor elétrico brasileiro é a limitação de investimentos, seja ele por recursos públicos ou privados. Esse processo começa a acontecer na região sudeste do território brasileiro.

Até a década de 1920, a *Light* foi a principal empresa do setor elétrico brasileiro. Além dela, o que se tinha eram algumas unidades que produziam eletricidade isoladamente. “Era um conjunto amplo e heterogêneo constituído por pequenas usinas térmicas e hidrelétricas, pertencentes a empresas de caráter local que atendiam, no mais das vezes, ao consumo de um único município, [...]” (PINHEIRO, 2006, p. 21). Percebe-se, nesse momento, que o capital estrangeiro influenciava muito o setor elétrico brasileiro. Em relação a isso, podemos observar que,

Nos anos de 1920, a indústria de energia elétrica no Brasil caracterizou-se pela construção de centrais geradoras de maior envergadura, capazes de atender à constante ampliação do mercado, e pela intensificação do processo de concentração e centralização das empresas concessionárias, culminando, ao final da década, na quase absoluta desnacionalização do Setor [...] (PINHEIRO, 2006, p. 22-23).

Na década de 1920, o capital estrangeiro começa a aumentar seu investimento em território brasileiro. No ano de 1927, entra no cenário de produção de eletricidade outra empresa. Segundo Gomes e Vieira (2009), chega a AMFORP (*American & Foreign Power Company*). Esse grupo, juntamente com a *Light*, dividiu por algum tempo a produção e distribuição de energia elétrica no Brasil. A criação da AMFORP

[...] buscava mais que a geração e distribuição de energia elétrica, era uma forma de difundir os produtos de eletricidade da General Electric. É a demonstração da formação dos cartéis, envolvendo empresas europeias e americanas, que ficou evidente pelas distintas frequências de eletricidade de cada cartel (FOSCHIERA, 2009, p. 91-92).

A formação de cartel é muito importante para o desenvolvimento do capital, pois ajuda no processo de monopólio comercial, garantido assim o controle dos preços finais das mercadorias. De modo geral, as presenças dessas empresas indicam que os investimentos estrangeiros vão controlar o setor elétrico nesse país, porque

O vertiginoso movimento de concentração empreendido pela *Light* e pela AMFORP ao longo dos anos 1920 determinou mudanças no quadro da indústria de energia elétrica no Brasil. Foi delineado um novo perfil para o Setor Elétrico brasileiro, caracterizado pela maciça presença do capital estrangeiro. Assim que, em 1930, praticamente todas as áreas desenvolvidas do país, e também aquelas que apresentavam maior potencial de desenvolvimento, estavam sob o virtual controle das duas empresas estrangeiras, sendo pouco expressivo o que restou fora de seu alcance (PINHEIRO, 2006, p. 26).

É possível perceber o domínio do capital estrangeiro na organização do setor elétrico brasileiro. Isso é fruto das ideias liberais, que eram a base da economia capitalista. Por isso muitas empresas de países desenvolvidos buscaram mercados em outros países, e foi que aconteceu no setor elétrico brasileiro. Nesse período, o Estado participava pouco no setor elétrico.

#### **4.2 Intervenção estatal no setor elétrico (1931–1961)**

Nos primeiros anos da década de 1930, o mundo viverá um momento conturbado, causado pela crise de 1929. Percebe-se nesse período uma modificação no papel do Estado em relação à economia e, conseqüentemente, em relação ao setor elétrico. Em relação às políticas econômicas mundiais, as ideias de Keynes ganham força.

No território brasileiro, a economia cafeeira que se desenvolveu, principalmente, na região Sudeste, até a década de 1930, e fundamentou a solidificação do processo de produção da eletricidade, que até os dias atuais é uma das principais fontes energéticas brasileira. No entanto, nesse mesmo período, vai haver um novo regime de governo. “O regime que se instalou empreendeu extensa reforma institucional visando a centralização político-administrativa do país e o fortalecimento do poder de intervenção do Estado em diferentes planos da vida social, inclusive no econômico (PINHEIRO, 2006, p. 27).

O Estado começa a controlar a produção de energia elétrica no território nacional, retirando dos municípios a competência para autorizar a exploração da eletricidade. Também houve “[...] a suspensão de todos os atos de alienação, oneração, promessa ou começo de transferência de qualquer curso perene ou queda d’água” (PINHEIRO, 2006, p. 27). Com isso, o que pode se perceber é que, “a partir da década de 1930, os investimentos externos

ficam praticamente estagnados, afetando o comportamento das empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil” (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 303). Isso foi uma das medidas adotadas por Vargas para a organização do setor elétrico nacional.

Ainda em relação às medidas adotadas pelo Estado, Gomes e Vieira (2009) destacam que, em 1937, com o Estado Novo, Getúlio Vargas restringe ainda mais a movimentação das empresas estrangeiras e cria mecanismos para impulsionar o mercado interno.

Com essa política de intervenção por parte do governo Vargas, o que aconteceu foi que “o abastecimento da energia elétrica começa a apresentar dificuldades, já que nem o capital estatal nem o privado realizam os investimentos para atender à demanda de energia do país” (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 304). Os problemas relacionados à produção de eletricidade no Brasil, só aumentavam, pois

A dificuldade de implantar a nova regulamentação, bem como o problema de importar equipamentos e dispor de recursos financeiros externos, devido à II Guerra Mundial, conduziu o governo federal a criar, em 1939, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Cnaee), subordinado à Presidência da República, que ficou responsável por todos os assuntos pertinentes ao setor elétrico. No âmbito federal, foi criada, em 1945, a primeira empresa estatal federal de geração de energia elétrica, a Chesf, para atender à demanda da região Nordeste, uma região crítica de oferta de energia (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 304).

Mesmo o Estado interferindo na questão elétrica brasileira, a *Light* e a AMFORP continuaram exercendo forte influência no setor elétrico, principalmente sobre as concorrentes. Muitas empresas não podiam investir, e isso faz o governo federal “[...] conferir ao Estado a responsabilidade pelo desenvolvimento do setor elétrico, sob pena de comprometer o crescimento do país, apesar de a União não dispor dos recursos financeiros necessários para investir” (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 305).

Segundo Foschiera (2009), no início dos anos de 1940, em relação aos acontecimentos históricos em nível internacional, o período é definido pelo fim da Segunda Guerra Mundial e após a guerra e a diminuição das restrições na economia mundial. Em relação ao Brasil, a questão gira em torno do debate se aceita ou não a maior intervenção do Estado na esfera produtiva. O embate entre ser estado liberal ou interventor no sistema produtivo era grande e,

Na tentativa de definição de uma orientação para o desenvolvimento, encontravam-se duas correntes principais. De um lado, havia uma posição favorável à industrialização acelerada, com forte intervenção do Estado na economia, tanto nos setores de infraestrutura quanto naqueles em que o capital privado não tivesse condições ou interesse de atuar. Tratava-se da corrente desenvolvimentista que, embora dividida entre facções hostis e favoráveis ao capital estrangeiro, pretendia materializar o salto para a industrialização pesada, construindo o setor de bens de

produção sob a liderança da empresa pública. A outra corrente defendia a aplicação de princípios do liberalismo econômico. Proclamava a vocação essencialmente agrícola do Brasil e era contrária ao incentivo estatal à indústria nacional, sendo favorável à livre circulação e livre entrada no país de capitais interessados em investir na indústria (PINHEIRO, 2006, p. 33-34).

No entanto, no setor elétrico brasileiro, a partir de 1945, vai começar a participação mais influente do governo federal. Em relação a isso, Abreu (1999, p. 27) destaca que

A participação do governo federal no setor elétrico começou em 1945 quando foi constituída a Companhia Hidrelétrica de São Francisco – CHESF. A ideia de participação federal na geração, distribuição e transmissão de energia teve como exemplo um empreendimento americano no setor de energia elétrica, realizado através da criação da Autarquia do Vale do Tennessee (TVA), criada em 1933, quando o Congresso Nacional Americano confiou a esta agência a missão de desenvolver as riquezas naturais do Vale do Tennessee.

Outro ponto que cabe destaque porque colaborou para o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro no período foi que o governo lançou, em 1946, o primeiro plano de eletrificação. “O documento privilegiava a criação de sistemas interligados, apontando a necessidade inicial de planos de eletrificação de âmbito regional” (PINHEIRO, 2006, p. 30-31). Com esse documento, objetivava-se as instalações de pequenas e média usinas. Qual vai ser a atuação do Estado nesse momento, em relação ao processo regulatório e fiscalização?

Com relação à atuação do Estado, este deveria se limitar ao reajustamento das leis e do sistema de fiscalização e à função de agente coordenador do programa de racionalização dos serviços de energia elétrica. Era minoritária a participação do Estado no financiamento do Plano, devendo apenas agir de maneira suplementar à iniciativa privada (PINHEIRO, 2006, p. 31).

Percebe-se que a iniciativa privada ainda era a principal responsável por financiar e controlar as empresas de geração de energia elétrica, e o Estado era apenas um parceiro das empresas. É importante mencionar que, mesmo sendo um aliado do processo de investimentos do setor elétrico nacional, o Estado começa a fincar as raízes para mudar os rumos da produção elétrica brasileira. Pinheiro (2006, p. 31) explica que,

No caso do Setor Elétrico, as diretrizes do primeiro Plano Nacional de Eletrificação refletiam aos limites da intervenção estatal em atividades nas quais o predomínio das empresas estrangeiras era inconteste. Mesmo assim, é no Estado Novo que podem ser encontradas as raízes da formação do setor produtivo estatal de energia elétrica.

O Estado Novo deu as bases para o que iria acontecer com o setor elétrico posteriormente. A situação vai mudar nos anos de 1950, no segundo governo de Getúlio



Vargas. Alguns investimentos mais significativos que ocorreram no período de 1951 até 1954 foram na infraestrutura do país. Em se tratando do setor elétrico, “[...] os mais importantes foram aqueles que criaram fundos setoriais para investir no setor, e o que propunha a criação da ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A), que seria uma empresa *holding* das empresas federais de energia elétrica” (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 306).

No ano de 1953, a Assessoria Econômica do governo brasileiro elaborou quatro projetos de leis relacionados à prestação de serviços elétricos:

O primeiro deles era de cunho fiscal e tinha por finalidade capitalizar as empresas do Setor, através da criação do Fundo Federal de Eletrificação (FEE). Tal Fundo seria formado, basicamente, com recursos advindos da cobrança do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE) nas contas de fornecimento pagas pelos consumidores[...]. O segundo projeto elaborado pela Assessoria Econômica era de regulamentação da incumbência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) de distribuir as quotas IUEE pertencentes aos estados, Distrito Federal e municípios. O BNDE era o órgão gestor do FFE, cuja finalidade era financiar investimentos no setor de energia elétrica, incluindo a indústria de material elétrico pesado[...]. Os outros dois projetos de Lei elaborados pela Assessoria Econômica eram os de nº 4.277, referente ao Plano Nacional de Eletrificação, e o de nº 4.280, referente à criação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, encaminhados juntos ao Congresso em abril de 1954. Em sua concepção, o Plano Nacional de Eletrificação distinguia papéis para o Estado e a iniciativa privada. No segmento de geração, epicentro da crise e onde eram necessários os investimentos mais pesados, era exigida a ação direta do Estado. O segmento de distribuição, no qual os investimentos demandados eram de menor monta e de giro mais rápido, ficaria a cargo das empresas privadas (PINHEIRO, 2006, p. 37-38).

Fazendo análise desses projetos de lei, percebe-se que o objetivo principal de todos eles era aumentar a participação do Estado no setor elétrico brasileiro e criar mecanismos que garantiam os investimentos em estatais. O processo de maior controle do Estado no setor elétrico vai se consolidar no governo de JK (Juscelino Kubitschek), que governou de 1956 até 1961.

Após Getúlio Vargas, entra em cena o governo JK. Nesse período houver muitos investimentos no setor elétrico brasileiro. Gomes e Vieira (2009, p. 306) asseveram que

O governo Kubitschek foi marcado por um acelerado crescimento econômico, inclusive com prioridade para os projetos do setor de energia elétrica, quando foram construídas várias usinas hidrelétricas, fundada a segunda empresa geradora federal de energia, Furnas, com financiamento do Banco Mundial, criado o Ministério de Minas e Energia (MME), incentivados os planos de expansão das empresas estaduais de energia, principalmente no Sul e Sudeste, entre outras ações, que visaram prover o Brasil da energia elétrica necessária para a sociedade. Nesse governo, o BNDE geriu os fundos do setor elétrico e era o seu banco financiador.

Durante o governo de Juscelino Kubitscheck, começa a haver uma mudança institucional no setor elétrico, porém, é no governo de João Goulart que foi criada a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A, em 1962. Sobre isso, Foschiera (2009, p. 102) afirma que

A formação da Eletrobrás (1962) vai significar uma mudança na estrutura de organização e produção de energia elétrica no Brasil, redefinindo a política existente, que era sustentada por uma produção de energia de forma regionalizada e assistemática, e passando para um modelo com características nacionais sistematizadas

Com a criação da Eletrobrás e do Ministério de Minas e Energia (MME), o governo passou a ter o maior controle das atividades envolvendo produção, transmissão e distribuição de energia elétrica em todo o território nacional. Foi acordado que “[...] passava a ser atribuição da Eletrobrás a realização de estudos e projetos, a construção e operação de usinas e linhas de transmissão e a implantação da indústria de material elétrico, em associação ou não com o capital privado, nacional ou estrangeiro” (PINHEIRO, 2006, p. 39).

Nesse período, o Estado foi responsável por controlar atividades envolvendo a produção de energia no território nacional. Segundo Gomes e Vieira (2009), não é possível afirmar que houvesse ocorrido a institucionalizando do setor elétrico brasileiro, uma vez que a Eletrobrás e o Ministério das Minas e Energia ainda não tinham se estruturado suficientemente.

Percebe-se uma mudança nas ações do Estado em relação à estruturação do setor elétrico brasileiro. No início dos anos 1960, o governo busca o processo de estatização das empresas do setor elétrico brasileiro. O liberalismo no setor energético já não era o suficiente para o desenvolvimento do setor. Foschiera (2009, p. 102) diz que,

Nas palavras de Reale, podemos destacar alguns temas que caracterizam bem a transição do pensamento liberal para o intervencionista estatal que estava se processando na época, como: soberania nacional, planificação nacional, desenvolvimento nacional, desenvolvimento regional, progresso, nacionalização de empresas privadas etc. Porém, a ação do Estado não significava uma oposição ideológica ao capitalismo, mas, sim, uma maneira de garantir maior lucro ao capital privado, tornando-se o Estado também um agente capitalista.

Percebe-se nesse momento um novo marco na organização do setor elétrico nacional. O período de maior intensificação da estatização do setor elétrico brasileiro aconteceu após 1961, e isso será discutido no próximo recorte histórico.

### 4.3 O auge da estatização do setor elétrico brasileiro (1962–1979)

No ano de 1962, mais precisamente em junho, acontece a concretização da Eletrobrás como uma empresa que iria controlar as atividades envolvendo o setor elétrico brasileiro. “O planejamento do Setor, até então regional e assistemático, foi adquirindo feições mais definidas e sistematizadas, tanto em termos hierárquicos quanto institucionais” (PINHEIRO, 2006, p. 39). Após a efetivação da Eletrobrás, o governo brasileiro buscou a estatização do setor elétrico nacional.

Segundo Pinheiro (2006), no princípio do seu efetivo exercício, a Eletrobrás, para participar do processo de nacionalização do setor elétrico brasileiro, forma a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP). O objetivo dessa comissão era identificar e depois repassar ao governo quais seriam as áreas que poderiam ser exploradas diretamente pelo Estado e as ações que deveriam ser feitas para que o processo de estatização se concretizasse.

Outro fator que colaborou para o processo de estatização no setor elétrico brasileiro foi que,

[...] em 1964, ocorreu o golpe militar no Brasil, e o novo governo que se instalou também assumiu a doutrina da intervenção estatal na economia, entendendo que o setor energético, controlado pela iniciativa privada, não estava, naquele momento, conseguindo prestar serviços adequados aos consumidores de energia (FOSCHIERA, 2009, p. 102).

Com o objetivo de tornar a economia de acordo com a vontade do governo, uma nova estruturação era precisa, principalmente em relação ao setor elétrico nacional. Em relação ao processo de estatização do setor elétrico brasileiro, observa-se que

A nacionalização do setor começou, em 1964, com a aquisição pela Eletrobrás, de todas as empresas do grupo Amforp. Esse processo foi concluído, em 1979, com a compra da Light, encerrando a participação dessas duas empresas estrangeiras no setor elétrico nacional. Em seguida, as empresas que pertenciam à Amforp e atuavam no âmbito estadual passaram para o controle de seus respectivos governos estaduais, reforçando sua influência como importantes atores sociais (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 308).

De modo geral, foi no governo militar que começou a estatizar o setor elétrico. Nesse período, o Estado passou a dominar o setor elétrico brasileiro e “a principal organização desse campo era a Eletrobrás, que exercia influência sobre os demais atores sociais, porque era a

proprietária das grandes empresas de geração e transmissão de energia elétrica [...]” (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 306).

Destaca-se também a consolidação da estrutura básica do setor elétrico, e isso acontece:

A partir de 1965, quando a Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) se transformou em Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE), deu-se início à consolidação da estrutura básica do Setor Elétrico. Essa estrutura tinha em seu centro a Eletrobrás e o Ministério de Minas e Energia (MME), que de forma progressiva foram sendo identificados como órgãos coordenadores do Setor. O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) foi extinto em 1967, e suas funções absorvidas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE), no final de 1968, quando o órgão passou a ser denominado Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). (PINHEIRO, 2006, p. 40).

É possível perceber como a estruturação do setor elétrico vai ficando cada vez mais sólido, tendo como os órgãos responsáveis por todas as atividades envolvendo esse setor a Eletrobrás e o Ministério de Minas e Energia (MME). O Ministério de Minas e Energia elaborava a política para o setor e a Eletrobrás fazia a execução dessas políticas, e o órgão que ficava a cargo da fiscalização era o DNAEE. Todas as empresas em território brasileiro passaram a agir conforme as normas e diretrizes impostas pelos órgãos federais. Com isso, todo o processo de produção, transmissão e distribuição envolvendo o setor elétrico brasileiro passou a ser regulado e normatizado por esses órgãos federais.

Abreu (1999) afirma que a maior participação do Estado no setor elétrico trouxe alguns benefícios, principalmente na melhoria da qualidade dos serviços e na redução de custos. Com o serviço de qualidade prestado pelas estatais, muitos industriais deixaram de ser autoprodutores e passaram a se abastecerem das concessionárias de energia elétrica estatais. O governo induziu as companhias estaduais de energia a adotarem uma política tarifária para facilitar a aquisição de energia por parte do grupo que detinha pouco poder aquisitivo, beneficiando, também, empresas grandes consumidoras de energia elétrica. Abreu (1999, p. 31) acrescenta que

O Governo induzia as companhias de energia elétrica a adotar políticas tarifárias, sendo uma delas a dos subsídios cruzados, que facilitavam o acesso das regiões mais pobres e dos grupos sociais de menor poder aquisitivo à eletricidade, mas é necessário ter consciência que os que mais tiraram vantagem desta situação, foram as empresas eletrointensivas, que vieram se instalar no Brasil, justamente porque a tarifa de energia elétrica era baixa, se comparada com outros países.

No entanto, esse processo de estatização vai entrar em crise, e essa crise levará a uma nova reestruturação do setor elétrico brasileiro. Veremos a seguir com se desenvolveu esse processo.

#### **4.4 A crise no modelo estatal de desenvolvimento elétrico (1980 a 1989)**

De modo geral, o setor elétrico teve um crescimento considerável no período de 1960 e até fins de 1970, sob o controle do Estado. Devemos lembrar que o sistema capitalista viveu as crises do petróleo na década de 1970. Essa crise mundial do capital acabou influenciando o sistema elétrico brasileiro.

Pinheiro (2006, 44-45) destaca que

Os problemas no padrão de financiamento do Setor ocorreram em função de uma série de fatores combinados. Inicialmente, a crise do petróleo de 1973 desestruturou o balanço de pagamentos e fez com que o governo passasse a subsidiar com tarifas reduzidas a implantação de indústrias eletrointensivas e substituísse o consumo de combustível por eletricidade nos processos industriais em geral. Tais medidas obrigaram o setor a investir em novas plantas, maiores e mais distantes dos centros de consumo, elevando os custos de operação e investimentos setoriais. Ao mesmo tempo, para aliviar os efeitos da crise econômica sobre os consumidores, as tarifas do setor público eram frequentemente utilizadas como ferramenta anti-inflacionária pelos legisladores que mantinham os índices de reajuste abaixo dos índices de inflação.

Os fatores citados acima são alguns dos que levaram o setor elétrico brasileiro à crise. Com a crise, o “[...] modelo de monopólio estatal, para esse setor, exauriu-se [...], o governo, por pressões interna e externa ao setor, decide pela reestruturação e a privatização das empresas” (ABREU, 1999, p. 1).

Cabe destacar que nesse período a distribuição da energia elétrica brasileira ficou a cargo das empresas estatais, como podemos observar na fala de Foschiera (2009, p. 109):

[...] Continuou-se investindo em infraestrutura e modernização tecnológica, embora o Estado apresentasse sua capacidade financeira praticamente esgotada, além de investimentos feitos de forma inadequada, devido a disputas por concessões de hidrelétricas e linhas de transmissão entre as concessionárias públicas e/ou interesses políticos locais, e pressões de grupos vinculados às empresas construtoras.

Percebe-se que muitos fatores colaboraram para a crise do setor elétrico nacional. Em relação às empresas estaduais, a crise se fez sentir de maneira mais severa. Quando os bancos comerciais estaduais tiveram dificuldades, no início dos anos 1980, alguns estados começaram a utilizar suas empresas de energia elétrica para financiamento indireto de seus

déficits públicos. “Embora tenham ocorrido duas tentativas de reverter a crise no setor de energia (o Plano de Recuperação em 1985 e o Revise – Revisão Institucional do Setor Elétrico – em 1987) as políticas públicas não surtiram efeito em meio ao conturbado cenário econômico” (SILVA, 2011, p. 72).

Abreu (1999) destaca que na década de 1980 as empresas do setor elétrico brasileiro com dificuldades financeiras e administrativas tiveram problemas para manter qualidade e expansão dos serviços prestados. Esse processo se prolongou até a década de 1990, provocando grandes transtornos para o consumidor final, pois as obras de geração do setor elétrico brasileiro praticamente foram paralisadas. Nova forma de reestruturação começa a emergir, em que o objetivo era diminuir a participação do Estado na economia e no setor elétrico.

Com a crescente pressão externa, o governo brasileiro, apoiado por grupos de interesses internos, partiu para a privatização do setor elétrico brasileiro. Cabe destacar, novamente, que a privatização de empresas estatais é um dos objetivos das ideias neoliberais. Conforme explica Alves (2014, p. 116),

É no contexto, pós 1985, que se abrem mecanismos para a reestruturação política e econômica, e o caminho trilhado pela burguesia e o Estado-nação foi seguir a “cartilha” do centro do sistema capitalista, ou seja, manter o receituário neoliberal imposto pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, aprofundado com o Consenso de Washington.

Percebe-se que os mecanismos econômicos internacionais buscam nova maneira de acumular o capital, e isso ficou caracterizado por meio das reformas que ocorreram na economia. A análise das reformas proposta pelos organismos internacionais, enraizados nas ideias neoliberais, será discutida a seguir.

#### **4.5 O Estado, a lógica neoliberal e a política do setor elétrico brasileiro (1990 a 2001)**

A análise do Estado e da influência neoliberal no setor elétrico brasileiro é imprescindível para o entendimento das políticas públicas voltadas a esse setor. É importante mencionar que uma das etapas principais do neoliberalismo é o processo de privatização. O objeto de pesquisa deste trabalho é justamente a análise do neoliberalismo no setor elétrico brasileiro.

Veremos como o Estado brasileiro se adaptou para que o processo neoliberal se concretizasse. Antes da nova estrutura de organização do setor elétrico, o Estado também

passou por um processo de mudanças. Mecanismos internacionais influenciaram muito no ajuste do Estado. Abreu (1999, p. 18) fez uma análise do papel do Estado tendo como base o que os técnicos do Banco Mundial defendem, um Estado que visa à promoção e manutenção do neoliberalismo, isso porque

Os técnicos do Banco Mundial (1997) entendem por Estado, em sentido mais amplo, um conjunto de instituições que possui os meios de coerção legítima, exercida sobre o território definido e sua população, denominada sociedade. O Estado monopoliza a elaboração de normas em seu território por meio de um governo organizado.

Percebe-se que o Estado nas concepções dos técnicos do Banco Mundial deve ser opressor com a sociedade, se necessário, para colocar em prática determinadas regras. Seguindo essa análise, o Estado deve fornecer incentivos para o desenvolvimento capitalista, ditando algumas normas, leis e promovendo uma infraestrutura adequada para esse desenvolvimento. O papel do Estado é crucial para a manutenção da confiança dos investidores, pois

A capacidade de funcionar do setor privado dependerá crucialmente da confiabilidade e da eficácia do Estado e das instituições, como o primado da lei e a proteção dos direitos de propriedade. Quando não acredita que o Estado imporá a observância das regras do jogo, o setor privado responde de diversas maneiras, quase todas prejudicam o desempenho econômico. Um ambiente de crime e insegurança generalizada dos direitos de propriedade leva os empresários a contratar agentes de segurança privada ou força-os a comprar “proteção” contra o crime organizado - quando não a força a abandonar de todo a ideia de estabelecer um negócio (ABREU, 1999, p. 19-20).

Para Abreu (1999), se não houver um ambiente de segurança por parte do Estado, os investimentos ficarão prejudicados, pois os empresários não vão querer investir em um ambiente inseguro. Para as empresas internacionais, o Estado tem de garantir as condições necessárias para a manutenção das atividades comerciais. Se não houver essa garantia, dificilmente o comércio funcionará, pois nenhum detentor de grande capital investirá.

É de suma importância para os mecanismos internacionais que o Estado trabalhe para o desenvolvimento do capital, colocando em um estágio inferior as questões sociais. Sobre isso, Abreu (1999, p. 21) explica que

É interessante que os técnicos do BANCO MUNDIAL não veem além de “seus próprios interesses”; por isso, pensam no Estado somente como órgão repressor e como uma “máquina” que deve trabalhar a favor do capital. Sem levar em consideração que, nos países em desenvolvimento a maior parte da população convive com a pobreza e a miséria, o mercado para essa classe social não existe, e ela não existe para o mercado.

Para o neoliberalismo, o Estado do Bem-estar não é importante, o Estado deve priorizar a economia e não o social. `

Ainda em relação ao Estado, Alves (2014, p.114) destaca que

[...],com a adequação da política econômica neoliberal, ocorre uma compatibilização ao Consenso de Washington, e a abertura ao capital privado internacional e nacional. Com isso, há mudança substancial do papel do Estado, de investidor para fiscalizador/regulador, ponto crucial para a reorganização em marcha do capitalismo brasileiro nas duas últimas décadas.

Dentro dessa perspectiva de reestruturação do Estado é que o setor elétrico brasileiro vai ser também reestruturado, assim como aconteceu em diversos países da América latina. O setor elétrico brasileiro precisou passar por um processo de reformas com a intenção de adaptá-lo de acordo com as novas propensões mundiais, seguindo a lógica da concorrência (competividade) e passando pelo processo de privatização.

O setor elétrico brasileiro chega, no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, com grande desequilíbrio financeiro. Com isso, o governo brasileiro resolveu adotar como medida para amenizar essa situação, a redução do papel do Estado. “Nos anos 90, diante da opção pela redução do papel do Estado, o governo brasileiro decidiu lançar um abrangente programa de desestatização que tinha como objetivo buscar recursos de caixa para o tesouro nacional” (LORENZO, 2002, p. 162-163). Com isso “[...] a passagem do modelo energético existente para um modelo privado passa a ser justificado como uma ação natural, já que o primeiro havia se configurado em um momento histórico já esgotado [...]” (FOSCHIERA, 2009, p. 109). Existem autores que chamam esse processo de liberalização econômica, como é o caso de Pinheiro (2006, p. 47):

A liberalização econômica do sistema elétrico brasileiro, conhecida como “reestruturação” desse sistema, inserida no Programa Nacional de Desestatização (PND), foi uma das mais importantes diretrizes da política de reforma institucional e ajuste econômico orientada pelas agências multilaterais e posta em prática pelo Governo Federal na década de 1990.

Reestruturou-se o setor elétrico brasileiro, quebrando sua organização vertical e centralizada e estabelecendo um fatiamento e desverticalização, colocando-o sobre o controle do mercado. O Estado,



[...] depois do início das privatizações das empresas do setor, criou a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão responsável pela regulamentação e fiscalização, desverticalizando as atividades do setor, em geração, transmissão e distribuição, inclusive a comercialização. Esse órgão deve também implantar, na geração e na comercialização, um mercado concorrencial e desenvolver o regulamento para distribuição e transmissão (ABREU, 1999, p. 1).

Percebe-se que dentre as ações que a ANEEL prioriza uma delas diz respeito à garantia da concorrência entre as empresas que prestam serviços no setor elétrico brasileiro. É importante lembrar que “[...] o neoliberalismo combina a reabilitação da intervenção pública com uma concepção do mercado centrada na concorrência [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69).

Em relação ao processo de privatização do setor elétrico brasileiro, os mecanismos internacionais, tais como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), vão ser os principais atores de pressão, pois eles impõem uma série de medidas para que os países consigam novos empréstimos ou renegociem suas dívidas. A pressão desses mecanismos internacionais vai acontecer em diversos países, principalmente nos em desenvolvimento. Isso porque

Tanto o setor elétrico brasileiro como o de outros países em desenvolvimento também tiveram que se adequar às novas regras de mercado. Na América do Sul, o Chile e a Argentina foram os primeiros a reestruturarem suas empresas elétricas, sendo seguidos pelo Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela e Brasil. Os objetivos das reformas no setor elétrico situam-se em dois níveis: um macroeconômico, dirigido para eliminar o déficit das empresas estatais e equilibrar as contas do setor público, e o outro, de caráter microeconômico visando aumentar a eficiência do setor e obter financiamento através do sistema privado (ABREU, 1999, p. 7).

A adequação às novas regras impostas pelos organismos internacionais faz parte do processo de privatização do setor elétrico. Esse processo favorece a expansão e a acumulação de capital.

Com o objetivo de aumentar a produção de energia elétrica foram feitos investimentos em hidrelétricas que têm custos menores e maior produção de Megawatts. O Brasil é muito rico em rios, o que favorece a implantação das usinas hidrelétricas.

As principais mudanças que aconteceram na legislação elétrica brasileira em relação ao processo de privatização, a partir da década de 90, foram no governo de Itamar Franco, que assumiu após Fernando Collor de Melo ter renunciado ao cargo e sofrido *impeachment*, em 29 de dezembro de 1992. Uma aceleração desse processo aconteceu, mais especificamente, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que se iniciou em 1995, terminando em 2002,

embora essa reforma tenha começado com Fernando Collor no início dos anos 1990. Carinhato (2008, p. 40-41) cita que

Foi somente no governo de Fernando Henrique que o tema foi tratado como *conditio sine qua non* para a volta do crescimento econômico e continuação da estabilização econômica. Constituiu-se um Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, que teve como titular Bresser-Pereira, como carro chefe do processo de reformulação do Estado.

As reformas no Estado são cruciais para que o desenvolvimento neoliberal aconteça.

Em relação à privatização do setor elétrico, Pinheiro (2006, p. 48) observa que “o marco inicial da liberalização e privatização do Setor elétrico foi a promulgação da Lei 8.631/93, que dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica e extingue o regime de remuneração garantida”. Em relação a essas tarifas, percebe-se “um importante ponto inserido por essa lei ajudou nas bases do modelo do setor elétrico atual: foram estabelecidas duas tarifas de energia elétrica: uma de geração, que incluía custos de transmissão, e outra de distribuição” (SILVA, 2011, p. 77-78).

Além da determinação das tarifas, outras mudanças foram colocadas em prática. Uma delas foi a formação de consórcios entre as concessionárias e autoprodutores, por meio das normas contidas nos Decretos n. 915/93 e n. 1.009/1993 e na Portaria nº 337/94, todos do governo Itamar Franco,

[...] que aprovavam a criação de consórcios entre concessionárias e autoprodutores para exploração de aproveitamentos, assegurando o livre acesso à malha federal de transmissão (Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica – SINTREL), propiciando a competição na geração e definindo as condições de comercialização. Com base nessas normas, foram constituídos os primeiros consórcios: para a conclusão da UHE Serra da Mesa (GO), entre Furnas e a Nacional Energética, para a conclusão da UHE Ita (SC/RS), entre a Eletrosul e a associação entre Companhia Siderúrgica Nacional e o Cimento Itambé (PINHEIRO, 2006, p. 48).

Um dos objetivos desses consórcios foi facilitar o processo de privatização do setor elétrico brasileiro, uma vez que isso atrairia os investimentos do capital estrangeiro. É importante mencionar que a instalação de uma empresa de geração de energia requer muito investimento de capital, e com a lei que permite a formação de consórcios ficou mais fácil atrair os investidores.

Em relação à licitação do setor elétrico, temos no ano de 1995 a criação da Lei n. 8987 de fevereiro de 1995, que é favorável à licitação dos serviços públicos, inclusive as relacionadas à compra e venda de energia elétrica.

No assunto referente ao plano de desestatizar as empresas, ainda temos, também no ano de 1995, o Decreto n. 1503 de maio de 1995, que tratava da criação Programa Nacional de Desestatização (PND). Nele foram incluídas as empresas do sistema ELETROBRAS (Centrais Elétricas Brasileira S.A.), as chamadas subsidiárias, tais como: FURNAS (Centrais Elétricas S.A.), ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.), ELETROSUL (Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.) e a CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco). Nesse mesmo período, foi criada a Lei n. 9074 de julho de 1995, que instaura regras de outorgamento e prorrogação nas permissões e concessões no setor elétrico brasileiro. Esse processo de desestatizar as empresas públicas é uma maneira de transformar um bem público em propriedade privada. Isso faz parte da lógica neoliberal.

Essas leis, decretos e acordos citados acima são os que reestruturaram o setor energético brasileiro nas décadas de 90, com o objetivo de organizar a matriz energética brasileira de acordo com as determinações dos mecanismos internacionais, favorecendo a implantação do regime neoliberal na matriz energética brasileira. O Estado teve papel crucial na reestruturação do setor elétrico brasileiro, pois “a Reforma do Estado no governo Cardoso articulou medidas legislativas, mudança regulatória e ações governamentais para uma reordenação estratégica do papel do Estado, que deveria passar de impulsionador do desenvolvimento para o de impulsionador da competitividade da economia” (CARINHATO, 2008, p. 42).

Essas mudanças na estrutura do Estado influenciaram no desenvolvimento do setor elétrico brasileiro. Por isso cabe destacar que nesse período houve, no território brasileiro, um número enorme de empresas, tanto geradoras como distribuidoras de energia elétrica que foram privatizadas. Veja Quadro 1 a seguir, sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica privatizadas entre os anos 1996 a 2000.

Quadro 1: Empresas Elétricas Distribuidoras Privatizadas

Empresas	UF	Ano de Venda	Compradores	País de Origem	Receita Leilões US\$ milhões	Dívida Transf.	Resultado
<b>Escelsa (Federal)</b>	ES	11/07/1995	Iven e GTD	Brasil (100%)	385,7	-	385,7
<b>Light (Federal)</b>	RJ	21/05/1996	EDF, AES, Houston, CSN	EUA (45%) França (22,5%) Brasil	2.270		2.270

				(32,5%)			
<b>CERJ</b>	RJ	20/11/1996	Endesa, EDP, Enersis	Chile (60%) Portugal (30%) Espanha (10%)	587	364	951
<b>COELBA</b>	BA	31/07/1997	Iberdrola, Brasilcap, Previ, BBDTVM	Espanha (61%) Brasil (39%)	1.598	213	1.811
<b>RGE (derivada de CEEE)</b>	RS	21/10/1997	CEA, VBC, Previ	Brasil (66,7%) EUA (33,3%)	1.486	149	1.635
<b>AES Sul (Derivada da CEEE)</b>	RS	21/10/1997	AES	EUA (100%)	1.372	64	1.436
<b>CPFL</b>	SP	05/11/1997	VBC, Previ, Fundação CESP	Brasil (100%)	2.731	102	2.833
<b>Enersul</b>	MS	19/11/1997	Escelsa				
<b>Cemat</b>	MT	27/11/1997	Grupo Rede, Inepar	Brasil (100%)	353	461	814
<b>Energipe</b>	SE	03/12/1997	Caraguases, Uptick	Brasil (100%)	520	40	560
<b>Cosern</b>	RN	12/12/1997	Coelba, Guaraniãna, Uptick	Brasil (87,8%) Espanha (12,2%)	606	112	718
<b>Coelce</b>	CE	02/04/1998	Enersis, Chilectra, Endesa e Cerj	Chile (60%) Portugal (30%) Espanha (10%)	868	378	1.246
<b>Metropolitana (Derivada da Eletropaulo)</b>	SP	15/04/1998	Light	EUA (45%) Brasil (32,5%) França (22,5%)	1.777	1.241	3.018
<b>Bandeirantes (Derivada da Eletropaulo)</b>	SP	17/07/1998	EDP, CPFL	Portugal (56%) Brasil (44%)	860	375	1.235
<b>ELEKTRO (Derivada da Eletropaulo)</b>	SP	17/09/1998	ENRON	EUA (100%)	1.273	428	1.701
<b>Celpa</b>	PA	09/07/1998	Grupo Rede, Inepar	Brasil (100%)	388	116	504
<b>Celpe</b>	PE	18/02/2000	Iberdrola,	Espanha	1.004	131	1.135

			Previ	(60,93%) Brasil (28,67%)			
<b>Cemar</b>	M A	15/06/2000	Pensylvanni a Power e Light	-	289	158	447
<b>Saelpa</b>	PB	30/11/2000	Cataguases Leopoldina	-	185	-	185
				Total	19.117,7		

Fonte: Gonçalves, 2007, p. 301.

Percebe-se que a maioria das empresas distribuidoras de energia elétrica foram privatizadas. Exceção foram as situadas na região Norte do Brasil, por exemplo “Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (CERON), a Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE), a Companhia Energética do Amazonas (CEAM) (no interior do Amazonas). Essas não tiveram compradores, pois não se mostravam atraentes ao capital” (FOSCHIERA, 2009, p.122). É importante destacar que isso aconteceu nos anos 1990 e início dos anos 2000.

Outra questão a ser analisada é que a maioria das distribuidoras de energia elétrica situadas na região sudeste do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo e uma no Espírito Santo) foram privatizadas. Agora veremos os dados das empresas geradoras de energia elétrica no Brasil, que foram privatizadas entre 1997 a 1999 (Quadro 2).

Quadro 2: Empresas Elétricas Geradoras Privatizadas

Empresa	UF	Ano de Venda	Compradores	País de Origem	Receita dos Leilões US\$ milhões	Dívida Transferida	Resultado
<b>Cacheira Dourada (Derivada da Celg)</b>	GO	5/09/1997	Endesa, Edegel	Espanha (60%) Brasil (20%) Peru (20%)	714	140	854
<b>Gerasul (Derivada da ELETROSUL)</b>	RS	1998	Tractebel	Bélgica (100%)	883,5	-	-
<b>Tietê (Derivada da CESP)</b>	SP	1999	AES, Gerasul	Bélgica EUA	472	668	1.140
<b>Paranapan</b>	SP	28/7/1999	Duke	EUA	682	482	1.164

<b>ema (Derivada da CESP)</b>				(100%)			
				Total	2.751,5		
				Total G-D	21.869,2		

Fonte: Gonçalves, 2007, p.302.

Analisando os dados, percebe-se que não foi privatizada nenhuma geradora de energia na Região Nordeste ou Norte do Brasil durante esse período de desestatização. Em relação à participação do capital internacional, Foschiera (2009, p. 123) relata que, “na privatização das Geradoras, a presença de capital internacional predominou quase na sua totalidade. As hidrelétricas que passaram a ser construídas depois do início das privatizações já estão inseridas no novo modelo energético, tendo o capital privado participação nas obras”.

As privatizações que aconteceram no setor elétrico brasileiro readequaram a matriz energética de acordo com os anseios do capital externo. No entanto o sistema elétrico brasileiro entrara em crise no início dos anos 2000. Nesse período, o setor elétrico brasileiro viveu uma crise provocada por um período de baixas nos reservatórios (estiagem) das usinas hidrelétricas e por ter uma baixa também na produção de energia movida à água. O que aconteceu com isso foi que, “em 1 de junho de 2001 o governo decretou racionamento de energia elétrica em todo o país, com exceção da Sul” (MACHADO; VOLPON, 2018, p. 117).

#### **4.6 O governo Lula e Dilma e a organização do setor energético brasileiro**

Durante o período governado pelos presidentes oriundos do Partido dos Trabalhadores (PT), que foi de 2003 a 2016, as agências criadas nos anos 1990 continuaram a influir na política energética brasileira. Segundo Alves (2014, p. 131) “no primeiro mandato do governo Lula constata-se uma política mais ortodoxa como continuidade das políticas neoliberais de FHC”. Outro fato que nos chama a atenção é em relação à crise econômica que o Brasil atravessava, Alves (2014, p. 131) destaca “como enfrentamento dessa crise, e da transição de governo do ex-presidente FHC, Lula adotou políticas restritivas nas áreas monetárias e fiscal para tentar reverter o processo de desestabilização em curso”.

A partir de 2003, interrompeu-se a privatização do setor elétrico e retoma-se o planejamento estatal, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) (ROSA, 2015). Percebe-se nesse momento uma interrupção na privatização e a retomada do planejamento do setor elétrico e da pesquisa energética. Alves (2014, p 133), [...] “considera que após 2006, com a posse do Ministro Guido Mantega no Ministério da Fazenda, favoreceu uma política

com “menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo”, fato que acabou caracterizando o segundo mandato do presidente Lula”.

A diferença entre o neoliberalismo e o novo desenvolvimentismo no Brasil, é explicada por Alves (2014, p. 141)

[...] na fase neoliberal de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, altera-se a retirada progressiva do Estado no sistema produtivo, com as privatizações. Já na fase do “Novo Desenvolvimentismo”, tem-se a ação dos governos da máquina estatal para uma atuação mais efetiva com a retomada do BNDES financiando o grande capital e permitindo que as grandes empresas nacionais pudessem competir na economia mundializada.

Alves (2014, p. 150) ainda menciona que, “o governo Lula atuou na perspectiva de fortalecer o papel do Estado na economia nacional, em especial com o BNDES no financiamento produtivo e em infraestrutura”. O Banco Nacional de Desenvolvimento passa a ser um dos principais financiadores da iniciativa privada.

Como forma de promover a melhoria da economia, segundo Alves (2014, p. 157) foi que [...], “o Presidente Lula lançou, em janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado às ações e metas para um amplo conjunto de investimentos em infraestrutura e mecanismos de incentivos e facilitação do investimento privado”.

Em relação à política de organização do setor elétrico brasileiro no governo Lula, Pase e Rocha (2010, p. 52-53) destacam que

[...] coube ao governo Lula incrementar as políticas públicas de infraestrutura energética regulamentando as Parceria Público-Privadas (PPP), sendo que os projetos de hidrelétricas passam a ser conduzidos por Sociedades de Propósito Específico (SPE) criadas em virtude de cada UHE a ser instalada e operada. Esta regulamentação consolida a concepção de política pública realizada através da delegação do Estado a instituições independentes, bem como viabiliza o financiamento dos empreendimentos, pois além de possibilitar que empresas públicas participem das SPE, compromete-se com seu financiamento.

Segundo Alves (2014, p. 158), “após o PAC 1, no período de 2007-2010, foi lançado o PAC 2, com a abrangência para o período de 2011-2014, considerado pilar do desenvolvimento também no governo da Presidenta Dilma, assim como o foi nos governos do Presidente Lula da Silva”.

Dentre as promessas do PAC 1 e 2, estaria a melhora no ambiente de investimentos, de modo a agilizar e facilitar sua implementação em infraestrutura, como o aperfeiçoamento do marco regulatório, em especial no que tange à questão

ambiental, mas também buscando incentivar o desenvolvimento regional, com a recriação da SUDAM e SUDENE (ALVES, 2014, p. 158).

Em relação ao setor elétrico brasileiro, no governo Dilma, as concessões das geradoras de energia antigas, as quais algumas foram adquiridas no período das privatizações, foram renovadas.

As concessões de serviços públicos é algo muito comum na política neoliberal, o Estado, segundo a Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, tem a função de fiscalizar, regulamentar, aplicar penalidades quando for o caso, intervir, extinguir etc.

Para as empresas com propriedade pública e operação por contrato com o setor privado, e com regulamentação, “por meio de concessões, o setor público pode delegar à iniciativa privada não só a operação dos serviços de geração, distribuição e transmissão, mas também a responsabilidade por novos investimentos” (ABREU, 1999, p. 51). Por outro lado, as empresas com propriedade e operação privadas, com que são regulamentadas, “o Estado somente irá interferir, examinando o pedido da concessão e quanto à regulamentação do sistema, mas todas as outras responsabilidades e escolhas serão por conta e risco do investidor” (ABREU, 1999, p. 51). Percebe-se que o governo passa a essas empresas a responsabilidade de investir em melhorias no setor elétrico.

Após a concessão do setor elétrico, o papel do Estado é criar condições para a livre circulação de capital, resguardar os detentores de capitais, criar mecanismos que garantam a concorrência, proteger o consumidor contra o aumento de preço abusivo.

No que se refere ao modo de gerir o Estado durante os governos Lula e Dilma, Alves (2014, p.147) descreve que

Para o momento, Pochmann nos indicaria então uma diferença fundamental quanto à forma como o Estado atua na “gestão” do patrimônio estatal, pois ao contrário do ocorrido na era FHC, no “Novo Desenvolvimentismo” não há a transferência da propriedade para o capital de modo irreversível. Ou seja, nos governos Lula e Dilma as concessões seriam provisórias, a partir de contratos jurídicos/políticos, entre Estado e o capital privado, mas a propriedade efetiva mantém-se sob controle do Estado; cede-se, então, o direito de uso para o capital explorar tais bens/serviços.

Agora veremos como aconteceram e quais foram os responsáveis pelos investimentos no setor elétrico brasileiro.



#### **4.7 BNDES, Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e Plano Nacional de Desestatização (PND)**

Para que o processo de desenvolvimento neoliberal (desestatização) e ação da iniciativa privada na compra dessas empresas se concretizassem no território brasileiro, alguns mecanismos financeiros foram os financiadores desse desenvolvimento. Em relação a esse assunto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) foram os principais responsáveis pelo processo de desestatização na década de 90.

Nas palavras de Abreu (1999, p. 48), vejamos como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) contribuiu no processo desenvolvimento da desestatização no território brasileiro:

O BNDES foi designado gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND em 1990 e tem, em linhas gerais, as seguintes atribuições:

1. Licitar e contratar os prestadores de serviços que irão atuar no Plano Nacional Desestatização (PND), ou seja, consultores e auditores encarregados de realizar as avaliações econômico-financeiras, proposta de modelo de venda e auditoria do processo de venda de cada empresa, bem como as empresas encarregadas da divulgação das informações relativas ao programa;
2. Supervisionar, acompanhar e coordenar os trabalhos dos consultores e auditores até as operações finais de venda;
3. Recomendar ao Conselho Nacional de Desestatização (CND) as condições gerais de venda e os ajustes prévios à desestatização das empresas, se necessários;
4. Executar as decisões do CND;
5. Divulgar ao público todas as etapas e os resultados do processo;
6. Administrar o FND, no qual são depositadas as ações das empresas incluídas no PND;
7. Para desempenhar essas atribuições, o BNDES dispõe de três áreas exclusivamente dedicadas à privatização: Área de Desestatização (AD), Secretaria Geral de Apoio à Desestatização (SD) e Área de Serviços de Privatização (ASP).

Em relação ao processo de privatização do setor elétrico, Esposito (2012, p. 206) argumenta que “a privatização do setor começou com os ativos em poder da União, que foram incluídos no Programa Nacional de Desestatização (PND). Coube ao BNDES a responsabilidade por sua gestão”.

Esposito (2012, p. 206) diz que,

Com efeito, no âmbito do PND e do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de cada estado, o BNDES atuou como financiador nas seguintes modalidades:

- adiantamento de recursos aos estados da federação, que entre 1996 e 1998 representaram apoio de R\$ 898,4 milhões, valor que deveria ser pago com as receitas das privatizações; e

- financiamento aos adquirentes nos leilões de privatização, que totalizam um apoio financeiro de R\$ 5,7 bilhões, a serem pagos pelos acionistas das concessionárias privatizadas ou pelos funcionários das estatais que participaram do leilão de privatização.

Percebe-se que o BNDES foi fundamental para o processo de privatizações no território brasileiro, financiando boa parcela desse processo. Para Abreu (1999), o BNDES é um dos agentes financiadores do processo das privatizações brasileira, fornecendo, juntamente com outras instituições, as bases para que um novo modelo no setor de eletricidade fosse viável. Outro responsável foram Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), que é um dos principais responsáveis por esse processo.

As reformas implementadas no setor elétrico visavam a garantir um mercado competitivo e, com isso, atrair Investimentos Estrangeiros Diretos para o setor. Esses investimentos são para o financiamento de obras de infraestrutura e desenvolvimento das atividades relacionadas ao setor elétrico.

Cabe destacar que a história recente de IED no território brasileiro é fruto de uma política de abertura comercial, impulsionada por uma política de ações neoliberais. Com relação a isso, Lira Neto (2008, p. 38-39) observar que

O Brasil foi um importante país de atração de IED global do tipo busca por mercado no setor secundário (manufatureiro) durante o período da estratégia política de substituição de importação. Depois, na década de 80, com o desequilíbrio da economia provocado pela crise da dívida externa. Segundo o relatório CEPAL (2005), a retomada de grandes parcelas de IED ocorreu após a estabilização econômica brasileira, no início dos anos 90, impulsionada pela renegociação da dívida externa; pelo fim do monopólio estatal nos setores da telecomunicação, eletricidade, petróleo e gás; com o início do programa de privatização, o maior do mundo, até então; além da integração regional no Mercosul.

Lira Neto (2008, p. 42) usa os dados do BACEN (Banco Central) e destaca que “os principais países investidores no Brasil, tradicionalmente, são os Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Reino Unido, Canadá, Suíça e Japão”.

No entanto, em um período que vai de 1990 a 1995, Lira Neto (2008) destaca que na lista dos principais investidores relevantes no território brasileiro apenas os Estados Unidos e os Países Baixos se mantiveram. Já entre 1996 e 2000, além dos Países Baixos, França, Espanha e Portugal também investiram no Brasil.

Segundo Lira Neto (2008), entre os anos 2001 a 2003, os países com maiores investimentos no Brasil foram Alemanha, Canadá, Japão e os Países Baixos, além dos Estados Unidos, que continuaram como investidores principais. De 2004 a 2007, Espanha e França

vão entrar no grupo dos maiores investidores do Brasil, juntamente com Estados Unidos, Países Baixos, Canadá, Alemanha.

Não foram computados dados de 2008 e 2009, para fins desta pesquisa, por se tratar de um período de uma crise econômica mundial.

Já entre 2010 e 2016, o quadro dos maiores países investidores no território brasileiro apresentou a seguinte situação: “os Países Baixos são os maiores investidores, seguidos de Estados Unidos, Espanha, Luxemburgo, França e Japão [...]” (BACEN, 2018, p. 9).

É importante mencionar que existem alguns fatores que atraem os investimentos estrangeiros para o território brasileiro. Podemos citar dois deles: mão de obra barata e grande mercado consumidor. Cabe destacar que, com a política neoliberal, muitos dos direitos dos trabalhadores se modificaram, diminuindo os custos de mão de obra, o que atraiu investidores. Vieira Junior (2014, p. 69) assevera que

O neoliberalismo penetrou profundamente no Direito do Trabalho, intensificando princípios que reclamavam a emergência da cidadania moderna, ao lado da figura de um trabalhador vendedor de mão de obra, estruturalmente cidadão, e retirando-lhe sua condição essencial fixada no princípio da proteção, bem como seu caráter político.

Percebe-se que o neoliberalismo tem em si a prática de priorizar apenas o econômico, não se importando muito com as questões sociais. Por isso que muitas empresas procuram territórios onde os governos adotam medidas neoliberais de diminuir os direitos sociais dos trabalhadores. Isso acontece no território brasileiro e em outros países que adotaram as normas do neoliberalismo.

## 5. A POLÍTICA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA LEGAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

A abordagem do neoliberalismo na política energética no território da Amazônia Legal é imprescindível para o entendimento do papel do Estado na promoção do desenvolvimento do capital. “O capital, isolado não consegue se instalar e assim necessita do Estado. Contudo é o sistema que controla o Estado e o sistema é controlado pelos detentores de poder” (SIEBEN, 2012, p. 59). Sendo assim, os assuntos a serem abordados na análise das políticas energéticas para a Amazônia brasileira serão as políticas neoliberais, ou seja, as propostas feitas pelos governos brasileiros a partir dos anos 1990. Faz-se necessário entender como o neoliberalismo se adentrou à política energética dessa região e quais as suas influências no processo de desenvolvimento econômico do capital. Alves (2014, p. 54-55) afirma que

O entendimento da Amazônia no contexto da política energética brasileira, nos leva, de imediato, a ter como pressuposto que este setor não pode ser visto distanciado da totalidade que envolve a região e sua gente, seja ela amazônica, ou migrantes que ali foram se instalando e construindo novas relações com o bioma, com a natureza, com a cultura. Também não pode ser compreendida sem ter em primeiro plano a ação do Estado brasileiro pelo domínio, controle e integração da vasta região à sociedade e ao território nacional, articulada aos interesses de reprodução ampliada do grande capital nacional e internacional.

A partir dos anos de 1990, as políticas neoliberais começam a se destacar no cenário político e econômico do território latino-americano. No Brasil, o Estado começa a se reestruturar para atender as demandas expostas por essas políticas. “Na perspectiva de “desenvolver” a região Amazônia, a partir da década de 1990, o discurso do desenvolvimento sustentável apareceu como destaque” (SIEBEN, 2012, p. 59). Percebe-se que a política de desenvolvimento da região é guiada pelo uso racional dos recursos naturais. “O desenvolvimento sustentável entra na nova onda de relação do local com o mundial e assim esconde-se a depredação da cultura de povos e etnias atingidas por este modelo ideológico econômico” (SIEBEN, 2012, p. 66).

Alves (2014, p. 64) destaca que “é neste contexto que presenciamos, a partir dos discursos do desenvolvimentismo sustentável, processos de “espoliação” de recursos naturais sob o chamado capitalismo verde”. Relembramos que o processo de acumulação por espoliação foi definido por Harvey (2005) como as políticas capitalistas neoliberais, em que o resultado é a centralização do poder e da riqueza nas mãos dos grandes detentores de capitais.

Alves (2014, p. 54-55) afirma que

[...]. Portanto, se o capital passa a atuar de modo mais independente em alguns setores econômicos na Amazônia, transformando-a em “fronteira de commodities”, por outro, não podemos deixar de considerar o papel central do Estado dotando o espaço regional de grandes obras de infraestrutura, como os grandes projetos hidroenergéticos, que são base para essa investida do capital na região nas bases esboçadas até o momento.

Percebe-se que o papel do Estado nesse momento é criar mecanismos (infraestrutura) para atrair os investimentos estrangeiros. Uma das maneiras encontradas pelo Estado é favorecer a construção de hidrelétricas que faz parte desse processo de desenvolvimento da infraestrutura. Alves (2014, p. 70) diz que

[...] a Amazônia Legal nas últimas décadas voltou a ser foco do governo federal para a construção de novas UHEs (além da reativação de velhos projetos, como Belo Monte), como condição, no discurso oficial, de tirar o país de uma crise energética intensificada após os “apagões”. Fato que corrobora a pressão à sociedade brasileira para que a energia hidrelétrica seja colocada como alternativa mais viável economicamente, além de ser considerada renovável/“sustentável” diante da térmica e nuclear, mas que não evidencia os problemas da forma como o modelo do sistema elétrico nacional foi gestado politicamente, sem uma soberania nacional.

Para Sieben (2012, p. 59), “a Amazônia e o estado do Tocantins têm neste projeto político e econômico a justificativa para o seu crescimento econômico e para os avanços futuros”. Nessa perspectiva é que foram construídos diversos projetos de implantação de usinas hidrelétricas.

A seguir veremos como o neoliberalismo influenciou no processo de desenvolvimento do setor hidrelétrico no estado do Tocantins.

### **5.1 Influência neoliberal e matriz hidrelétrica no Estado do Tocantins, com foco nos grandes empreendimentos**

A partir de agora faremos uma análise da influência neoliberal na matriz hidrelétrica no Estado do Tocantins, com foco nos grandes empreendimentos. O interesse pelos grandes empreendimentos é porque estão todos situados no rio Tocantins, que é um dos principais rios que cortam o estado do Tocantins. As análises da influência neoliberal nesses empreendimentos ajudam a entender como se deu o processo de produção de energia hidrelétrica no Estado Tocantins, e em especial no Rio Tocantins.

È importante mencionar que o potencial energético do rio Tocantins já era objeto de estudo antes da criação do estado do Tocantins, que ocorreu com a promulgação da constituição de 1988. Em relação a esse assunto, Sieben (2012, p. 82) argumenta que

Nas décadas de 1970 e 1980 foram feitos estudos a fim de aproveitar o potencial hidrelétrico do rio Tocantins. No seu leito existiam duas usinas hidrelétricas: Serra da Mesa (GO) e Tucuruí (PA). A localização estratégica do estado, no centro do país facilitou a transmissão das linhas de energia.

O processo de investimento em grandes empreendimentos no setor hidrelétrico, no rio Tocantins, em área tocantinense, começa a acontecer no momento em que a desestatização do setor hidrelétrico brasileiro estava ocorrendo de forma acelerada. É importante mencionar que existiam pequenas centrais hidrelétricas em solo tocantinense. “A UHE Lajeado foi a primeira hidrelétrica do país construída pela iniciativa privada após a reestruturação do setor elétrico na década de 1990” (LIMA, 2020, p. 22). O setor hidrelétrico do Estado, mais especificamente no rio Tocantins, já nasceu sobre os investimentos dos capitais privados, dentro das ideias neoliberais, baseado na lógica neodesenvolvimentista brasileira.

Uma questão que deve ser levada em consideração é que o estado do Tocantins possui um grande potencial hidrelétrico, devido à presença da bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins. Outro fator que colaborou é que na “[...] região [Norte] a indenização por terras e feitorias é mais barata, a população em menor quantidade e menos informada traria menos problemas de custos e de opinião pública” (SIEBEN, 2012, p. 82).

Nos anos de 1990, com a reestruturação do setor hidrelétrico brasileiro, seguindo as ideias neoliberais, vai acontecer no território brasileiro a descentralização do processo elétrico. Com a implantação da desestatização das empresas elétricas, o capital estrangeiro passa a investir na construção de usinas hidrelétricas em diversas regiões brasileiras. Lima (2020, p. 36) descreve que,

A partir da década de 1990, os projetos novamente tomam força e inicia-se um novo ciclo de construções hidrelétricas, em sequência. Assim, projetos criticados pela opinião pública nacional e internacional em defesa da população atingida, dos povos indígenas e do meio ambiente, foram reavaliados e autorizadas suas implementações, inclusive adentrando o território amazônico. Seguiu-se, então, com a construção das UHEs: Lajeado, Peixe Angical, São Salvador e Estreito no Rio Tocantins; as Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (RO) no complexo do Rio Madeira; Belo Monte, no rio Xingu (PA), dentre outras que vêm sendo construídas a partir de então.

Percebe-se que os investimentos em energia hidrelétrica na região Norte do Brasil ganham maior destaque após o processo de reestruturação do setor hidrelétrico brasileiro, e muitos projetos hidrelétricos importantes vão se destacar. É nesse cenário que novos investimentos no setor hidrelétrico começam a chegar no estado do Tocantins. Em meio a um cenário impulsionado pelo discurso do desenvolvimento da economia e da estrutura produtiva do sistema capitalista.

Lima (2020, p. 45) observa que

[...] os projetos hidrelétricos são apresentados às populações das regiões com o viés de promover o desenvolvimento local, contrariando o que se entende por desenvolvimento local, uma vez que são projetos exógenos, foram construídos dissociados dos sujeitos e tampouco consideram a cultura, costumes e práticas.

Os projetos hidrelétricos construídos em viés neoliberal visam a essa maneira externa de desenvolvimento, uma vez que o objetivo é o desenvolvimento da economia e não o da sociedade. É nesse conceito de desenvolvimento que o setor hidrelétrico do estado do Tocantins é construído.

Em relação ao número de hidrelétricas, segundo Gil (2013), no estado do Tocantins foram identificados 47 (quarenta e sete) empreendimentos hidrelétricos, sendo 5 UHEs (Usinas Hidrelétricas), 35 PCHs (Pequenas Centrais hidrelétricas) e 7 CGHs (Centrais Geradoras Hidrelétricas). Observa-se que 74,4% dos empreendimentos hidrelétricos no Estado são Pequenas Centrais hidrelétricas (PCHs). As Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) representam 14,9%. Os grandes empreendimentos, as chamadas Usinas Hidrelétricas (UHEs), representam 10,7%<sup>2</sup>.

Fazendo a análise dos grandes empreendimentos hidrelétricos do estado do Tocantins, constata-se que foram edificadas entre o período final da década de 1990 até o ano de 2015. Sobre eles, Maldaner (2019) diz que geram impactos positivos, já para Gil (2013), geram impactos negativos. Em relação aos impactos positivos, Maldaner (2019, p. 28) destaca que,

Ao longo de décadas, as usinas hidrelétricas têm sido referência de desenvolvimento econômico e social. Pelo menos, esta é a visão do discurso político e empresarial brasileiro, que enaltece, frente à opinião pública, os impactos positivos das UHEs, especialmente os relacionados a geração de empregos, ativação ou recuperação da economia local/regional.

---

<sup>2</sup> A potência instalada é que determina o tipo de geradora. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) adota três classificações: Centrais Geradoras Hidrelétricas, com até 1 MW de potência instalada; Pequenas Centrais Hidrelétricas, entre 1,1 MW e 30 MW de potência instalada; e Usinas Hidrelétricas, com mais de 30 MW de potência (ANEEL, 2008, p. 53).

Por outro lado, cabe destacar que os “[...] impactos negativos gerados pelo empreendimento ficam na região, e a energia gerada, através de grandes linhas de transmissão é carreada para outras regiões”. Além disso, no caso dos investimentos privados, os benefícios são privados e os prejuízos são públicos (GIL, 2013, p. 48).

Em se tratando de estudo dos impactos provocados por esse modelo de empreendimento, “o procedimento específico para o licenciamento das usinas hidrelétricas foi disciplinado pelas resoluções CONAMA n. 001/86 e 006/87, sendo competência do Estado a concessão do licenciamento” (RIMA, 1996, p. 11). Cabe ao Estado a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) das Hidrelétricas.

No estado do Tocantins, o órgão responsável por fazer a aprovação do estudo ambiental é o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Apesar de terem finalidades diversas, EIA e Rima são instrumentos complementares, ou seja, um ajuda no entendimento do outro, e por isso são sempre citados em conjunto.

A análise deste trabalho levará em consideração os quatro empreendimentos hidrelétricos construídos após o processo de reestruturação do setor energético situados em território tocantinense (Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães; Usina Hidrelétrica Peixe/Angical; Usina Hidrelétrica São Salvador e a Usina Hidrelétrica de Estreito). Veremos agora como foram feitos os investimentos nas principais Usinas Hidrelétricas no Estado.

### 5.1.1 Usina Luís Eduardo Magalhães (Usina de Lajeado)

O primeiro grande empreendimento hidrelétrico construído no Tocantins, após o início do processo de privatização do setor elétrico, foi a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães<sup>3</sup>, conhecida regionalmente como Usina Hidrelétrica de Lajeado (Figura 1).

---

<sup>3</sup> **Luís Eduardo Maron Magalhães** (Salvador, 16/3/1955 – Brasília, 21/4/1998) foi político brasileiro. Filho do ex-governador da Bahia e ex-senador pelo estado, Antônio Carlos Magalhães, era considerado o provável sucessor de seu pai no meio político. Foi deputado estadual de 1979 a 1987 e deputado federal de 1987 até sua morte, sendo presidente da Câmara dos Deputados durante o biênio de 1995 a 1997. Estava em pré-campanha ao governo da Bahia pelo PFL em 1998. Entretanto, morreu de infarto fulminante aos 43 anos (WIKIPÉDIA, 2021).



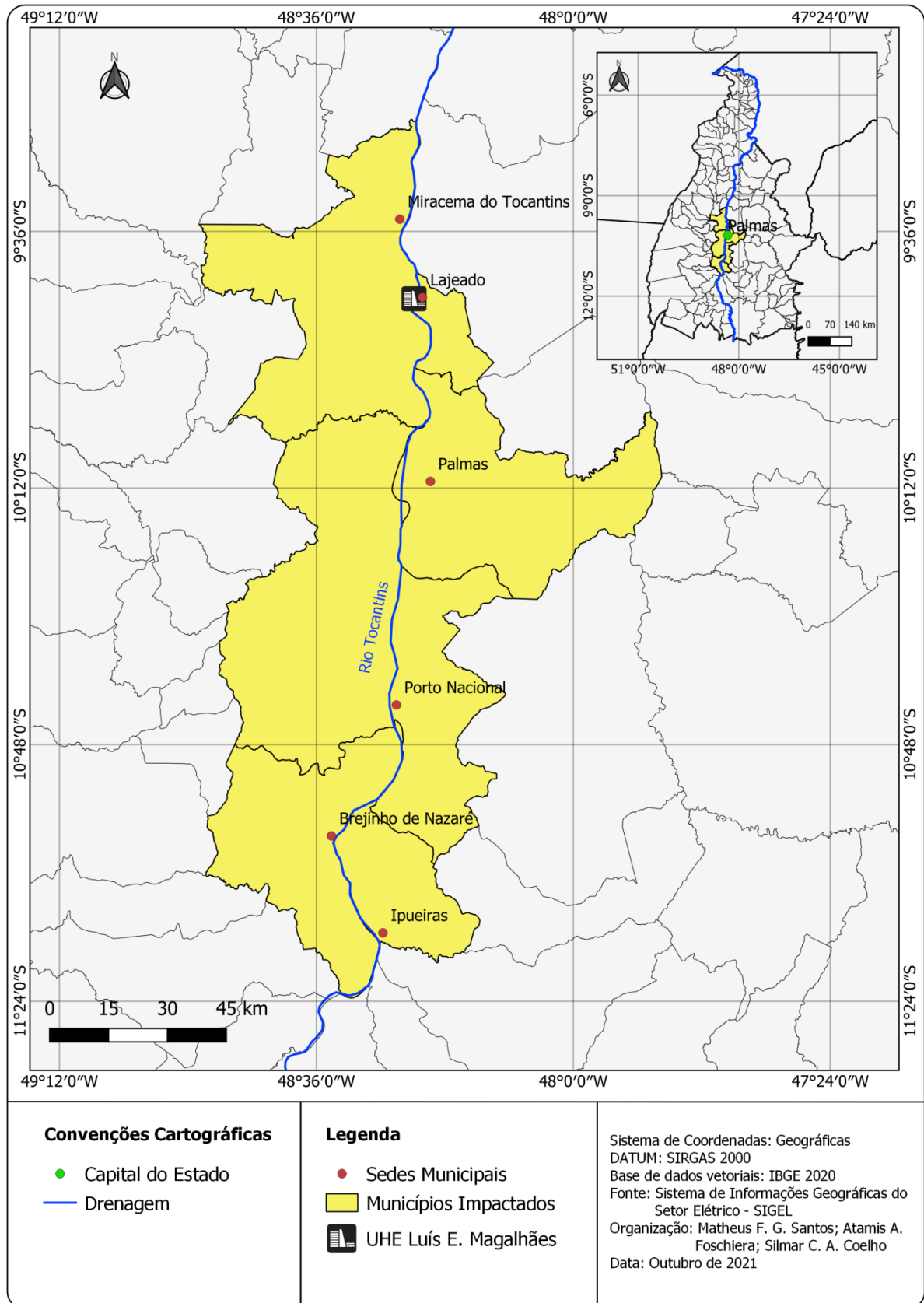
Figura 1: Barragem da UHE Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Tocantins (online, 2021).

A Usina Luís Eduardo Magalhães está situada entre os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, a 60 Km de Palmas/TO, capital do Estado (Figura 2).

Figura 2: Localização da UHE Luís Eduardo Magalhães



Fonte: (RIMA,1996).

Em relação ao processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, foi realizado pela THEMAG Engenharia. “Considerada uma das principais empresas brasileiras de consultoria, com ampla experiência no país e no exterior, a Themag atua principalmente na área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica” (THEMAG ENGENHARIA, 2021). A aprovação do licenciamento “[...] caberá ao estado de Tocantins através do seu órgão competente a NATURATINS, avaliar o presente EIA/RIMA, ouvindo os municípios da região” (RIMA, 1996, p. 11). Observa-se que uma empresa da iniciativa privada foi que elaborou o EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. O órgão estadual, por sua vez, foi o responsável por conceder a licença ambiental para a construção do empreendimento, levando em consideração os impactos positivos e negativos.

Em se tratando do projeto de implantação da usina, observa-se que era uma das maiores obras civis em construção naquele momento, bem como foi uma das primeiras UHE construídas totalmente sob o domínio privado. “Em 1995, a Companhia de Energia Elétrica do Tocantins (CELTINS), privatizada, retoma, com a autorização do DENAEE, os estudos do médio rio Tocantins, com o interesse direcionado para o projeto de construção da hidrelétrica de Lajeado” (FOSCHIERA, 2009, p. 216). Em relação ao processo licitatório, Católico, Strauch e Brito (2019, p. 6) argumentam que

A licitação da usina ocorreu em 1997 e o consórcio vencedor intitulado como Investco foi formado pela Celtins, Empresa de Eletricidade Vale Panapanema S.A. (EEVP), Eletricidade de Portugal S.A. (EDP), Companhia Energética de Brasília (CEB) e Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE). A organização do consórcio foi conduzida pela Celtins, principal interessada no processo licitatório.

No fim de 2013, a ANEEL “aprovou o plano de recuperação apresentado pela empresa Energisa para as concessionárias do grupo Rede” (ANEEL, 2013). Destaca-se que a CELTINS era administrada pelo Grupo Rede, que controlava também, até 2014, as distribuidoras de energia Cemat, CFLO, Empresa Elétrica Bragantina, Caiuá Distribuição de Energia, CNEE, Enersul e EDEVP. No ano de 2014, suas ações passaram a ser controladas pela empresa Energisa S.A. A venda de seu controle sobre a UHE Lajeado se deu devido à alteração de legislação que proibia empresa distribuidora de energia ter controle sobre empresas produtoras de energia. Veja o Quadro 3, que mostra como se deu todo o processo que envolve a construção desse empreendimento hidrelétrico.

Quadro 3: Aspecto histórico da obra da UHE do Lajeado

<b>ANO</b>	<b>ETAPA</b>
1972	A ELETROBRÁS inicia o inventário do Rio Tocantins por meio do estudo sistemático do seu aproveitamento hidrelétrico.
1974	A ELETRONORTE, recém-criada, assume a responsabilidade por este projeto realizando estudos técnicos, econômicos e ambientais.
1995	A CELTINS retoma, com a autorização do então DNAEE, os estudos do médio Tocantins, já com interesse direcionado para o Projeto Lajeado, desenvolvidos pela THEMAG. Em junho, o governo autoriza a CELTINS a realizar os estudos de viabilidade da usina.
1996	Em maio, é formalizado a criação do "Consórcio Lajeado", do qual fazem parte: A CELTINS – Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins; EEVP – Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.; EDP Electricidade de Portugal S.A.; CEB – Cia Energética de Brasília.
1997	Em agosto, o Ministro das Minas e Energia Raimundo Brito oficializa, em Palmas, o lançamento do edital de licitação para a construção da usina.
1997	Em novembro, é criada a INVESTCO S.A., composta pelas empresas participantes do "Consórcio Lajeado" que concorrerá à licitação da obra.
1997	Em dezembro, o "Consórcio Lajeado" – INVESTCO vence o processo de licitação e assina o contrato de concessão para construir e operar o empreendimento.
1998	Em julho, ocorre o lançamento da pedra fundamental da usina, marcando o início das obras, e é celebrado o acordo para a participação da ELETROBRÁS no empreendimento.
1998	Em outubro, é concluída a primeira fase do desvio do Rio.
2001	Início da operação.
2002	Conclusão da obra.

Fonte: adaptado de Zitzke (2007, p. 109).

Importante mencionar que a obra que iniciou em 1998 teve a conclusão com a formação do reservatório no ano de 2002. Em relação à Ficha Técnica do empreendimento, veja-se o Quadro 4 a seguir.

Quadro 4: Ficha Técnica resumida da UHE Luís Eduardo Magalhães

Empreendedor	Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães (UHE Lajeado)
Rio	Tocantins
Latitude	9° 5'26" S
Longitude	48° 22'17" W
Reservatório	Reservatório de 750 km <sup>2</sup> de área total.
Barragem	Barragem de terra na margem direita com seção homogênea e filtros interceptores verticais e filtros-drenos horizontais de areia; barragem de concreto compactado com rolo no trecho do leito do rio.
Vertedouro	Vertedouro em concreto com perfil Creager dotado de comportas segmento de 23,00m de altura e 17,00m de largura, sendo prevista bacia de dissipação encurtada na cota 177,0m, e canal de aproximação escavado em rocha, na cota 178,0m.
Tomada d' água	Abriga 6 unidades geradoras com turbinas tipo KAPLAN de 158 MW de potência unitária, em um arranjo típico de usinas de baixa queda.
Potência (Projeção)	950 MW de potência.

Fonte: Rima (1996, p. 3) adaptado pelo autor.

É importante mencionar que, nos anos 1990, começa o processo do primeiro grande empreendimento hidrelétrico no estado de Tocantins. Esse processo só aconteceu devido à reestruturação do setor elétrico brasileiro, em que ocorreu a desestatização das empresas e a participação dos investimentos diretos na geração e distribuição de energia elétrica em todo território nacional. Quanto ao setor elétrico,

[...] durante o final da década de 90, além de se encontrar em um amplo processo de privatização e reforma regulatória, o setor vivenciava um momento de significativa redução da disponibilidade hídrica, devido às baixas precipitações registradas no quadro hidrológico nacional. É sob esta conjuntura de crise hídrica, instabilidade e liberalização do setor que o governo brasileiro lançou o projeto hidrelétrico da usina de Lajeado (CATOLICO; STRAUCH; BRITO, 2019, p. 8).

É possível observar que o projeto de construção da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães se deu em um momento de instabilidade e privatização da matriz elétrica brasileira. Em relação ao movimento de planejamento, implantação e operação da UHE, Zitzke (2007, p. 109) argumenta que

O processo de planejamento, implantação e operação da UHE do Lajeado realizou-se como uma “manobra de bastidores” onde os atores principais representavam os interesses políticos e econômicos do setor elétrico, com alto grau de organização e

concentração de poder político. Uma das consequências dessas manobras é a definição da bacia dos rios Araguaia-Tocantins como território exclusivo das empresas participantes do Consórcio Lajeado, constituído para construir a UHE do Lajeado e que também integram o Consórcio CESTE, para construir a UHE de Estreito e o Consórcio ENERPEIXE, para construir o AHE Peixe-Angical, todas no rio Tocantins.

Ao analisar o ramo de atividade e a origem das empresas que fizeram parte do consórcio que participaram do processo de implantação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, foram detectadas as situações constantes no Quadro 5.

Quadro 5: Tipos de empresas que participaram da formação do grupo INVESTCO

Empresa	Ramo de Atividade	País de Origem	Tipo de empresa
Empresa de Eletricidade Vale Panapanema S.A. (EEVP)	Geração de energia e manutenção de rede elétricas	Brasil	Privada
Energias do Portugal S.A. (EDP)	Produção de eletricidade e distribuição de gás	Portugal	Privada
Companhia Energética de Brasília (CEB)	Distribuição de eletricidade e outras fontes de energia	Brasil	Privada
Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE)	Transmissão de energia elétrica	Brasil	Privada
CELTINS (GRUPO REDE)	Distribuição de energia elétrica e Geração e transmissão de energia elétrica	Brasil	Privada

Fonte: (WIKIPEDIA, 2020) com adaptações feitas pelo autor

Observa-se que todas as empresas que participaram da formação do consórcio INVESTCO são voltadas para produção, distribuição e/ou transmissão de energia elétrica. Em relação ao país de origem, a maioria é brasileira. A única estrangeira é europeia, de Portugal.

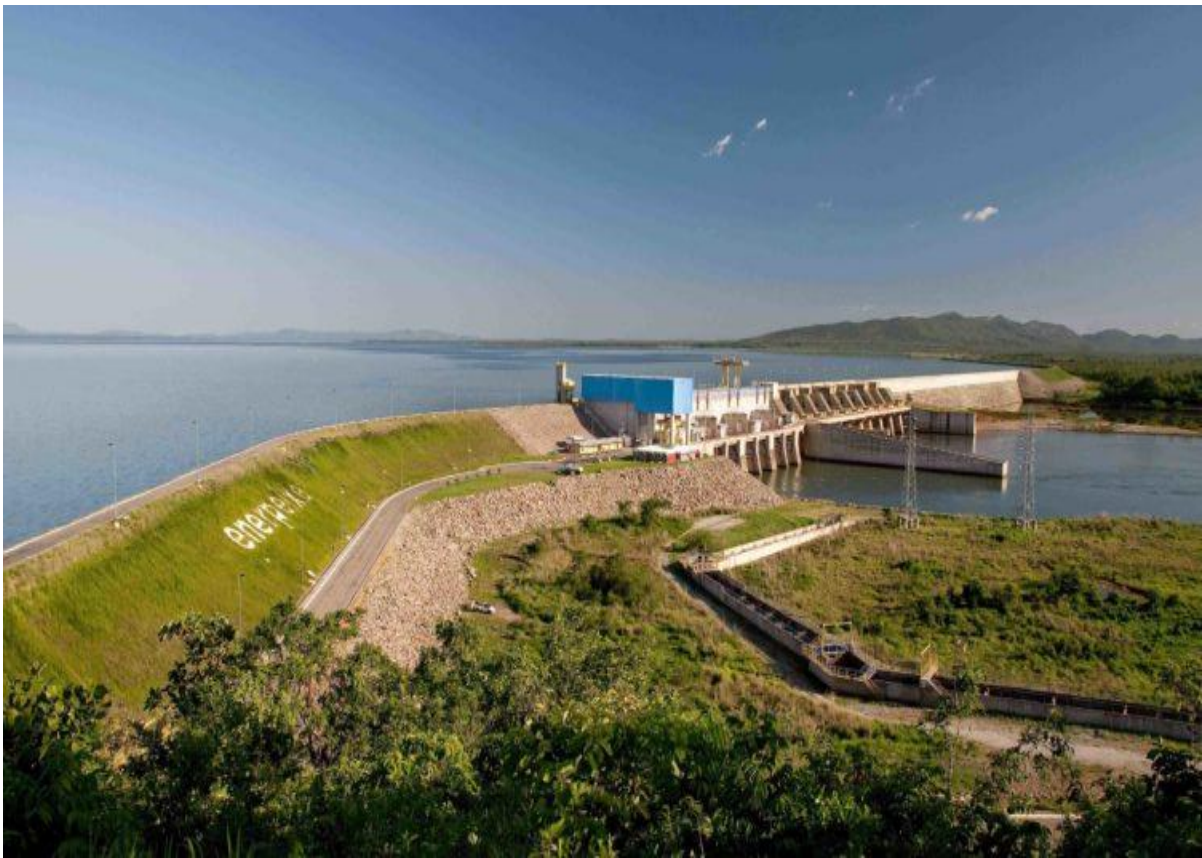
Destaca-se que em 2008 o Grupo Rede Celtins deixou de fazer parte do consórcio que administra a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Em relação a isso, foi feita permuta de ações envolvendo o controle da Enersul e o da Usina de Lajeado. Essa permuta de ações

[...] que envolve o controle da Enersul pelo Grupo Rede inclui a transferência para a EDP das participações detidas pelas empresas Rede Energia S/A e Rede Power do Brasil S/A na concessionária de geração Rede Lajeado S/A. A Energias do Brasil assumirá também o capital social da Tocantins Energia S/A (detido pela Rede Power) e a totalidade das ações preferenciais (sem direito a voto) da Investco S/A, em poder da Rede Lajeado (ANEEL, 2020).

### 5.1.2 Usina Hidrelétrica Peixe/Angical

No decorrer dos anos 2000, novos empreendimentos hidrelétricos começam a ser implantados no rio Tocantins, em solo tocantinense, dentre eles o da Usina Hidrelétrica de Peixe/Angical (Figura 3).

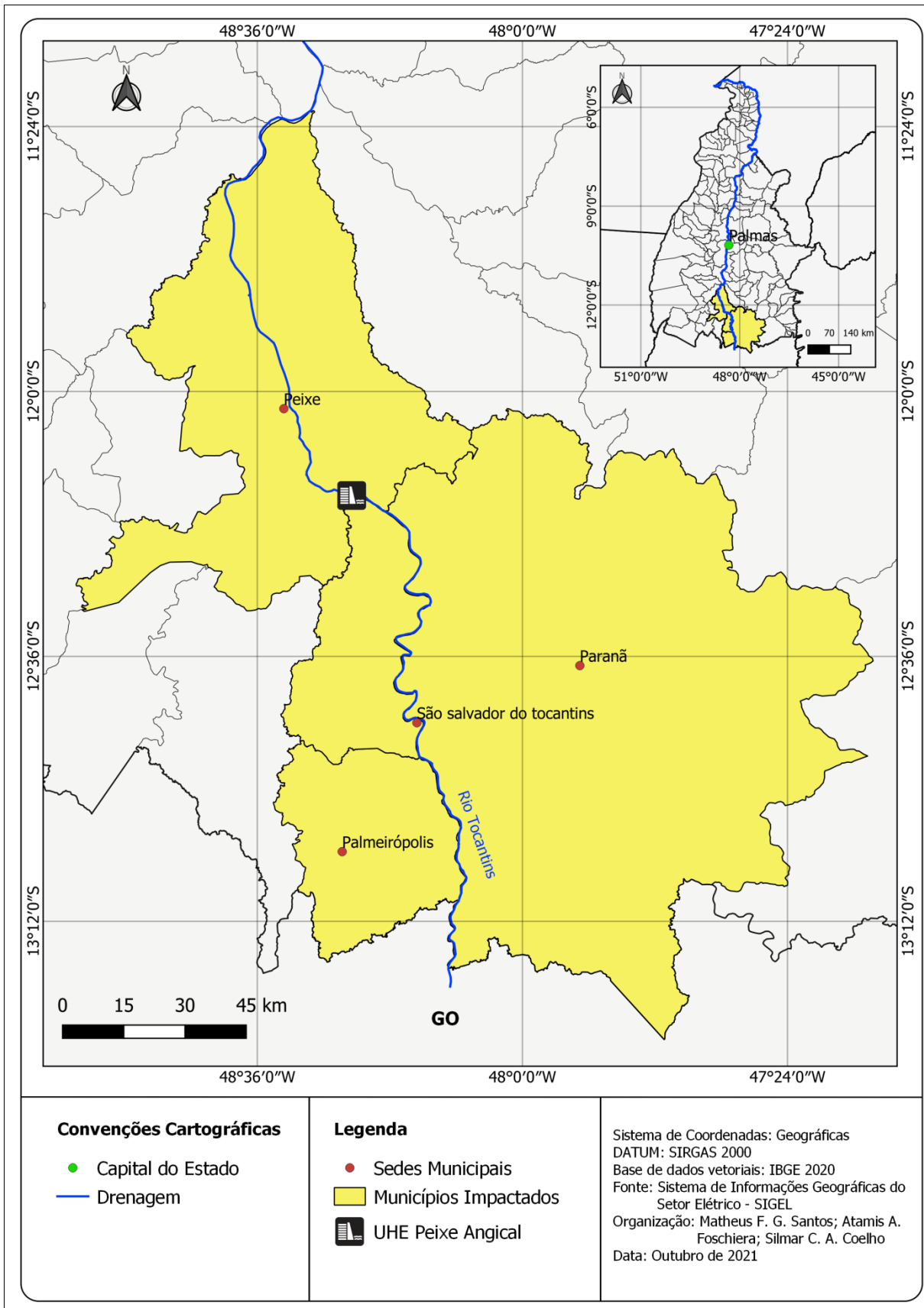
Figura 3: Barragem da UHE Peixe/Angical



Fonte: divulgação EDP (ENERGIA HOJE, online, 2021).

A barragem da Usina Hidrelétrica de Peixe/Angical localiza-se no município de Peixe, construída no rio Tocantins, e seu reservatório abrange áreas dos municípios de Peixe, São Salvador do Tocantins e Paranã, na região sul do estado do Tocantins (Figura 4).

Figura 4: Localização da UHE Peixe/Angical



Fonte: (RIMA, 2000).



Quem faz a administração da Usina é a empresa denominada de Enerpeixe S.A. Em relação à empresa, observa-se que

A Enerpeixe S.A. é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, de acordo com o disposto no Decreto Presidencial de 15 de outubro de 2001 e Contrato de Concessão nº 130/2001 – ANEEL – UHE Peixe Angical, firmado com a União (Poder Concedente), visando a exploração do potencial hidráulico no Rio Tocantins, com potência instalada de 498,75MW, caracterizado como de interesse e utilidade pública de relevância nacional (ENERPEIXE, 2021).

Percebe-se que a construção da usina se deu após o processo de concessão, como se deu na maioria dos empreendimentos hidrelétricos nacionais. Em relação ao empreendimento de maneira geral, veja a seguir o Quadro 6, com resumo da ficha técnica da Usina Hidrelétrica Peixe/Angical.

Quadro 6: Ficha Técnica resumida da UHE Peixe/Angical

Empreendedor	Enerpeixe S.A.
Rio	Tocantins
Latitude	12° 1' 34" S
Longitude	48° 32' 23" W
Reservatório útil	O reservatório se estende pelos rios Tocantins e Paranã, formando um espelho de água de 294km <sup>2</sup> para o nível máximo normal 263,00 m.
Barragem	Barragem de terra com seção homogênea constituída por solos das áreas de empréstimo próximas, filtros interceptores verticais e filtros-drenos horizontais de areia.
Vertedouro	Vertedouro em concreto com perfil Creager dotado de 12 comportas segmento de 23,10m de altura e 17,00m de largura, sendo prevista bacia de dissipação com trecho revestido de laje de concreto na cota 224,00m, e canal de aproximação escavado na cota 232,00.
Tomada d' água	4 unidades geradoras com turbinas tipo Kaplan de 112,5 MW de potência unitária, em um arranjo típico de usinas de baixa queda, sendo o canal de fuga escavado em rocha com fundo na cota 208,70m.
Potência	498,75 MW

Fonte: Rima (2000, p. 12-13), adaptado pelo autor.

Essa usina hidrelétrica teve a seu favor o processo de desestatização da matriz elétrica, como pode se observar acima. De acordo com Nascimento (2011, p. 111), “a sua construção

foi iniciada em abril de 2002, porém ficou interrompida por cerca de um ano até sua retomada em outubro de 2003 e inaugurada em 27 de novembro de 2007”.

O EIA/RIMA desse empreendimento também foi elaborado pela THEMAG Engenharia e Gerenciamento S.A. A empresa foi a mesma que elaborou a EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Os estudos ambientais foram aprovados pelo IBAMA.

Em relação a sua composição acionária, a “Enerpeixe S.A. é constituída pelos acionistas EDP (Energias do Portugal S.A.), de capital particular, com 60% das ações, e Eletrobrás Furnas, de capital estatal, com 40% das ações” (ENERPEIXE, 2021). Vejamos a seguir o Quadro 7, que demonstra o tipo de empresa, o ramo de atividade e o capital que a constitui.

Quadro 7: Tipos de empresas que participaram da formação do grupo que administra a Usina de Peixe/Angical

Empresa	Ramo de Atividade	País de Origem	Tipo de empresa
Energias do Portugal S.A. (EDP)	Produção de eletricidade distribuição de gás	Portugal	Privada
ELETROBRÁS FURNAS	Geração e transmissão de energia em alta e extra alta tensão	Brasil	Pública

Fonte: (WIKIPEDIA, 2020) com adaptações feitas pelo autor

A maior parte do capital que constitui a empresa é fruto dos investimentos privados. O Estado ficou com uma parcela menor, e isso é fruto das reformas que aconteceram no setor energético, que começaram nos anos de 1990, porém, após 2003, começaram a sofrerem alterações. Inicia, nesse período, um novo marco regulatório, em que houve maior participação do governo, na política setorial elétrica. Com isso, aconteceu a interação entre o governo e a iniciativa privada.

Esse processo só se tornou possível após o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), pautado na Parceria Público Privada (PPP). Lembramos que a Parceria Público Privada começou com as concessões que aconteceram na década de 1990, precisamente com a criação da Lei n. 9.074, de 7 de julho de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, em 2004, é criada a Lei n. 11.079, de dezembro de 2004, que fixava a normas gerais de licitação das PPPs.

Diante disso, o governo Lula, lançou mais uma ação no processo de desregulamentação do setor elétrico brasileiro. Segundo Pase e Rocha (2010, p. 53), “ao mesmo tempo em que o processo de desregulamentação possibilita o acesso da iniciativa

privada na produção e distribuição de energia elétrica, o Estado mantém uma participação decisiva como financiador dos empreendimentos intensivos em capital e tecnologia”.

### 5.1.3 Usina São Salvador

A Usina Hidrelétrica São Salvador (Figura 5) faz parte dos grandes empreendimentos construídos para a geração de energia no estado do Tocantins, assim como as outras usinas hidrelétricas citadas anteriormente.

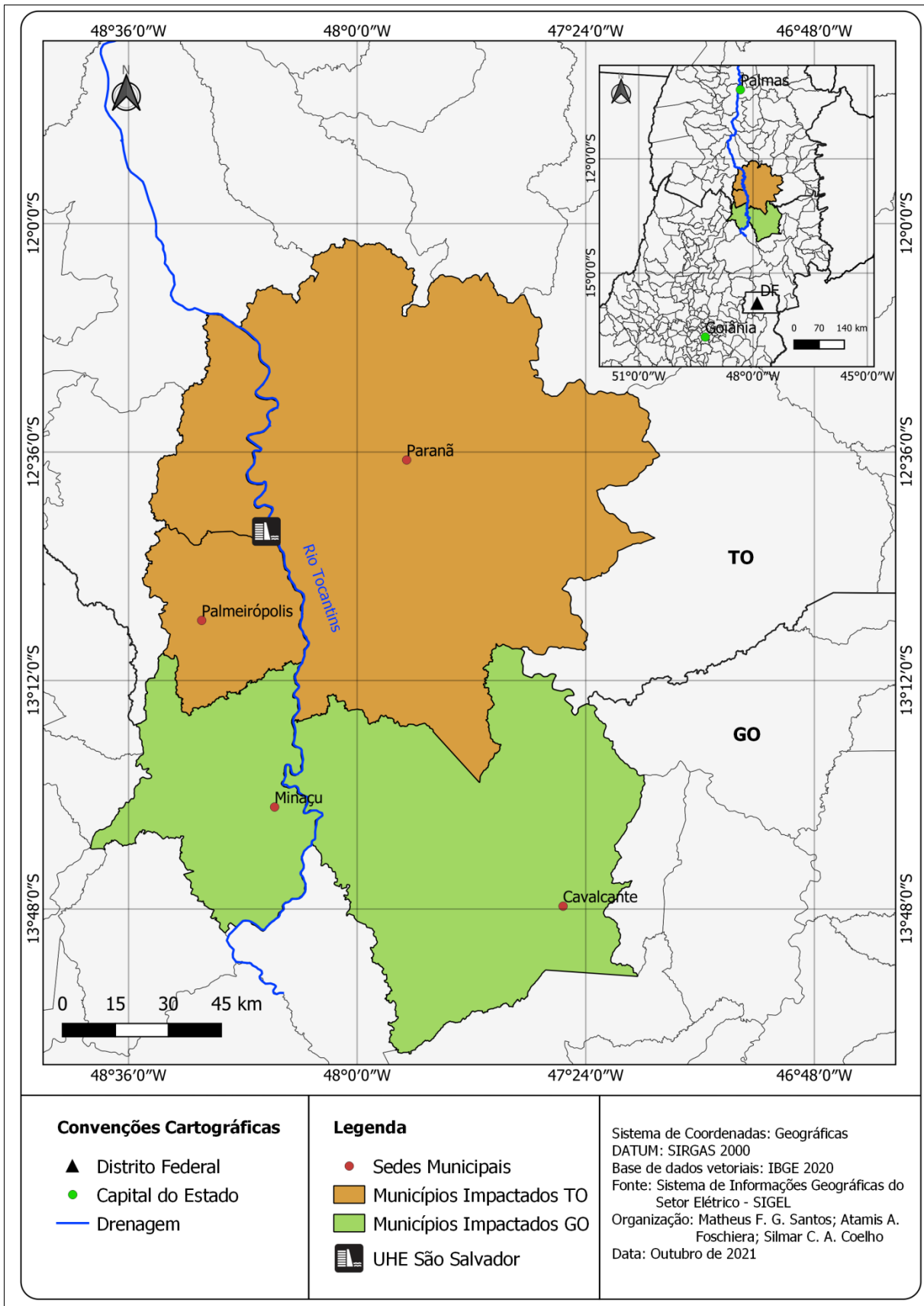
Figura 5: Barragem da UHE São Salvador



Fonte: ECSA (online, 2021).

A Usina Hidrelétrica São Salvador está localizada na região sul do estado do Tocantins, limitando entre os municípios de Paranã, São Salvador e Palmeirópolis (Figura 6).

Figura 6: Localização da UHE São Salvador



Fonte: (RIMA, 2004)

O empreendimento Hidrelétrico São Salvador apresenta a ficha técnica a seguir (Quadro 8).

Quadro 8: Ficha Técnica da UHE São Salvador

Empreendedor	Companhia Energética São Salvador
Rio	Tocantins
Latitude	12° 48' 00" S
Longitude	48° 14' 00" W
Reservatório	O reservatório possui o nível d'água mínimo de 287,0 m, e o nível d'água máximo de 287,0 m, em uma área de 105,24 km <sup>2</sup> .
Barragem	Possui uma altura máxima de 37 m.
Vertedouro	Vertedouro tipo: superfície; controlado, com capacidade de 19, 300 m <sup>3</sup> /s e o comprimento total de 120,4 m.
Tomada d'água	Bloco solidário à casa de força, com comprimento de 60 metros, com dois vãos.
Potência	241 MW

Fonte: Rima (2004, p. 6), adaptado pelo autor.

Em relação ao seu processo de implantação, Magrin (2016, p. 87) destaca que “foi a primeira hidrelétrica do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) a sair do papel e ser entregue em fevereiro de 2009”. Lembramos que o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foi uma política de crescimento econômico, adotada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, que previa o investimento em infraestrutura. “O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um programa do Governo Federal Brasileiro, anunciado em janeiro de 2007, com uma previsão de investimento de R\$ 503 bilhões, para o período 2007-2010” (RODRIGUES; SAVADOR, 2011, p. 130). Em relação aos objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento, Rodrigues e Salvador (2011, p. 135) argumentam que

Os objetivos do programa, declarados em seu lançamento, são o incentivo ao investimento privado, o aumento do investimento público em infraestrutura e a remoção de obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento (BRASIL, 2007). De acordo com Rousseff (2007), o programa tem como principal objetivo a promoção do crescimento de maneira mais célere e sustentada, com distribuição de renda, tanto no âmbito social como no regional e, para tanto, além de incentivar o investimento privado, propõe um conjunto de projetos de investimento público e diversas formas de Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Tem-se o Estado como financiador das empresas privadas por meio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Nessa perspectiva que o estudo de implantação da Usina Hidrelétrica de São Salvador é iniciado.

Em relação ao estudo ambiental para a construção da EIA/RIMA, mais uma vez, ficou a cargo da THEMAG Engenharia S.A. A empresa já havia feito os estudos ambientais das Usinas Hidrelétricas Luís Eduardo Magalhães e de Peixe/Angical. A aprovação dos estudos ambientais ficou com o IBAMA.

Santos (2010, p. 10) explica que “a UHE São Salvador é a 15ª usina do grupo Suez no Brasil, recebeu um investimento de €\$ 307 milhões, a sua construção teve uma duração de 36 meses”. As empresas integrantes do consórcio ligado à UHE de São Salvador são apresentadas no Quadro 9.

Quadro 9: Tipos de empresas que participaram da formação do grupo que administra a Usina São Salvador

Empresa	Ramo de Atividade	País de Origem	Tipo de empresa
GDF Suez	Geração e distribuição de eletricidade, gás natural e energia renovável	França	Privada
TRACTEBEL (atual Engie Brasil Energia)	Geração, comercialização e transmissão de energia	Bélgica	Privada

Fonte: (WIKIPEDIA, 2020) com adaptações feitas pelo autor

Em relação à empresa que administra esse empreendimento no estado do Tocantins, Santos (2010, p. 10) descreve que

A GDF SUEZ é uma empresa sediada na França que atua no ramo de geração e distribuição de energia elétrica e gás natural. Foi formada em 2008, a partir da fusão da Gaz de France – produtora e distribuidora francesa de gás natural – e da Suez – empresa também francesa que atuava na distribuição de água, energia elétrica e gás natural. No Brasil, a GDF SUEZ é controladora da Tractebel [...].

Em relação à Tratebel, no ano de 2016, aconteceu uma alteração no nome da empresa, passando a ser chamada de Engie Brasil Energia. De acordo com o site da ENGIE (2021, online),

A ENGIE Brasil é a maior produtora privada de energia elétrica do Brasil, com capacidade instalada própria de 10.211MW em 61 usinas, o que representa cerca de 6% da capacidade do país. A empresa possui quase 90% de sua capacidade instalada no país proveniente de fontes renováveis e com baixas emissões de GEE, como usinas hidrelétricas, eólicas, solares e biomassa.

#### 5.1.4 Usina Hidrelétrica de Estreito

A Usina Hidrelétrica de Estreito (Figura 7) é outro empreendimento construído após os anos 2000, no estado do Tocantins. “A UHE Estreito, iniciou parte de sua operação em 2011, mas a previsão para o término de sua implantação e a fase plena é o ano de 2012, [...]” (GIL, 2013, p. 31).

Figura 7: Barragem da UHE de Estreito

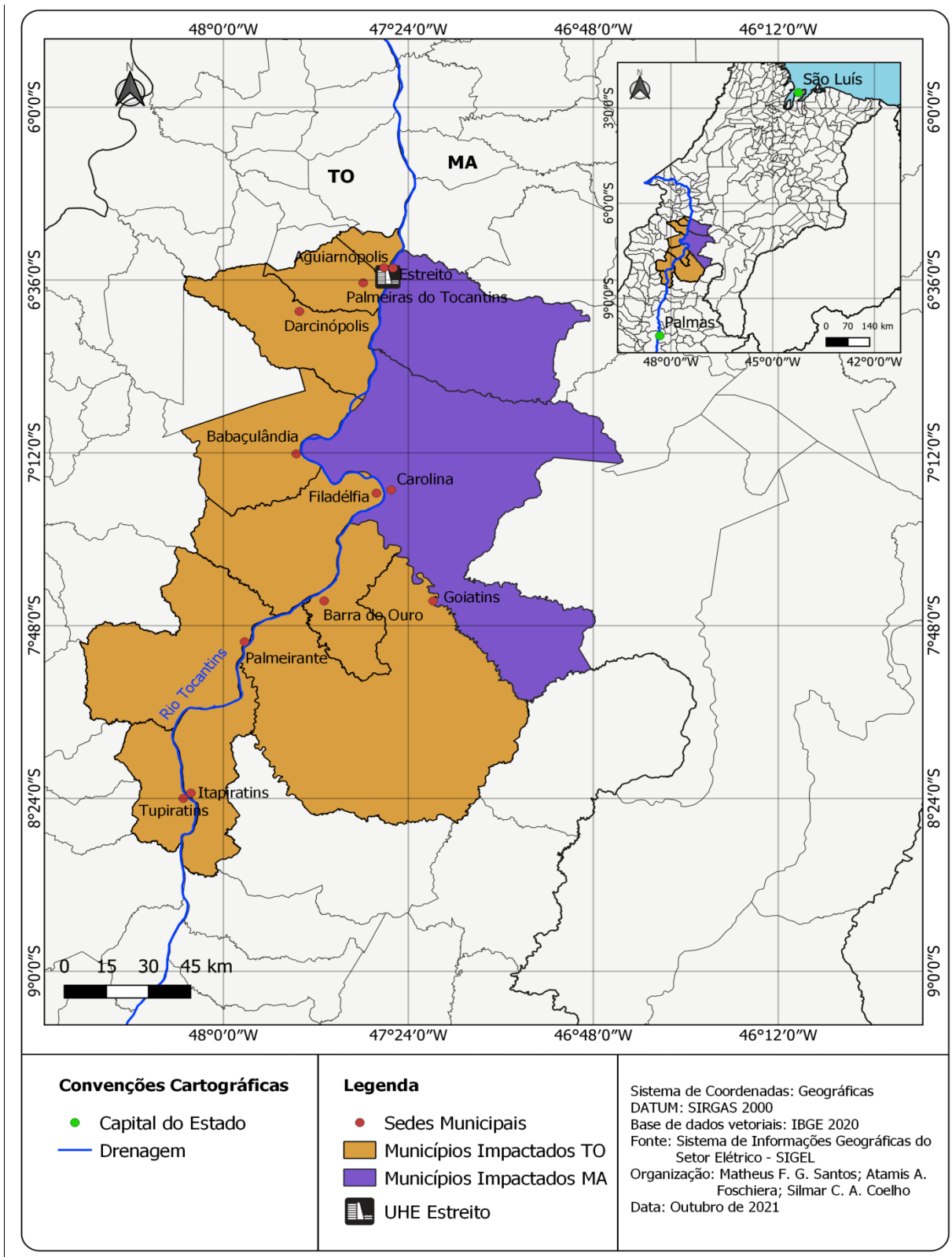


Fonte: CEST (online,2021) adaptado pelo autor.

A Usina Hidrelétrica de Estreito está localizada no rio Tocantins, mais precisamente, na região norte do estado do Tocantins e sul do estado do Maranhão, situada na divisa entre os dois estados.

Sobre a localização do empreendimento hidrelétrica, veja-se a Figura 8, a seguir.

Figura 8: Localização da UHE de Estreito



Fonte: (RIMA, 2001).



Já em relação à composição técnica, veja-se Quadro 10 com o resumo da Ficha Técnica da Usina Hidrelétrica de Estreito.

Quadro 10: Ficha Técnica resumida da UHE de Estreito

Empreendedor	Companhia Energética Estreito S.A
Rio	Tocantins
Latitude	06° 0 35' 11" S
Longitude	47° 0 27' 27" W
Reservatório (Projeção)	590 km <sup>2</sup> de superfície, sendo 434 km <sup>2</sup> de terras inundadas e de 5.400 x 106 m <sup>3</sup> de volume de água.
Barragem	Possui a crista na cota 160,00 m, e o concreto possui coroamento na cota 159,00 m, com o nível d'água máximo normal na cota 156,00m.
Vertedouro	O vertedouro é de superfície e tem a crista na cota 135,00 m, com largura total de 402,50 m. Está dimensionado para descarregar uma vazão de 64.990 m <sup>3</sup> /s.
Tomada d'água	O conjunto tomada d'água/casa de força ocupa 288 m de largura. Possuindo 9 unidades hidrogeradoras.
Potência	Potência nominal unitária de 123,3 MW, perfazendo um total de 1.109,7 MW.

Fonte: Rima (2001, p. 13-15), adaptado pelo autor.

O processo de licenciamento ambiental, que é a construção da EIA/Rima, ficou a cargo da Engevix S.A. Dos grandes empreendimentos hidrelétricos no estado do Tocantins, esse foi o único que não teve o EIA/RIMA elaborado pela THEMAG Engenharia S.A. A aprovação desse estudo ficou a cargo do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), pois a usina foi construída na divisa entre os estados de Maranhão e Tocantins. Rocha (2016, p. 42,43) afirma que

A Barragem de Estreito constitui-se em uma das principais obras do Programa de Aceleração de Crescimento –PAC (2009), iniciada com graves irregularidades que vão desde a concessão até o término da construção e o seu funcionamento. Cabe ainda salientar que a empresa responsável pela realização dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) representa uma das interessadas nesse processo, na medida em que faz parte do consórcio da Usina (CESTE), as empresas GDF Suez, Vale, ALCOA e Camargo Corrêa.

A Usina Hidrelétrica de Estreito foi construída com recursos da iniciativa privada, pautado na política de desenvolvimento econômico da sociedade local. É importante mencionar que houve recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no processo de financiamento de construção. “No caso de Estreito, ocorreu o apoio dos governos estaduais do Maranhão e do Tocantins, desconsiderando a produção das

populações atingidas que abasteciam mercados locais com as suas mercadorias” (SIEBEN, 2012, p. 83).

Sieben (2021, p. 16) diz que,

A partir de 12 de julho de 2002, a Usina Hidrelétrica de Estreito foi licitada e a concessão foi adquirida pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), em leilão realizado no estado do Rio de Janeiro. Participaram deste consórcio a GDF Suez (energia), a Vale (mineradora), a Alcoa (alumínio) e a Camargo Corrêa Energia (engenharia, construção e energia).

Percebe-se que a iniciativa privada mais uma vez construiu um grande projeto de geração de energia por intermédio de hidrelétrica. Outro fator que podemos observar é que empresas de distintos ramos de atividades econômicas investiram em geração de energia na UHE de Estreito, (veja-se Quadro 11).

Quadro 11: Tipos de empresas que participaram da formação do grupo que administra a Usina Hidrelétrica de Estreito

Empresa	Ramo de Atividade	País de Origem	Tipo de empresa
GDF Suez	Geração e distribuição de eletricidade, gás natural e energia renovável	França	Privada
Vale	Mineração	Brasil	Privada
Alcoa	Opera minas de bauxita e refinarias de alumina, oferece soluções inovadoras a diversos mercados	Estados Unidos	Privada
Camargo Corrêa Energia	Engenharia, construção, cimento, concessões de transporte e mobilidade urbana, indústria naval etc.	Brasil	Privada

Fonte: (WIKIPEDIA, 2020) com adaptações feitas pelo autor

Há grande concentração de empresas internacionais, pois metades das empresas que formaram o consórcio são de origem estrangeira, tais como Estados Unidos e França. Isso demonstra um pouco do que aconteceu com o processo hidrelétrico brasileiro, em que os capitais estrangeiros tiveram e continuam tendo uma forte ligação com o desenvolvimento desse setor.

### 5.1.5 Empreendimentos e tipos de empresas

Vejamos agora uma análise de todos os empreendimentos hidrelétricos aqui apresentados, tipos de empresas envolvidas e sua nacionalidade. Em relação aos tipos de empreendimentos, quase todos são de iniciativa privada, a única que possuiu participação estatal é a Usina Hidrelétrica de Peixe, onde Furnas teve participação (Quadro 12).

Quadro 12: Empreendimentos, tipos e origem de empresas investidoras

Empreendimento	Tipos de empresas		Origem das Empresas	
Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães	Privadas		Estrangeiro	Nacional
Usina Hidrelétrica de Peixe	Privada	Pública	Estrangeiro	Nacional
Usina Hidrelétrica de São Salvador	Privadas		Estrangeiro	
Usina Hidrelétrica de Estreito	Privadas		Estrangeiro	Nacional

Fonte: (WIKIPEDIA, 2020) com adaptações feitas pelo autor

Percebe-se grande número de empresas privadas, com origem nacional e estrangeira, nos consócios de construção de hidroelétricas no Tocantins. Isso só aconteceu devido à abertura comercial proporcionada pelo processo de reestruturação do setor hidrelétrico brasileiro.

Em relação às empresas e os países onde possuem atuações, temos as seguintes situações demonstradas pelo Quadro 13.

Quadro 13: Empreendimento, empresas que administra e países onde atuam

Empreendimento	Empresas	Países onde atuam
Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães	Companhia Energética de Brasília (CEB)	Brasil
	Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE)	Brasil
	CELTINS (GRUPO REDE)	Brasil
	Empresa de Eletricidade Vale Panapanema S.A. (EEVP)	Brasil
	Energias do Portugal S.A. (EDP)	Portugal, Espanha, França, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Bélgica, Polónia, Roménia, Brasil, Canadá, México, Angola, China etc., totalizando 21 países.
Usina Hidrelétrica de Peixe/Angical	Energias do Portugal S.A. (EDP)	Portugal, Espanha, França, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Bélgica, Polónia, Roménia, Brasil, Canadá,

		México, Angola, China etc., totalizando 21 países.
	ELETROBRÁS FURNAS	Brasil
Usina Hidrelétrica de São Salvador	GDF Suez	França, Brasil e em diversos outros países na América Latina, América do Norte, Médio Oriente, Ásia, África.
	TRACTEBEL (atual Engie Brasil Energia)	Argentina, Bélgica, Brasil, Egito, França, Índia, Itália, Polônia, República Tcheca, Romênia, Síria, Ucrânia etc.
Usina Hidrelétrica de Estreito	Vale	Austrália, Brasil, China, Indonésia, Japão, Moçambique, Omã, totalizando mais de 30 países.
	Alcoa	Brasil, Jamaica, Suriname e em mais de 31 países, na América Latina e no Caribe.
	Camargo Corrêa Energia	Brasil, também possui obras na América do Sul, Argentina, Peru, Colômbia e Venezuela.

Fonte: (WIKIPEDIA, 2020) com adaptações feitas pelo autor

Percebe-se que algumas empresas que investiram nos grandes empreendimentos hidrelétricos no estado do Tocantins são multinacionais, ou seja, são empresas que estenderam seus negócios por diversos países. Isso é fruto da abertura econômica provocada pelo neoliberalismo. Algumas das empresas, tais como Energias do Portugal S.A. (EDP), GDF Suez, TRACTEBEL (atual Engie Brasil Energia), Vale, Alcoa e Camargo Corrêa Energia atuam em diferentes continentes, são empresas consideradas transnacionais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a influência neoliberal na matriz hidrelétrica brasileira, em especial o caso do Estado de Tocantins, percebe-se que até os dias atuais os grandes empreendimentos dessa matriz energética se encontram, cada vez mais, nas mãos da iniciativa privada. Ao Estado cabe, principalmente, a regulamentação desse setor energético, elaborando as normas e as diretrizes que o setor deve trilhar.

O setor hidrelétrico brasileiro passou por um processo de reestruturação após a crise econômica que assolou a América Latina na década de 1980. Para amenizar a crise, os mecanismos de financiamentos internacionais lançaram o chamado Consenso de Washington como diretrizes para amenizar a crise. O Consenso de Washington tinha como regra a abertura comercial, primada no afrouxamento da economia e acabando com algumas restrições. É nesse cenário que o setor energético brasileiro foi reestruturado. Com isso, as medidas adotadas pelo setor hidrelétrico, a partir dos anos de 1990, tinham de garantir o desenvolvimento do setor sob a ótica do neoliberalismo. Cabe destacar que o neoliberalismo busca o desenvolvimento do capital, pautado em uma política de privatização.

O que aconteceu no setor hidrelétrico brasileiro foi uma onda de privatizações das empresas estatais que existiam no setor, e muitos investimentos privados nas implantações de novos empreendimentos. As hidrelétricas citadas neste trabalho tiveram seu processo de implantação após o processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro, que aconteceu nos anos de 1990.

Antes do processo de privatização do setor elétrico nacional, a empresa que era responsável pelo processo de produção e geração de energia, na região norte, era a ELETRONORTE. No entanto esse processo mudou no momento que houve uma reestruturação do setor para atender os mecanismos internacionais. Com isso, uma empresa estatal, da região Sudeste brasileira (Furnas), se juntou com outra empresa privada e formaram o consórcio para a implantação de grande empreendimento hidrelétrico em solo tocantinense.

A primeira grande usina hidrelétrica instalada em território tocantinense, a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, foi implantada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e a regra era que a iniciativa privada financiava todo o processo de implantação. Já as outras usinas hidrelétricas, Peixe/Angical, São Salvador e de Estreito, foram implantadas no governo de Luís Inácio Lula da Silva. Nesse período o Estado poderia participar da construção de usinas ligadas ao setor elétrico brasileiro.

No estado do Tocantins, os grandes empreendimentos hidrelétricos foram financiados parte pelos recursos oriundos da iniciativa privada, e outras pelo Estado, que faz os empréstimos de recursos à iniciativa privada. Houve Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), sendo investido no setor elétrico no estado do Tocantins, assim como foi em muitas obras hidrelétricas em todo o território brasileiro.

Em relação aos recursos oriundos da iniciativa privada, a Usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães foi construída com esses recursos. A Usina Hidrelétrica de Peixe/Angical teve a participação estatal por intermédio de Furnas. Já as Usinas Hidrelétrica de São Salvador e a de Estreito tiveram recursos de financiamentos do BNDES envolvidos em sua construção. Percebe-se, nesse momento, o Estado sendo um dos financiadores das empresas privadas para promover o desenvolvimento de infraestrutura no território brasileiro.

Outro ponto importante a se observar é que os estudos ambientais, ou seja, o EIA/RIMA, de três empreendimentos (as usinas hidrelétricas Luís Eduardo Magalhães, Peixe/Angical e São Salvador) foram elaborados pela mesma empresa a THEMAG Engenharia S.A. A exceção foi a da Usina Hidrelétrica de Estreito, em que o EIA/RIMA foi realizado pela Engevix S.A. Importante mencionar que as duas empresas responsáveis pelas elaborações das EIAs/RIMAs são empresas privadas sediadas em território brasileiro. O capital dessas empresas é nacional.

O estado do Tocantins, por meio do NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins, foi o responsável por aprovar os estudos ambientais, ou seja, a EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, enquanto o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis foi o responsável por aprovar os estudos ambientais das outras três usinas hidrelétricas (Usina Hidrelétrica de Peixe/Angical, São Salvador e Estreito).

Um dos papéis do Estado em relação ao desenvolvimento do setor hidrelétrico no Tocantins é de fornecer mecanismo para atrair os investimentos do capital privado. A política adotada pelo estado do Tocantins em relação à implantação das hidrelétricas é a de desenvolvimento do local. Destaca-se que o desenvolvimento que o Estado busca é o econômico, o social nem sempre acontece. Essa política de desenvolvimento da economia e a redução da questão social fazem parte das políticas neoliberais.

Houve momentos em que Estado brasileiro entrou como financiador do desenvolvimento neoliberal e, em nome do desenvolvimento econômico, o BNDES fez empréstimos à iniciativa privada. Isso aconteceu com alguns empreendimentos no Brasil e, no caso tocantinense, em duas hidrelétricas.

O PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) foi um dos grandes responsáveis por promover o desenvolvimento do setor hidrelétrico no estado do Tocantins. O Estado passou a ser um dos principais financiadores das empresas privadas que participaram na construção da infraestrutura nacional.

Os grandes empreendimentos hidrelétricos do estado de Tocantins, no rio Tocantins, foram construídos após o processo de neoliberalização econômica, dentro do processo de reestruturação do setor elétrico nacional. Outro ponto importante é que a energia elétrica produzida pelos empreendimentos citados neste trabalho é, principalmente, para abastecimentos em outros estados da federação brasileira, ficando para a população local apenas uns poucos postos de trabalhos e as perdas naturais (fauna e flora), culturais (costumes e tradições) e sociais (comunidades ribeirinhas foram reassentadas em outros lugares, tais como nas cidades etc.).

Percebe-se que o viés econômico prevalece dentro da perspectiva neoliberal e isso também se fez presente na implantação das construções dos grandes empreendimentos hidrelétricos no estado do Tocantins.

Smith (1988) destaca que o capital (principalmente o capital produtivo), para se expandir, vê na expansão de atuação no espaço geográfico como uma maneira de ação, principalmente em tempos de crise.

A partir da crise do capital, na década de 1980, uma das soluções foi sua expansão para os países em desenvolvimento, adquirindo ou por meio de fusões com empresas desses locais, bem como pela compra, via privatização, de empresas estatais.

Importa mencionar que uma das maneiras que o capital encontrou para acumular-se é por meio da expropriação dos recursos naturais e se apossando de empreendimentos estatais. Isso foi chamado por Harvey (2005) de acumulação via espoliação. Lembramos que, para Harvey, a acumulação via espoliação pode ser por diversas vias, e uma delas é a privatização e a mercadificação. Esse tipo de acumulação é percebido quando analisamos o processo de implantação dos grandes empreendimentos hidrelétricos no estado do Tocantins.

Harvey (2012) cita o Novo Imperialismo. As empresas que atuam em diversos países fazem parte da formação desse novo imperialismo, pois, no momento que elas se expandem sobre o território mundial, acumulam mais capitais a ponto de transformarem em grandes impérios, com poder de pressionar mercados, controlar os preços das mercadorias etc. Isso fica evidente em relação às empresas que atuam no setor energético nas usinas hidrelétricas construídas no rio Tocantins. Muitas delas atuam em vários países, com grandes poderes de

*lobby* e de pressão sobre o mercado e o Estado para colocarem em prática suas estratégias, agindo como grandes impérios.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Yolanda Vieira de. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro**: questões e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Energia) – Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO)**: degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. Tese (doutorado) -Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Presidente Prudente, SP.2014.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: EMIR; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Plano de recuperação do grupo Rede é aprovado pela ANEEL**. 2013. Disponível em: [http://www.aneel.gov.br/busca?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_returnToFullPageURL=%2Fweb%2Fguest%2Fbusca&\\_101\\_assetEntryId=14518219&\\_101\\_type=content&\\_101\\_groupId=656877&\\_101\\_urlTitle=plano-de-recuperacao-do-grupo-rede-e-aprovado-pela-aneel&inheritRedirect=true](http://www.aneel.gov.br/busca?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2Fweb%2Fguest%2Fbusca&_101_assetEntryId=14518219&_101_type=content&_101_groupId=656877&_101_urlTitle=plano-de-recuperacao-do-grupo-rede-e-aprovado-pela-aneel&inheritRedirect=true). Acesso em: 20 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de energia elétrica do Brasil** 3. ed. Brasília: Aneel, 2008.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Operação que envolve transferência da Enersul para o Grupo Rede é aprovada pela Aneel**. 2008. Disponível em: [https://www.aneel.gov.br/home?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_returnToFullPageURL=%2F&\\_101\\_assetEntryId=14813135&\\_101\\_type=content&\\_101\\_groupId=656877&\\_101\\_urlTitle=operacao-que-envolve-transferencia-da-enersul-para-o-grupo-rede-e-aprovada-pela-aneel&inheritRedirect=true](https://www.aneel.gov.br/home?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2F&_101_assetEntryId=14813135&_101_type=content&_101_groupId=656877&_101_urlTitle=operacao-que-envolve-transferencia-da-enersul-para-o-grupo-rede-e-aprovada-pela-aneel&inheritRedirect=true). Acesso em: 20 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Regulamentação**. 2015. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/regulamentacao>. Acesso em: 20 maio 2020.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Censo de Capitais Estrangeiros no País**. Anos-base: 2010 a 2016. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/rex/censoce/port/censo.asp?frame=1>. Acesso em: 20 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Banco Central do Brasil. **Relatório de Investimento Direto no país**. 2018. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/RelatorioIDP2016.pdf>. Acesso em 15 abr. 2021.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Programa Educativo Dívida Externa - PEDEX, **Caderno Dívida Externa**, n. 6, 2. ed., nov. 1994.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Reformas Neoliberais na América Latina. **Revista do**

**corpo discente do PPG** – História da UFRGS. Porto Alegre, v. 9, n. 21, pp. 31-56, dez. 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.079, de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm). Acesso em: 4 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18987compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18987compilada.htm). Acesso em: 4 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.074, de 7 de julho de 1995**. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19074cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19074cons.htm). Acesso em: 4 ago. 2021.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e as políticas sociais nas últimas décadas do século XX, no Brasil. **Revista Aurora** (UNESP), ano II número 3, p. 37-46, dezembro, 2008.

CATOLICO, Ana Carolina Chaves; STRAUCH, Julia Celia Mercedes; BRITTO, Fabio Giusti Azevedo. Efeitos sociais da implementação da Usina Hidrelétrica de Lajeado estudos de casos nos reassentamentos do córrego do Prata e Pinheirópolis rural. In: **XVIII ENANPUR** (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional). Natal – RN, 2019.

CESTE. Consórcio Estreito Energia. **Usina hidrelétrica Estreito**. Disponível em: <http://www.uhe-estreiro.com.br/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal; tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DICIO. Dicionário online de português. **Significado de Whig**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/whig>. Acesso em 7 abr. 2021.

ECSA. Engenharia Socioambiental. **Barragem da UHE São Salvador**. Disponível em: <http://ecsa-sc.com.br/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

ENERGIA HOJE. Brasil energia. Disponível em: <https://energiahoje.editorabrasilenergia.com.br>. Acesso em: 3 ago. 2021.

ENERPEIXE. UHE Peixe Angical. **Geração de energia através do potencial hidráulico do rio Tocantins**. 2021. Disponível em: <https://www.enerpeixe.com.br/pt-br>. Acesso em: 3 ago. 2021.

ENGIE, Brasil. **O mundo está mudando, e com ele toda a nossa energia**. 2021. Disponível em: <https://www.engie.com.br/institucional/sobre-a-engie/>. Acesso em: 20 maio 2021.

ESPOSITO, Alexandre Siciliano. O setor elétrico brasileiro e o BNDES: reflexões sobre o financiamento aos investimentos e perspectivas. In: Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (Brasil). **BNDES 60 anos: perspectivas setoriais**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2012. p. 190-231. (v.2).

FERREIRA, Cristiane Carvalho Burci. **O papel do estado nas novas relações de trabalho surgidas a partir da globalização e do avanço tecnológico**. Dissertação, Mestrado em Direito da Faculdade de Direito – Universidade de Marília (UNIMAR), Marília – SP, 2006.

FILHO, Antonio Santos. A experiência neoliberal na América Latina e o exemplo mexicano: uma década de promessas não cumpridas. **Revista Ameríndia** – Universidade Federal do Ceará (UFC), vol. 4, número 2/2007.

FILHO, Niemayer Almeida; PAULANI, Leda Maria. Regulação social e acumulação por espoliação – reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 2 (42), p. 243-272, ago. 2011.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, SP, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008. (Coleção tópicos).

GARCIA, Antonio Garcia. Chiapas entre intraextractivismo y extractivismo: el caso de hidroeléctricas e hidrocarburos. In: **Extractivismo e neoextractivismo em sur de México: múltiples miradas**. México: Universidad Autónoma Chapingo, 2017.

GIL, Renan da Silva. **Empreendimentos Hidrelétricos no Estado do Tocantins: E a Qualidade dos Estudos de Licenciamento Ambiental**. Dissertação de Mestrado –Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Palmas – TO, 2013.

GOMES, João Paulo Pombeiro; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002. **Revista Brasileira de Administração Pública**. V. 43, n.2, 2009.

GONÇALVES, Dorival Junior. **Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A disputa pelas ‘fontes’ e o Controle dos Excedentes**. Tese (Doutorado em energia) – Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Desenvolvimento Geográfico Desigual**. In: \_\_\_\_\_. Os limites do Capital. Tradução Magda Lopes.

São Paulo: Boitempo, 2013

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HERTEL, Rafael. Abertura Neoliberal Comparada em Brasil e Argentina nos Governos de Cardoso e Menem. N. 4, Vol. 2. **RARI – Revista Acadêmica de Relações Internacionais**, 2002.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER Mark. **História do pensamento econômico**. Trad. André Arruda Villela. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo fase superior do capitalismo**. Trad. Olinto Beckerman. 4. ed. São Paulo: Global, 1987. (Coleção bases; 23).

LIMA, Adila Maria Taveira de. **Hidrelétricas no rio Tocantins e efeitos pós-barragem: compensação, desenvolvimento e governança local**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas – Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Ciências do Ambiente, Palmas, TO, 2020.

LIRA NETO, Luís Jorge. **Determinantes do investimento estrangeiro direto no setor elétrico brasileiro no período 1995-2007**. Recife: o autor, 2008.

LORENZO, Helena Carvalho de. O setor elétrico brasileiro: passado e futuro. Perspectivas. **Revista de Ciências Sociais** – Universidade Estadual Paulista – UNESP. São Paulo, 2002.

MACHADO, Luciene; VOLPON, Fernanda Torres. Desafios dos investidores estrangeiros no acesso do setor elétrico brasileiro. **Revista Brasileira de Direito do Petróleo, Gás e Energia**. v. n.1, p. 114 – 129, 2018.

MAGRIN, Virginia de Figueiredo. **A comunicação dos impactos socioambientais no EIA e sua retransmissão para a RIMA: um estudo comparativo das Hidrelétrica de Estreito e São Salvador**. Dissertação de (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas– Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Ciências do Ambiente, Palmas – TO, 2016.

MALDANER, Kiara Lubick Silva. **As UHES peixe angical e são salvador e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Paranã, Peixe e São Salvador do Tocantins: prognóstico x realidade**. Tese (Doutorado) Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Tocantins. Palmas – TO, 2019.

MARTINS, Luiz Alberto Moreira. **Governamentalidade neoliberal, risco e subjetivação**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia. Rio de Janeiro, RJ, 2012.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. 8. ed. São Paulo: Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: Livro I / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MATSUDO, Eduardo. **A reestruturação setorial e os reflexos sobre o planejamento e os estudos de mercado das distribuidoras de energia elétrica**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Energia – EP/FEA/IEE/IF da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2001.

MENDES, Marcelo Cunha. **Neoliberalismo e Sindicalismo de Estado no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP, 2012.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 45, núm.2, julho-dezembro, 2002, pp.135-146. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília, Brasil, 2002.

NASCIMENTO, Júnior Batista do. **Tocantins: história e geografia**. Goiânia: Bandeirante, 2011.

PASE, Hemerson Luiz; ROCHA, Humberto José da. O governo LULA e as políticas públicas do setor elétrico. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 32-59, jul.-dez. 2010.

PEREIRA, Vera Lucia Reis. **A limnologia e o gerenciamento integrado do reservatório da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado –Tocantins**. Tese (Doutorado) -Escola de Engenharia de São Carlos-Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.

PINHEIRO, Daniele de Carvalho. **Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas consequências no tratamento de questões sociais e ambientais: o caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, Go**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2006.

PRADO, Antonio José Correa do. **Neoliberalismo e desenvolvimento: a desconexão trágica**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP, 2007.

PRODAV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO JÚNIOR, José Arnaldo dos Santos. Acumulação Primitiva, Capital Fictício e Acumulação por Espoliação: Introdução a uma leitura geográfica da econômica capitalista contemporânea. **Revista Tamoios** (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UERJ), São Gonçalo (RJ), ano 10, n. 1, págs. 55-66, jan/jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano papel e celulose no Maranhão**. Dissertação (Mestrado) – Universidade De São Paulo faculdade De Filosofia,

Letras E Ciências Humanas departamento De Geografia programa De Pós-Graduação Em Geografia Humana, São Paulo, 2014.

RIBEIRO, Thatiane Letícia Rodrigues. **Neoliberalismo na Argentina e sua contribuição para a crise de 2001**. Monografia (Graduação) Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional. Porto Nacional, TO, 2019.

RIMA. Relatório de Impacto Ambiental. **Usina Hidrelétrica de Estreito**. Engevix, 2001.

\_\_\_\_\_. Relatório de Impacto Ambiental. **Usina Hidrelétrica de Peixe/Angical**. THEMAG, 2000.

\_\_\_\_\_. Relatório de Impacto Ambiental. **Usina Hidrelétrica São Salvador**. THEMAG, 2004.

\_\_\_\_\_. Relatório de Impacto Ambiental. **Usina Hidrelétrica Lajeado**. Companhia de Energia Elétrica do Tocantins. THEMAG, 1996.

ROCHA, Judite da. **Usina hidrelétrica de estreito e desterritorialização: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza. **Composição da renda nos assentamentos de reforma agrária do Tocantins: uma análise dos efeitos do Programa Bolsa Família**. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Universidade Federal do Tocantins. Porto Nacional, TO. UFT, 2017.

RODRIGUES, Taíla Albuquerque; SALVADOR, Evilasio. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais. The implications of the Growth Acceleration Program (PAC) on Social Policies. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011.

ROSA, Luiz Pinguelli. Energia nos governos Lula e Dilma – Perspectivas. **Revista USP**. São Paulo n. 104, p. 45-50. Janeiro/fevereiro/março 2015.

SAAVEDRA CRUZ, Oscar Hernan. **Discursividades do desenvolvimento e do neoliberalismo: Configurações no rural e resistências na periferia do município de Cali, Colômbia**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, Cuiabá, 2016.

SANTOS, Flávio Gonçalves da Silva. **A construção de empreendimentos hidrelétricos no rio Tocantins – a experiência das usinas hidrelétricas (UHE) São Salvador e Luiz Eduardo Magalhães**. Artigo (curso de especialização) energia e sociedade no capitalismo contemporâneo, Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SIEBEN, Airton. **Estado e política energética: a desterritorialização da Comunidade rural de**

Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2012.

SILVA, Bruno Gonçalves da. **Evolução do Setor Elétrico Brasileiro no contexto econômico nacional**: uma análise histórica e econométrica de longo prazo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Energia – EP/FEA/IEE/IF da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

SILVEIRA, Ramais de Castro. **Neoliberalismo**: conceito e influências no Brasil – de Sarney a FHC. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2009.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2018.

THEMAG, Engenharia. **Themag Engenharia**. Disponível em: <https://www.themag.com.br/>. Acesso em: 4 ago. 2021.

TOCANTINS. Turismo Tocantins. **Barragem da UHE Luís Eduardo Magalhães**. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/>. Acesso em: 3 jan. 2020.

VALENCIA PERAFÁN, Mireya Eugenia. **O território do desenvolvimento e o desenvolvimento dos territórios**: o novo rosto do desenvolvimento no Brasil e na Colômbia. 2007. 302 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VIEIRA JUNIOR, Dicesar Beches. As transformações do (direito do) trabalho sob a ótica do Estado liberal e Estado neoliberal. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, v. 6, n. 26, 2014, p. 56 - 73.

WIKIPEDIA. **Luís Eduardo Maron Magalhães**. 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs\\_Eduardo\\_Magalh%C3%A3es](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Eduardo_Magalh%C3%A3es). Acesso em: 4 ago. 2021.

ZITZKE, Valdir A. **A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC/Florianópolis, 2007.